

REVISTA PHILOLOGUS

ISSN 1413-6457



**RIO DE JANEIRO – ANO 12 – Nº 35
MAIO/AGOSTO – 2006**

R454

Revista Philologus / Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. – Ano 12, Nº 35, (maio/ago.2006) – Rio de Janeiro: CiFEFiL. 155 p.

**Quadrimestral
ISSN 1413-6457**

**1. Filologia – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos.
I. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos**

CDU 801 (05)

EXPEDIENTE

A *Revista Philologus* é um periódico quadrimestral do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL) que se destina a veicular a transmissão e a produção de conhecimentos e reflexões científicas, desta entidade, nas áreas de Filologia e de Linguística por ela abrangidas.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Editora

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL)

Rua Visconde de Niterói, 512 / 97 – 20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 e www.filologia.org.br/revista

Diretor-Presidente:	Prof. Dr. José Pereira da Silva
Vice-Diretora:	Profa. Dra. Maria Lúcia Mexias Simon
Primeira Secretária:	Profa. Dra. Delia Cambeiro Praça
Segundo Secretário:	Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior
Diretor de Publicações	Prof. Dr. Amós Coêlho da Silva
Vice-Diretor de Publicações	Prof. Dr. Vito Cesar de Oliveira Manzolillo

Equipe de Apoio Editorial

Constituída pelos Diretores e Secretários do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CIFEFiL). Esta Equipe é a responsável pelo recebimento e avaliação dos trabalhos encaminhados para publicação nesta *Revista*.

Redator-Chefe: José Pereira da Silva

Conselho Editorial

Alfredo Maceira Rodríguez	Maria Lúcia Mexias Simon
Álvaro Alfredo Bragança Júnior	Nataniel dos Santos Gomes
Cristina Alves de Brito	Patricia Teresita Festini
Claudio Cezar Henriques	Ruy Magalhães de Araujo
José Pereira da Silva	Vito César de Oliveira Manzolillo

Diagramação, editoração e edição José Pereira da Silva
Projeto de capa: Emmanoel Macedo Tavares

Distribuição

A *Revista Philologus* tem sua distribuição endereçada a Instituições de Ensino, Centros, Órgãos e Institutos de Estudos e Pesquisa e a quaisquer outras entidades ou pessoas interessadas em seu recebimento mediante pedido e pagamento das taxas postais correspondentes.

REVISTA PHILOGOGUS VIRTUAL

www.filologia.org.br/revista

SUMÁRIO

EDITORIAL – <i>José Pereira da Silva</i>	5
1. ANCHIETA, UM HUMANISTA E UM GRAMÁTICO NA BABEL DO RENASCIMENTO - <i>Eduardo de Almeida Navarro</i>	7
2. AS MARCAS DA ORALIDADE NA ESCRITA - <i>José Mario Botelho</i>	20
3. ATIVIDADES LINGÜÍSTICAS E EPILOGÜÍSTICAS NO ENSINO CRIATIVO – <i>Nícia de Andrade Verdini Clare</i>	32
4. CONSTRUÇÃO TEXTUAL: A ESTÉTICA DO MOVIMENTO CRIADOR – <i>Edina Regina P. Panichi</i>	39
5. ISIDORO DE SEVILHA E SUA CONTRIBUIÇÃO NA CONSTRUÇÃO DA ESPANHA VISIGÓTICA – <i>Andréia Savergnini</i>	49
6. NOTÍCIA DE UM PROFESSOR EM UM DOCUMENTO DO SÉCULO XIX - <i>Expedito Eloísio Ximenes</i>	57
7. O DISCURSO RELIGIOSO - <i>Antonio Carlos Lopes Petean</i>	70
8. O IR E VIR SEMÂNTICO: LATIM / PORTUGUÊS – <i>Letícia Pereira de Andrade</i>	76
9. O USO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO: UMA ANÁLISE DA QUEBRA DE FORMALIDADE NO TEXTO LITERÁRIO – <i>Gil Roberto Costa Negreiros</i>	87
10. REFLEXÕES SOBRE A SAUDADE – <i>Maria Paula Lamas</i>	98
11. SINONÍMIA NOS TERMOS BÁSICOS DA SINTAXE – <i>Alexandre Melo de Sousa</i>	102
12. UM ESTUDO FILOLÓGICO DA SAUDAÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA COMO MEMÓRIA DO BRASIL SETECENTISTA - <i>Amós Coêlho da Silva</i> ..	113
13. O SENEX NA COMÉDIA DE PLAUTO - <i>Mariza Mencalha de Souza</i>	121
14. UM RÉQUIEM PARA A FILOGIA? SERÁ QUE É TARDE DEMAIS? NUNCA FOI IMPORTANTE? - <i>William Harris</i>	134

RESENHAS

1. EDIÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ESTUDOS FILOLÓGICOS – <i>José Pereira da Silva</i>	144
2. OS LIMITES ENTRE A FLEXÃO E A DERIVAÇÃO – <i>José Pereira da Silva</i> ..	147
3. TROVADORISMO, POESIA SENTENCIOSA E CONTOS POÉTICOS DA ÚLTIMA FASE DOS STAUFER E DO INÍCIO DOS HABSBURGOS - <i>Álvaro Alfredo Bragança Júnior</i>	150
Instruções Editoriais	155

EDITORIAL

O Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos tem o prazer de apresentar-lhe o número 35 de sua *Revista Philologus*, com quatorze artigos, e três resenhas, da autoria dos seguintes professores e filólogos ou linguístas: Alexandre Melo de Sousa (102-112), Álvaro Alfredo Bragança Júnior (150-154), Amós Coêlho da Silva (113-120), Andréia Savergnini (49-56), Antonio Carlos Lopes Petean (70-75), Edina Regina P. Panichi (39-48), Eduardo de Almeida Navarro (7-19), Expedito Eloísio Ximenes (57-69), Gil Roberto Costa Negreiros (87-97), José Mario Botelho (20-31), José Pereira da Silva (144-146 e 147-149), Letícia Pereira de Andrade (76-86), Maria Paula Lamas (98-101), Mariza Mencialha de Souza (121-133), Nícia de Andrade Verdini Clare (32-38) e William Harris (134-143).

Quatro dos textos aqui apresentados resultam de trabalhos apresentados em eventos: o artigo número 12 resulta da participação do autor na Jornada Nacional de Estudos Interdisciplinares “Alexandre Rodrigues Ferreira – 250 anos”, realizada na Universidade Estácio de Sá, enquanto o 2º, o 4º e o 6º artigos resultam dos trabalhos do X Congresso Nacional de Linguística e Filologia. O artigo de Nícia de Andrade Verdini Clare resulta de uma proposta inicial de resenha do artigo “Criatividade e gramática” de Carlos Franchi, ex-professor da UNICAMP. O artigo número 14, de William Harris, constitui uma contribuição inesperada, surgida a partir de um debate produzido na Comunidade Virtual da Linguagem (CVL), com a colaboração de Lúcia Quental, que descobriu e nos enviou o texto em inglês, e de Beatriz F. Caldas, que o traduziu.

Pelo menos mais duas resenhas programadas para este número tiveram de ser adiadas para o próximo: a do dicionário latino-português dos professores Amós e Aírto Ceolin e a do livro de fonética e fonologia do professor Ricardo Cavaliere, que não chegaram a nossas mãos com tempo hábil para esta edição.

Os outros oito artigos foram produzidos e submetidos à apreciação do CiFEFiL especialmente para serem publicados neste número da *Revista Philologus*.

Começando com o artigo que focaliza as características da

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

obra de Anchieta em seu envolvimento com a cultura renascentista, segue-se, no quinto, uma visão sucinta, mas extremamente consistente da contribuição de Santo Isidoro de Sevilha (patrono do CiFEFiL) para a historiografia de um idealizado estado teocrático cristão-visigótico na Península Ibérica.

No sétimo artigo, o autor mostra a definição de discurso religioso proposto por Eni Pucinelli Orlandi como um tipo especial de discurso autoritário baseado na contenção da reversibilidade.

No oitavo e no décimo terceiro, o latim é estudado sob duas óticas completamente diversas: no primeiro, como base para um estudo da semântica na língua portuguesa e, no segundo, numa tentativa de trazer para os leitores de hoje uma visão geral do *senex* plautino, visto que muitos escritores modernos buscam em Plauto inspiração e técnica para a produção de comédias.

O artigo número 9 analisa o emprego de alguns pronomes de tratamento em um diálogo construído, num conto de Luís Fernando Veríssimo, como representação dos papéis sociais dos interlocutores, além de serem índices de formalidade ou de informalidade de determinada situação de comunicação.

O décimo reflete sobre a etimologia da palavra *saudade* e da sua especificidade relativamente ao povo português.

Considerando que na terminologia da sintaxe muitas palavras são utilizadas para designar os conceitos básicos sem uma correspondência exata a um mesmo sentido, além de dois ou mais termos poderem ter a mesma extensão semântica, artigo número 13 reflete sobre sinonímia em sintaxe a partir dos termos *frase*, *oração*, *período*, *enunciado* e *sintagma*.

A Direção da *Revista Philologus* e a Direção do CiFEFiL pedem aos colegas que contribuam com as suas críticas para que os seus serviços possam atingir a melhor qualidade possível, com os poucos recursos de que dispõem.

Rio de Janeiro, agosto de 2006.

José Pereira da Silva

**ANCHIETA, UM HUMANISTA E UM GRAMÁTICO
NA BABEL DO RENASCIMENTO**

Eduardo de Almeida Navarro (USP)

RESUMO

José de Anchieta foi o primeiro humanista clássico e o primeiro gramático do Brasil. Ele viveu um momento de transição, em que o Renascimento e a Contra-Reforma se debatiam. Foi no contexto do Renascimento e da Contra Reforma que as línguas do mundo começaram a ser todas gramaticalizadas, tornando a Europa um banco de dados em escala planetária. Depois da descoberta da escrita, essa foi, certamente, a segunda revolução técnico-lingüística do mundo, de grandes conseqüências para a humanidade.

Primeiro poeta e literato do Brasil, Anchieta foi também o autor da primeira gramática de uma língua indígena brasileira, o Tupi. Pouco se escreveu a respeito dessa obra de Anchieta e, geralmente, de forma equivocada, embora essa seja uma das mais ricas e interessantes e onde a sua originalidade foi mais espetacular.

PALAVRAS-CHAVE: Renascimento, gramática, humanismo

UMA NOVA BABEL

Em 1595 era publicada em Portugal a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, do missionário José de Anchieta. Esse não era um fato isolado, mas estava dentro de um contexto mais amplo, que nos importa conhecer.

Os séculos XVI e XVII podem ser chamados de “*A Era das Gramáticas*”, a época de uma nova Babel. Até então, nunca se dera tanta importância ao estudo das línguas e a sua gramaticalização. Esse momento histórico opunha-se, assim, a uma Idade Média em que o ideal do homem culto era encarnado pelo teólogo escolástico e não pelo filólogo poliglota.

Nesse contexto, a Filologia libertava-se de sua condição de “serva da Teologia”. O valor estético e ético dos textos antigos é visto, agora, por si mesmo e não enquanto um simples *ornamentum fidei*. Reconhece-se em Platão, em Aristóteles, em Virgílio, em Cícero, em Sêneca, lampejos da sabedoria divina, uma antecipação do Cristianismo.

Ao mesmo tempo em que os eruditos estão a estudar os textos antigos e a abeberar-se nas fontes da cultura ocidental, surgem os novos estados nacionais europeus. Nesse contexto, a língua passa a ser uma “companheira do Império”, conforme diria o humanista espanhol Nebrija.

É nesse momento também, que os novos continentes são descobertos, fazendo o homem europeu confrontar-se com as mais variadas realidades culturais e linguísticas, desde a culta e refinada sociedade chinesa da dinastia Ming, até as sociedades indígenas da América do Sul.

A problemática linguística, suscitada no século XVI, apresentava, como se pode perceber, dimensões espetaculares e em três aspectos principais:

1- No século XVI, com o Renascimento assistiu-se à valorização das chamadas “línguas sapienciais”, ou “línguas da missa”, como então se dizia, isto é, o latim, o grego e o hebraico. O humanista busca ardentemente conhecer o grego, o latim e o hebraico, as línguas que facultavam retorno aos textos da Sagrada Escritura e da Antigüidade cristã e pagã.

Reconhece-se, assim, o valor humano das línguas antigas, que confeririam ao homem maior dignidade, segundo o princípio do “*hominem humaniorem facere*” (*fazer o homem mais humano*). Lembra-nos Kuckenheim (1951: 1) que

O sábio, sem intermediários, penetra o pensamento grego, exprime-se na língua de Cícero, entra em contato com seu Deus pela escritura santa: é o homem dotado de **triplex lingua** ou o **trium linguarum gnarus** (“o conhecedor das três línguas”).

2- Também foi um fenômeno do Renascimento a ascensão das línguas vernáculas e nacionais européias, numa Europa em que surgiam os grandes impérios nacionais, que buscariam, agora, impor suas próprias línguas aos territórios que conquistassem. O mesmo que Roma fez com as regiões que dominava, isto é, impor o latim, a Espanha, Portugal, a França fariam nas suas colônias. Várias gramáticas de línguas vernáculas foram fruto, assim, de imperativos políticos. Não foi por acaso que a primeira gramática da língua castelhana, a de Nebrija, tenha sido publicada em 1492, ano em que se fundava o Império Espanhol, com o descobrimento da América. É interessante,

também, observar que a *Gramática da Língua Portuguesa* tenha sido escrita por João de Barros, importante figura da administração colonial, o grande estrategista do imperialismo português. O ano de 1540, em que sua obra veio ao prelo, era o do governo de D. João III, período importante para a expansão ultramarina lusitana.

3- Foi, finalmente, no século XVI, que ocorreu a descoberta das línguas exóticas, de povos que habitavam regiões e continentes antes desconhecidos.

Assim, quase na mesma época em que eram publicadas as primeiras gramáticas do francês, do castelhano, do português, viam à luz as gramáticas das línguas ameríndias, asiáticas e africanas, que, décadas antes, eram completamente desconhecidas pelos europeus. Datam dessa época, por exemplo, as primeiras gramáticas ocidentais do japonês, do vietnamita, do árabe, do geez (da Etiópia), do tamil (da Índia), do guarani, do tupi, do náuatle (do México), do aymara, do quáchua (do Peru e da Bolívia) e de muitas outras. Certas gramáticas de línguas ameríndias foram publicadas antes mesmo que viessem à luz as primeiras gramáticas do inglês (a primeira, a de Bullokar, é de 1586, ao passo que a *Arte en Lengua de Michoacan*, do Frei Maturino Gilberti, foi impressa vinte e oito anos antes, em 1558).

Mas, se a gramaticalização das línguas vernáculas e se a renovação das gramáticas das línguas antigas eram um fato caracteristicamente renascentista, a obra de gramaticalização das línguas americanas, asiáticas e africanas seria fruto do trabalho missionário, da Contra Reforma, que não se identificava com o Renascimento, mas, ao contrário, negava seus postulados fundamentais. Não houve, com efeito, dialética entre o Renascimento e a Contra-Reforma católica, mas pura negação. Foi nesse momento que a religião começou a se separar, no Ocidente, da Filosofia e da Política, o que não ocorreria, por exemplo, no mundo islâmico.

Os missionários foram, assim, os primeiros gramáticos das línguas americanas, africanas e asiáticas. Para Inácio de Loyola, aprender a língua dos povos a serem evangelizados era a primeira obrigação de um missionário jesuíta. Países como o Japão, a Índia, o Vietnã, o México, o Peru, o Paraguai devem a eles, além de grandes monumentos de sua filologia, algumas das primeiras gramáticas de

línguas faladas ainda hoje e por milhões de pessoas.

O século XVI começaria a assistir à gramaticalização maciça das línguas do mundo, fossem elas mortas ou vivas, européias, americanas ou asiáticas, de povos de tradição literária milenar, como a China e o Japão, ou de povos ágrafos, como os tupis e os guaranis da América. O século XVI, com efeito, começou a gramaticalizar tudo e a tornar todas as línguas dignas de serem gramaticalizadas.

A ERA DAS GRAMÁTICAS E O MODELO LATINO

Durante vários séculos, por toda a Idade Média, *saber gramática* correspondia a *saber latim*. Assim, ao iniciar-se a Idade Moderna, a gramática latina tradicional era o único referencial teórico de que os gramáticos daquela época dispunham para gramaticalizar as línguas que então assumiam importância como instrumento de poder de impérios coloniais ou como meio de evangelização dos povos dos continentes recém-descobertos. Desse modo, no processo de gramaticalização das línguas vernáculas européias e das línguas extra-européias estaria subjacente o modelo latino.

João de Barros (op. cit., p.315), por exemplo, subordina a gramática portuguesa àquele modelo ao declinar o substantivo *rainha*, como se o português fosse igual ao latim no sistema de casos:

Nominativo	- a rainha
Genitivo	- da rainha
Dativo	- à rainha
Acusativo	- a rainha
Vocativo	- ó rainha
Ablativo	- pela, na, com a rainha

Isso era comum entre quase todos os gramáticos daquela época. Por outro lado, quase todos afirmavam que as línguas que gramaticalizavam tinham as oito partes da oração latina, a saber: o nome, o verbo, o pronome, a preposição, a conjunção, o advérbio, a interjeição e o particípio.

Desse modo, o peso da herança clássica, de uma tradição gramatical enraizada na latinidade clássica e medieval, iria fatalmente fazer-se sentir sobre as gramáticas das línguas vernáculas e extra-

européias no século XVI. O modelo latino foi universalmente usado para elas. Até mesmo línguas tão diferentes como o japonês e o quí-chua foram tratadas dentro do modelo latino.

No que diz respeito aos gramáticos das línguas extra-européias, eles afirmaram, quase unanimemente, terem tais línguas as oito partes da oração latina, fator do próprio enobrecimento delas. Num momento histórico em que se polemizava na Europa acerca da natureza humana do índio, a afirmação da existência das oito partes da oração latina nas línguas indígenas americanas deu forte contribuição para que ficasse assentada a idéia da humanidade do homem americano. No *Prólogo del Autor al Christiano Lector*, Frei Domingo de Santo Thomas (1560), gramático da língua quêchua, expressa tal idéia ao afirmar que: “*É de notar que nesta língua, assim como na latina e nas demais, há todas as oito partes da oração ou da fala.*”

Vários fatores, a nosso ver, determinaram tal precedência da Europa na gramaticalização das línguas do mundo todo:

– O caráter missionário do Catolicismo, que se se aprofunda com a Reforma Protestante. Era preciso estudar as línguas dos povos a converter nos novos continentes e fazer gramáticas delas. Com efeito, o Cristianismo foi a primeira religião missionária do mundo.

– O latim era uma segunda língua na Europa medieval, mas só dos intelectuais e do clero. A seu lado, eram faladas muitas línguas pelos povos europeus. Rompido o equilíbrio político medieval e com a formação dos novos Estados nacionais, as línguas vernáculas seriam elevadas a primeiro plano, deixando o latim como uma língua só dos homens cultos, o que não ocorreria no Oriente, onde as línguas clássicas haviam evoluído pouco. Além disso, na China, na Índia, no mundo árabe, o saber clássico estava no seio das práticas religiosas e culturais. No Oriente, a língua escrita e a intensidade da cultura dos textos, tornaram lenta a evolução da língua falada.

Desse modo, instauraram-se na Europa certas condições que conduziram, nos séculos XVI e XVII à “*éclosion*” das gramáticas, fato de importantes conseqüências para o papel hegemônico que aquele continente exerceria nos séculos seguintes sobre o mundo.

ANCHIETA, UM HUMANISTA DO RENASCIMENTO
E UM MISSIONÁRIO GRAMÁTICO

Em dois aspectos Anchieta esteve presente na nova Babel dos tempos renascentistas e contra-reformistas: compondo epopéias latinas, algo típico de um humanista erudito, e fazendo uma gramática de uma língua indígena americana, coisa de missionário. Importa-nos conhecer algo de sua formação cultural para bem situá-lo em sua época.

Nascendo em 1534, nas Ilhas Canárias, bem próximas das costas da África, Anchieta vai em 1548 para Portugal, aos quatorze anos, para estudar na famosa escola renascentista do país, o *Colégio das Artes*, um dos chamados “colégios das três línguas”, isto é, do latim, do grego e do hebraico, que então se disseminavam pela Europa, formando o intelectual dos novos tempos do Renascimento. Ele viveu em Coimbra durante uma das fases mais agitadas, mas também das mais ricas da vida intelectual de Portugal. Sua formação humanística naquele país deu-se, na maior parte de sua duração, fora do âmbito da Companhia de Jesus, na qual ingressaria somente em 1551. Assim, naqueles três primeiros anos de sua vida em Portugal, ele recebeu a mais genuína cultura renascentista, que ainda não se achava de envolta com a visão de mundo jesuítica, haja vista que o Colégio das Artes, em que ele estudou, só seria entregue à administração da Companhia de Jesus em 1555.

Assim, antes de a educação pública em Portugal ser dominada pela Companhia de Jesus, o velho país dos “cristianíssimos reis”, o mais contra-reformista, talvez, de todos os países da Europa, conheceu alguns anos de autêntico humanismo renascentista, teve um genuíno “*colégio trilingüe*”, tão ao gosto e ao estilo do príncipe dos humanistas, Erasmo de Roterdão. Certo é que isso foi por pouco tempo. Efetivamente, tal Colégio, que passou a funcionar em 1548, já em 1550 seria molestado pela Inquisição e alguns de seus professores mais famosos seriam presos e processados.

Para Costa Ramalho (1985) a formação gramatical, filológica e literária de Anchieta fazem dele um homem que, apesar de sua visão de mundo medieval, participou ideologicamente do Renascimento. Seu latim é o renascentista e não o “cultivado pelas ordens religiosas de todos os tempos”, como quer Azevedo Filho (1985, pp. 16-

17). Anchieta não foi, como afirma este último, um homem da Idade Média e do Barroco, sem passar pela cultura do Renascimento, mas foi, sim, conforme o evidenciou Costa Ramalho, um humanista de nível semelhante, no que se refere ao nível do latim utilizado, aos grandes renascentistas de sua época. O futuro missionário gramático trazia, assim, uma vasta formação clássica.

O que evidencia a excelência de Anchieta no uso do latim renascentista, são seus poemas *De beata Virgine Dei Matre Maria*, com quase 5.800 versos e *De Gestis Mendi de Saa*, com mais de 3000 hexâmetros, obra esta que foi publicada anonimamente em Coimbra em 1563. Outras poesias latinas, de extensão menor, foram também publicadas e chegaram até nós. Anchieta teria realizado, assim, na expressão de Bosi (1979) *um enxerto clássico numa substância ingenuamente medieval*.

Como missionário gramático, Anchieta haveria de refletir em sua *Arte* tupi sua vasta formação linguística, aperfeiçoada com seus mestres renascentistas.

A GRAMÁTICA TUPI DE ANCHIETA, UMA OBRA REVOLUCIONÁRIA

Anchieta chegou ao Brasil em 1553, com a esquadra de Duarte da Costa, o segundo governador-geral. Passaria os primeiros anos em São Paulo de Piratininga, onde aprenderia a língua tupi e faria um esboço manuscrito de sua gramática já em 1555. Sua publicação, porém, somente ocorreria em 1595, quase no final de sua vida.

A língua tupi era falada em toda a costa do Brasil, desde o Rio Grande do Norte até, mais ou menos, o paralelo de 27^o, com algumas variantes dialetais (o tupinambá, o tupinambá do norte, etc.) A gramaticalização da língua tupi não se fez, assim, aleatoriamente. Ela incidiu, sim, sobre uma língua que tinha grande extensão geográfica. Com efeito, a realidade linguística do continente era complexa: somente no Brasil, estima Rodrigues (1986: 19) que, na época do Descobrimento, o número de línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje (i.e. seriam cerca de 350). Além disso, a impressão de uma gramática, dados os seus custos elevados numa época de imprensa ainda incipiente, só se justificaria se a língua descrita fosse falada

por muitas pessoas, o que faria com que o esforço redundasse na conversão de muitas almas, fim almejado pela publicação desse tipo de obra.

Desse modo, muitos catecismos e gramáticas elaboradas por missionários católicos nunca viriam ao prelo. Os custos de publicação corriam por conta das províncias religiosas. É sabido, assim, que os catecismos escritos pelo Pe. Antonio Vieira jamais seriam publicados, haja vista destinar-se a poucas centenas de falantes de determinadas línguas ameríndias.

O conhecimento do tupi foi, desde logo, considerado uma condição indispensável para a admissão de um candidato à Companhia de Jesus. A Congregação Provincial de 1568 pede que se dispensem os que conhecem a língua indígena da exigência de estudos muito aprofundados para a ordenação sacerdotal e para a profissão dos votos. O próprio conhecimento de latim passou a ser considerado dispensável se o candidato fosse versado na língua do Brasil. Saber tupi era condição fundamental para o bom êxito da catequese e a *Arte de Anchieta*, segundo seu biógrafo Pero Rodrigues (1897: 199), “*é o instrumento principal de que se ajudam os nossos padres e irmãos que se ocupam na conversão da gentildade que há por toda a costa do Brasil*”.

Já nas primeiras linhas do Capítulo I de sua obra, Anchieta passa a utilizar termos latinos de permeio com formas portuguesas. Isso será procedimento seguido ao longo de toda a sua gramática. Por exemplo, ao tratar das letras, na fol. 1, afirma ele: “Em lugar do s. in principio ou medio dictionis, serve ç com zeura, ut Açõ, çatã.”

Há, aqui, o uso de morfologia e de sintaxe híbridas, latina e portuguesa. Ele utiliza a preposição *em*, portuguesa, e a latina *in*. Inseriu a conjunção *ou* portuguesa num conjunto de construções latinas, como, por exemplo, “*in principio ou medio dictionis*”. Finalmente, em vez de utilizar a conjunção portuguesa *como*, utiliza a latina *ut*.

É bastante estranho tal hibridismo morfossintático. Não se encontra ele em outras gramáticas de sua época. A explicação para isso seria o fato de a *Arte* de Anchieta ter sido escrita, originalmente, em latim. A publicação de 1595 seria uma tradução imperfeita sob a qual se percebe um texto latino original, o que enganou muitos co-

mentadores desavisados.

Com efeito, alguns quiseram ver em Anchieta um gramático latinizante, como qualquer outro de sua época. Mattoso Câmara (1965), o mais famoso lingüista brasileiro deste século, desfechava um feroz ataque contra o estudo da língua tupi nas universidades brasileiras, afirmando a artificialidade dos estudos dos antigos missionários, entre os quais Anchieta. Apesar de bastante equivocado em suas opiniões, o trabalho de Câmara criou grande polêmica em torno dessa questão. Segundo ele, (*op. cit.*, p. 104), com as gramáticas dos missionários, “...a língua (tupi) se regulariza pelo modelo da gramática latina, adulterando-se as categorias genuínas e o valor dos morfemas. Os verbos passaram a ter uma conjugação à latina”.

Outros estudiosos caíram no mesmo engano. Buescu (1983) e González Luís (1992) consideraram Anchieta um gramático exatamente como outro qualquer de sua época. Em Buescu (*op. cit.*, p. 74), lemos que

...quanto ao resto, a Gramática de Anchieta segue, mais uma vez, rigorosamente, o modelo universal: a gramática clássica. Curioso é de notar o fato, que tomamos como registro dessa universalidade, de alternarem nas titulações, exemplificações e correspondências, o português e o latim...

A verdade é que a *Arte de Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, de Anchieta, é uma das obras gramaticais mais originais de todo o século XVI. Só a comparação dessa obra com outras de sua época podem dar conta disso. Alguns aspectos são espetaculares e merecem menção:

– Anchieta nega que o tupi tenha o sistema de casos do latim. Entre os gramáticos de sua época isso era algo quase impensável.

– Na *Arte* tupi de Anchieta não há referência às oito partes “sagradas” da oração latina, que os outros gramáticos de sua época acreditavam ser as mesmas em todas as línguas. Anchieta só trata de cinco dessas partes da oração.

– Em Anchieta há o tratamento simultâneo da morfologia com a sintaxe, coisa que só o século XX tornaria comum. Os outros gramáticos de sua época reservavam umas poucas páginas finais para tratar da sintaxe das línguas que descreviam, sempre separadamente.

– Pelo que se sabe, Anchieta foi o primeiro gramático a utili-

zar em português escrito um grande número de termos técnicos da descrição lingüística, como *numeral ordinal*, *posposição*, *indicativo*, *modo permissivo*, *frequêntativo*, *negativo*, *interrogativo*, *instrumental*, *monossílabo*, *polissílabo*, etc.

– Anchieta, diante de fatos lingüísticos novos, criou, muitas vezes, termos apropriados e não aproveitou a terminologia tradicional. Ele privilegiou, por outro lado, os critérios morfossintáticos em vez dos semânticos na descrição da língua, o que seria comum somente entre os estruturalistas do século XX.

– Anchieta teve uma fina percepção da fonologia do tupi, sendo o único a descrever a existência de certos sons naquela língua.

– Ninguém antes de Anchieta, certamente, falou de acento enquanto *sinál gráfico*, como hoje se entende. Para os outros gramáticos de sua época, acento era *quantidade*, como existe em latim. Por exemplo, na palavra *arma*, no ablativo (leia-se *ármaa*, demorando no *a* final), o *a* final é chamado de *longo* e o *a* inicial é *breve*. Acento, assim, até o século XVI, era algo totalmente diferente do que entendemos hoje e Anchieta foi, talvez, o primeiro gramático que usou esse termo no sentido atual.

Assim, no que diz respeito a Anchieta, a opinião de Câmara não condiz com os fatos, conforme mostramos, pois inúmeras foram as descontinuidades verificadas e, em certos pontos, originalidades impressionantes que fazem com que sua contribuição para a história da gramática seja inegável. Que outro gramático do século XVI, falou de acento enquanto *grafema* e não enquanto *quantidade silábica*? Quem, em pleno século XVI, recusou subordinar o nome e o pronome ao sistema de casos do latim? Em quantas gramáticas quinhentistas verificamos a total omissão do número “sagrado” das oito partes da oração latina, e da ausência de tratamento de categorias gramaticais às quais, havia séculos, as gramáticas consagravam alentados capítulos? Quantos gramáticos do século XVI tiveram a intuição fonológica de Anchieta e sua acuidade no que concerne ao tratamento das semiconsoantes, das vogais nasais, etc.? (Embora Câmara [*op. cit.*, p. 104] afirme que houve nas *Artes* dos gramáticos do tupi antigo “simplificação fonética muito grande”). Que gramáticas do Quinhentos tratavam a morfologia junto com a sintaxe?

Assim, são inúmeros os elementos que apontamos que nos facultam afirmar que *a gramática de Anchieta não é latinizante*, e que sua originalidade é, em muitos pontos, tão grande que, para o momento histórico em que foi escrita, ela representa um monumento lingüístico dos mais admiráveis, uma obra *sui generis* que, em muitos aspectos, antecipa procedimentos da Linguística moderna, que busca estudar a estrutura das línguas em si e não em referência à estrutura de outras. Ela contraria “dogmas” gramaticais havia muito definidos nas formulações teóricas do Ocidente, desde Donato e Prisciano e recuperados pelos gramáticos renascentistas.

Em Anchieta, a pretensa “regularização da língua pelo modelo da gramática latina” está ausente quase sempre. Se o capítulo destinado ao verbo evidencia maior subordinação àquele modelo, não é menos verdade que ele está repleto de originalidades.

Não sendo uma gramática latinizante, afastando-se, em muitos pontos, do modelo universal latino, a *Arte* de Anchieta aproxima-se mais de uma moderna descrição lingüística que das outras gramáticas de sua época, estas sim, muito latinizantes. Daí, a nosso ver, seu caráter pouco didático. O fato de ter resultado “muy diminuta e confusa”, conforme a ela se refere a *Aprovação* da segunda gramática da língua tupi, a *Arte* do jesuíta Luís Figueira, em suas edições de 1621 e 1687, deve-se, certamente, a esse seu caráter de descrição lingüística antes que de método de aprendizagem de uma língua. Quem, com efeito, aprenderia uma língua estrangeira se, ao invés de buscar uma gramática ou um método didático, fosse estudar uma obra de Linguística ou uma obra que versasse somente sobre as estruturas lingüísticas do idioma que quisesse aprender? Assim, a gramática de Anchieta peca por antididatismo, mas supera imensamente outras gramáticas contemporâneas (a de Figueira, por exemplo) por maior acuidade metalingüística.

Embora educado no Colégio das Artes de Coimbra, onde recebeu a mais genuína cultura renascentista, e embora fosse considerado em sua época um grande latinista, Anchieta foi, talvez, o gramático missionário menos vinculado ao modelo latino de todo o século XVI. Ele foi um homem da Companhia de Jesus, escrevendo catecismos e poemas religiosos e místicos. Foi um homem do Renascimento, se levarmos em conta o latim em que suas obras épicas se va-

zaram. Foi, finalmente, um homem situado muito adiante de sua época se considerarmos o valor de sua obra gramatical que é, sem dúvida, um dos maiores monumentos da lingüística americana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, J. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595)*. (Apresentação do Prof. Dr. Carlos Drummond, da USP). São Paulo: Loyola, 1990.

AZEVEDO FILHO, L.A. *A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1985.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa (1540)*. Introd. de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971a.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1979.

BUESCU, M. L. C. *O estudo das línguas exóticas no século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

CÂMARA JR., J.M. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1965.

COSTA, Ramalho A., “Leodegário A. de Azevedo Filho - A obra de Anchieta e a literatura novilatina em Portugal” (Recensão crítica). *Humanitas*, vols. 37-38. Coimbra: Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1985-86, p. 382-385.

DOMINGOS DE SANTO THOMAS. *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru*. Valladolid: Francisco Fernandez de Cordoba, impressor, 1560.

FIGUEIRA, L. *Arte da lingua brasilica*. Lisboa: Manuel da Silva, 1621.

———. *Arte de grammatica da lingua brasíllica*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1687.

GONZÁLEZ LUÍS, F., “La gramática de la lengua tupi de José de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Anchieta y su dependência de la gramática latina”. *Fortunatae*, n° 4. La Laguna, Islas Canárias: Secretariado de Publicaciones, Universidade de La Laguna, 1992, p. 229-244.

KUKENHEIM, L. *Contributions à l'histoire de la grammaire grecque, latine et hebraïque à l'époque de la Renaissance*. Leiden: E. J. Brill, 1951.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras - Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, P. “Vida do Padre José de Anchieta”. *Annais da Biblioteca Nacional*, XIX. Rio de Janeiro, 1897.

VIOTTI, H.A. *Anchieta, o apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.

AS MARCAS DA ORALIDADE NA ESCRITA¹

José Mario Botelho
(UERJ, FEUDUC e ABRAFIL)

RESUMO

Que as pessoas não escrevem da mesma forma que falam é um fato tão óbvio quanto ao fato de considerar a escrita e a fala como modalidades particulares da língua, embora haja características de uma que podem ser normalmente encontradas na outra, já que não são estanques.

Acreditando que há mais semelhanças do que diferenças entre essas duas práticas discursivas e que tais semelhanças são fruto das influências mútuas de uma sobre a outra, as quais se manifestam de forma diferente e em momentos diferentes, procurei observar as marcas da oralidade na escrita em um desses momentos, que, neste trabalho, será denominado Escrita pós-letramento (Escrita₂), como o fizeram Brown (1981) e Kato (1987).

Desta forma, o presente trabalho procurou comprovar a influência que a oralidade exerce sobre a escrita, o que faz com que sejam, num determinado momento, isomórficas as suas produções, em virtude de poderem ser encontradas marcas daquela sobre esta.

Palavras-chave – Oralidade; Fala; Escrita; Pós-letramento; Ensino

INTRODUÇÃO

Muito se comenta sobre diferenças e semelhanças entre as modalidades oral e escrita, porém o porquê dessas diferenças e semelhanças entre elas não tem recebido a devida atenção.

Sem dúvida nenhuma, as pessoas não escrevem do mesmo modo que falam, mas, como já demonstramos em outro trabalho (BOTELHO, 2004), podemos verificar certo isomorfismo entre tais modalidades, principalmente, se o material das modalidades observado constar de um mesmo ponto do contínuo tipológico.

¹ Esta é uma versão do trabalho apresentado numa sessão de mesa-redonda do X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, realizado pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos no Instituto de Letras da UERJ, de 21 a 25 de agosto de 2006.

Certamente, além dessas diferenças e semelhanças parecerem ter a ver com a distinção de como a linguagem é produzida e recebida, há muitas outras que se poderiam observar: o contexto de uso da linguagem, o sentido do que se diz ou se escreve, do objetivo do falante ou do escritor ao produzir seu texto e de outros fatores, que direta ou indiretamente influenciam a forma de produção da linguagem.

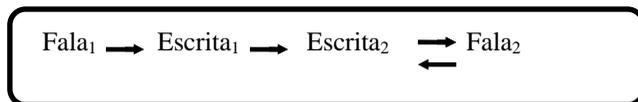
Considerando tais fatores de produção de cada uma das modalidades da língua, podemos avaliar a influência de uma sobre a outra e constatar que inicialmente é a oralidade que inicia o ciclo de influências mútuas.

Destarte o objetivo do presente trabalho é tentar mostrar a influência que a oralidade exerce sobre a escrita, o que faz com que os produtos oral e escrito sejam muito semelhantes, principalmente nesse primeiro momento.

CICLO DE INFLUÊNCIAS MÚTUAS DE UMA MODALIDADE SOBRE A OUTRA

Para Brown (*Apud* KATO, 1987), a fala pós-letramento é uma simulação da escrita e, por conseguinte, uma fala-padrão. Parece-me, entretanto, que não ocorre de fato apenas uma simulação da escrita, mas um ciclo de simulações contínuas. Tal ciclo poderia ser esquematizado da seguinte forma:

Figura 1. Direção de simulações entre fala e escrita com ciclo de simulações contínuas



Corroborando Kato (*op. cit.*), a Escrita₂ e a Fala₁, que deve ser entendida como a fala pré-letramento, se distinguem e se distanciam.

Convém lembrar, que nessa Fala₁ não há influência da escrita, já que ainda não se deu o contato direto com essa modalidade. Letramento nesse caso deve ser entendido tão-somente como o manu-

seio individual do sistema escrito e não um conjunto de práticas sociais.

A criança procura simular na fala essa Escrita₂, constituindo a Fala₂, que por sua vez também influencia a Escrita₂, que continua influenciando a Fala₂. Dá-se, por conseguinte, um ciclo de simulações contínuas. Considerando tal fenômeno, não se pode crer numa fala-padrão, como afirma Kato, corroborando Brown, nem numa simples tecnologização da fala, como o quer Ong. O resultado do desenvolvimento das influências mútuas das modalidades escrita e oral, que é por si só ilimitado, é muito mais complexo do que se imagina.

De fato, após o contato contínuo com a escrita o indivíduo falante passa a apresentar uma nova fala, característica de um falante letrado, em cujas produções textuais as influências que as modalidades exercem uma sobre a outra podem ser sentidas.

Que cada uma destas modalidades apresenta certas características, que as particularizam e que, de certa forma, nos fazem distinguir uma da outra ninguém pode negar. Crer numa fala-padrão é o mesmo que aceitar a inconsistente tese (antiga e já ultrapassada) de que a escrita seria um tipo de **ersatz** da fala², como se ela fosse uma forma de transcrição da linguagem oral³. A diferença está na inversão do foco.

INFLUÊNCIAS DA LINGUAGEM ORAL SOBRE A PRÁTICA DA ESCRITA

Considerando a Figura 1 acima, a Fala₁ é aquela da qual o falante, que ainda não faz uso da escrita (falante iletrado), tem certo domínio; é a fala pré-letramento.

Nos primeiros momentos de desenvolvimento da escrita (Escrita₁. Ver Figura 1), essa fala exerce total influência sobre a prática da escrita, que, para o aprendiz, inconsciente da sua função social e

² "A rigor, a linguagem escrita não passa de um sucedâneo, de um ersatz da fala." (CÂMARA JR., 1991: 16)

³ Ver Bloomfield (1933)

importância nas práticas discursivas sociais, é tão-simplesmente uma forma de representação da linguagem oral.

É muito comum, pois, serem encontradas marcas da oralidade em produções escritas desse nível.

Durante a produção dos textos da amostra que será utilizada para a presente digressão senti haver algo além das marcas de uma na outra.

O produto, portanto, é revelador: características de uma são encontradas na outra a par de suas características particulares. E dependendo do estágio de contato com a oralidade e a escrita em que se encontra o produtor (falante–escritor), tais influências são ainda mais sentidas.

É a escrita que, inicialmente, recebe influência da oralidade (Escrita₁). Mais tarde, é-lhe imposta uma escrita convencionada, socializada (Escrita₂), que difere substancialmente daquela utilizada até então. Esta influencia a sua fala (Fala₂), que procura agora reproduzir a escrita, num ciclo contínuo de simulações.

Baseado nesta concepção, é que pude observar que textos escritos do nível inicial apresentam uma semelhança muito grande com a sua oralidade. Para comprovar a hipótese de que a oralidade exercia influência na escritura daquele nível escolar, o que não ocorreria nas segunda e terceira séries do segundo grau, cujos alunos procuram escrever conforme a norma culta e se autocorrigem ao falarem, pedi-lhes que gravassem um texto narrativo sobre um fato marcante. Comparando os textos escritos com os textos orais, pude comprovar a minha hipótese.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Levando em consideração a característica SVO da estrutura frasal da língua portuguesa (que é mais incidente), o que faz a maioria dos estudiosos classificá-la como sendo uma língua de proeminência de sujeito, e que a modalidade tomada como referência é a escrita (linguagem-padrão), classificarei como desviante qualquer estrutura com características diferentes, como é o caso da construção de tópico.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Considerando, ainda, a construção de tópico como uma característica da estrutura frasal do Português falado no Brasil, conceberei as construções desviantes encontradas nos textos escritos influência da oralidade.

Observei os seguintes processos: Topicalização, Construções Passivas, Relativização e Elementos de Coesão.

Urge ressaltar que este estudo é de natureza estruturalista e que tomou, como referência, as estruturas superficiais.

A seguir uma amostragem dos fenômenos escrutados nos textos escritos:

Topicalização:

- (01) No sábado, eu tinha uma festa (...)
- (02) Fui eu e mais dois colegas nossos.
- (03) Todas as pessoas que não estavam de carro, ele gritava: – vai a pé, vai a pé.

O caso de topicalização a partir de deslocamento de termos (mormente, de Adjunto Adverbial) e de inversão do sujeito é tão frequente na linguagem escrita, que se poderia dizer que constitui uma característica desta modalidade quando se deseja um efeito especial.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Desl./Inver. de Termos	45
Construção Ergativa	01
Deslocam à Esquerda	01

Em Português, a distinção entre Topicalização e D.E. se torna difícil, uma vez que o fenômeno da elisão de pronome é muito incidente.

Nenhuma construção com Duplo Sujeito, o que a tradição chamaria de Anacoluto, foi encontrada.

Construção Passiva:

- (04) Quase fomos esmagados na porta.
(05) (...) e um carro de bombeiro foi chamado.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Construção Passiva	05
--------------------	----

É mister ressaltar que, apesar de terem sido encontrados apenas estes 05 (cinco) exemplos nos textos analisados, as construções de voz passiva (principalmente, as sintéticas) são construções de tópico facilmente encontradas em textos escritos, o que põe em dúvida a classificação do português como língua de proeminência de sujeito.

Relativização

- (06) (...) para o homem que estava ajudando ela.
(07) (...) da vizinha, cujo filho era meu colega.

As construções com relativização são comuns em ambas as modalidades (oral e escrita) e, nos textos analisados, muitas destas construções foram encontradas.

O que é interessante observar é que não ocorreram falhas quanto ao uso do relativo, como é comum na oralidade: falhas quanto ao uso da preposição necessária ou inadequação do relativo escolhido, como é o caso do uso de “que” universal (sem função na subordinada), ou de “que” em lugar de “cujo”, ou de “cujo” em lugar de “que”, ou “onde” em lugar de outro relativo.

Porém, não posso dizer o mesmo quanto à distinção entre a Subordinada Explicativa e a Subordinada Restritiva, pois, nos textos analisados, os alunos demonstraram não terem domínio das regras de pontuação. Como por exemplo:

- (08) (...) falava sobre seu carro, que, segundo eu era um Monza do ano.
(09) Todos os convidados viam a minha alegria que irradiava o salão

inteiro.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Relativização	15
---------------	----

Elementos de Coesão:

a) Anáfora:

- (10) (...) para tentar pegar a moça mas quando ela chegou perto da ladra.
- (11) Depois disso a minha tia não quis saber de voltar lá.

b) Catáfora:

- (12) Foi o maior auê, todo mundo me zoando.
- (13) Mais tarde teve um grande momento coloquei o vestido (...)

c) Elipse:

- (14) Nós entramos eu experimentei e adorei.
- (15) A Apoteose ainda estava vazia (...) e quando deu 7:00h estava lotado.

d) Repetição:

- (16) Nós ficamos espremidos entre a grade (...) só que a grade “graças a Deus” aguentou.
- (17) (...) e fui andando o viaduto do Maracanã a pé até que eu cheguei no Maracanã.

e) Pontuação:

- (18) (...) um homem que estava ao meu lado, foi um desespero, eu não sabia o que fazer.
- (19) Chegamos lá estava a maior confusão para entrar.

f) Conectivos:

- (20) Larguei o homem lá e saí pela janela do ônibus.
- (21) Apesar das condições de transporte a noite de sábado foi boa.

g) Marcadores Discursivos:

- (22) Porém a minha tia viu e a moça foi embora.
- (23) Então conforme as pessoas iam saindo (...)

A análise, a partir dos elementos de coesão, é deveras interessante devido ao grande número de exemplos.

A coesão feita pela substituição de componente por uma Pro-Forma (elemento gramatical representante de um outro elemento) pode ser verificada em todos os textos analisados. A Anáfora ocorreu em grande número; a elipse, considerando os casos em que o sujeito (Pronome Reto) não é necessário, também foi bastante incidente; a Catáfora não foi muito utilizada.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Anáfora	100
Elipse	61
Catáfora	04

A Coesão feita pela repetição de componentes pode ser observada em todos os textos analisados, e a incidência de estruturas com termos repetidos é bastante considerável. Pouco utilizado foi o processo de coesão a partir da pontuação, sem o recurso de outros elementos, enquanto que o processo de coesão a partir de Conectivos (elemento de ligação entre orações: Conjunção, Pronome Relativo, Preposição e Advérbio) foi muito utilizado.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Repetição	23
Pontuação	13
Conjunção	50
Pronome Relativo	15
Preposição	09
Adverbial	08

Alguns casos de construção com marcadores discursivos (elementos funcionais que contribuem para a textura, sem que o elemento referencial seja necessariamente o imediatamente anterior).

QUADRO DEMONSTRATIVO

Marc. Discursivo	10
------------------	----

Elementos de coesão ocorrem em ambas as modalidades. A diferença reside na escolha do elemento; na linguagem oral, os marcadores discursivos (especialmente “af”) são mais incidentes e isto provoca a fragmentação. A falta de conectivos também é bastante incidente, e, quando o conectivo é utilizado, verificam-se as falhas.

A utilização de elementos de coesão do tipo conectivo nos textos analisados também favorecem a hipótese da influência da oralidade sobre a escrita.

Além destes elementos acima relacionados, encontrei algumas estruturas sintáticas truncadas, para cuja análise tive dificuldade (seis, ao todo).

- (24) No sábado seguinte eu tinha uma festa de 15 anos para eu ir, de uma colega da rua, a Cris, (...).
- (25) No caminho houve ataque da Força Jovem que é a torcida do Vasco inimiga.

Comentário

Após a amostragem do item anterior, pode-se perceber a complexidade das redações dos alunos de oitava série, as quais apresentam problemas que freqüentemente dificultam o trabalho do pro-

fessor quando vai corrigi-las.

A análise aqui apresentada não privilegiou a norma, considerada culta, e, por conseguinte, não foi tratada a questão do certo e do errado. Naturalmente, esta norma culta foi considerada, pois serviu de modelo de descrição e análise do material utilizado (redações escolares), uma vez que o objetivo do trabalho é comprovar a influência da oralidade sobre a escrita, principalmente em sua fase inicial.

Daí, não considerar erradas as estruturas sintáticas dos textos analisados, mas inadequadas em relação à norma-padrão, ou desviantes.

O interesse pelo assunto surgiu durante o desenvolvimento normal do meu mister. Como Professor de Redação das turmas de oitava série e de segundo grau de uma Escola Particular da Ilha do Governador, percebi que havia diferenças no produto das turmas: as redações dos alunos de terceira série do segundo grau apresentavam menos inadequações sintático-semânticas do que as redações dos alunos de oitava série, e que ambas eram similares à oralidade em cada estágio. Isto é, características da oralidade dos alunos da terceira série do segundo grau eram encontradas em suas redações e características da oralidade dos de oitava série, nas suas. Entretanto, os textos daquela se identificam mais com a linguagem escrita do que com a linguagem oral. Concluo, pois, corroborando a teoria de Brown, que neste estágio é a oralidade que procura simular a escrita, o que não se verifica nos textos dos alunos de oitava série, os quais se identificam mais com a linguagem oral.

É interessante observar que, no caso destas turmas, as técnicas de redação lhes são apresentadas na quinta série e somente no segundo grau (especialmente, na terceira série) é que os alunos, com algumas exceções, procuram a autocorreção, que se desenvolve durante o terceiro grau, estágio em que ainda se verificam desvios em textos escritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. A Correção idiomática e o conceito de exemplaridade. In: José C. Azeredo (Org.). *Língua em debate: conheci-*

mento e ensino, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11-8.

BOTELHO, José Mario. A natureza das modalidades oral e escrita. **In:** *Filologia, lingüística e ensino*. Tomo 2, V. IX, n. 03. CiFEFIL: Rio de Janeiro, 2005, p. 30-42

———. Entre a oralidade e a escrita: um contínuo tipológico. **In:** *Produção e edição de textos*. V. VIII, n. 7. CiFEFIL: Rio de Janeiro, 2004, p. 57-69.

———. O isomorfismo entre as modalidades da língua. **In:** *Discurso e língua falada*. CiFEFIL: Rio de Janeiro, 2003, p. 157-77.

———. *A influência da oralidade sobre a escrita*. Monografia Inédita (Curso de Doutorado em Letras – Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, 1933.

BROWN, Gillian. Teaching the spoken language. **In:** *Association Internationale de Linguistic Appliquée*. Brussel, Proceedings II: Lecture, 1981, p. 166-82.

CÂMARA Jr., J. M. *Manual de expressão oral e escrita*. 11ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CHAFE, Wallace; DANIELEWICZ, Jane. Properties of speaking and written language. **In:** HOROWITZ, Rosalind; SAMUELS, S. Jay (Eds.). *Comprehending Oral and Written Language*. New York: Academic Press, 1987, p. 83-113.

FÁVERO, Leonor Lopes et al. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.

KLEIMAN, Angela B. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ONG, Walter J. *Orality and literacy: The technologizing of the word*. London: Methuen, 1982.

TANNEN, Deborah. The oral/literate continuum in discourse. **In:** Deborah Tannen (Ed.). *Spoken and written language: Exploring*.

**ATIVIDADES LINGÜÍSTICAS E EPILINGÜÍSTICAS
NO ENSINO CRIATIVO**

Nícia de Andrade Verdini Clare (UERJ)

RESUMO

Esse trabalho tem como finalidade apresentar o pensamento de Carlos Franchi - ex-professor da UNICAMP e autor do artigo "Criatividade e gramática", publicado em *Trabalhos de Linguística Aplicada* 9, em 1987 - em relação ao ensino de Língua Portuguesa.

Como ponto de partida, abordam-se as características do ensino na década de 80, como o "espontaneísmo" e o "futurismo". A seguir, propõe-se um trabalho de renovação do ensino gramatical através de atividades lingüísticas e epilíngüísticas. Conclui-se, finalmente, que, se seguirmos a proposta de Carlos Franchi, ofereceremos aos alunos condições de atingir, por seus próprios caminhos, a metalinguagem.

Palavras-chave: Gramática; Ensino; Lingüística; Epilingüística; Metalinguagem

Carlos Franchi⁴, ex-professor da UNICAMP, é autor do trabalho "Criatividade e gramática", publicado em *Trabalhos de Linguística Aplicada* 9, em 1987, além de artigos esparsos publicados em periódicos acadêmicos.

Franchi dedica seu trabalho a todos aqueles "que ainda insistem em ser professores apesar de tudo!" (1987: 5). Seu objetivo inicial é discutir o papel da criatividade na renovação do ensino gramatical. Considerando, então, ser lugar comum entre educadores a rejeição à gramática, insiste em que "é no uso e na prática da linguagem ela mesma, e não falando dela, que se poderá reencontrar o espaço aberto da liberdade criadora".

Antes de viabilizar sua proposta, faz uma análise do que vinha ocorrendo nas escolas. Refere-se, nesse momento, à involução nas estratégias pedagógicas. A criatividade era cobrada através dos chamados exercícios de redação, que, em verdade, não passavam de mera avaliação de questões ortográficas e normativas.

⁴ FRANCHI, Carlos. Criatividade e gramática. In: *Trabalhos em linguística aplicada* 9. Campinas: Mercado de Letras, 1987.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A este período, sucedeu o que Franchi chamou de “espontaneísmo”, ou seja, uma duvidosa pedagogia que defende a anulação do papel do professor em proveito do que se considerava criatividade na linguagem não-verbal.

“O trabalho do professor se resumiria a uma colheita de flores: a louvação dos achados surpreendentes (talvez só para ele) do que foi saindo por se deixar sair”. (p. 6)

Nessa fase mencionada por Franchi, encontrava-me trabalhando em uma escola do município do Rio de Janeiro. As aulas de Língua Portuguesa, calcadas na gramática normativa, foram substituídas, segundo a Nova Lei de Diretrizes e Bases, a 5692/71, por aulas de Comunicação e Expressão, em que se ensinava toda a teoria de Comunicação, com reconhecimento dos elementos indispensáveis ao estabelecimento da comunicação: emissor, receptor, mensagem, código, canal, contexto. Estudavam-se, ainda, as funções da linguagem, segundo Jakobson. A gramática passou a ser assistemática e, diríamos melhor, raramente ensinada. O professor que pretendesse dar “aulas de gramática” era desprestigiado. Valorizava-se a expressão corporal e se faziam, freqüentemente, dramatizações em sala.

Franchi recorda-se de que os livros didáticos também mudaram a partir desse momento. Os exercícios se limitavam a preenchimento de lacunas, reprodução automática de modelos, interpretação linear de textos. As informações gramaticais eram esparsas e deslocadas de contexto., tudo bem “sincronizado para a satisfação dos editores e dos professores que já não precisam pensar, nem ensinar a pensar” (p. 6).

Houve a época, ainda, do “modismo intelectual”, a que Franchi chamou “futurismo” (p. 7): professores que, então, cursavam pós-graduação traziam às salas de aula dos ensinamentos fundamental e médio noções de lingüística teórica. Em plenas turmas de ensino fundamental, aplicavam-se as funções de Jakobson, as teorias de Mattoso Câmara Jr, a dupla articulação de Martinet, a gramática gerativa de Chomsky. Particularmente, tive acesso a uma prova de 5ª série em que se cobrava dos alunos a definição de morfema.

“É um terrorismo contra o passado: buscam-se idéias inéditas, teorias nunca vistas, técnicas ultramodernas, cada um com a sua, em

uma atividade furiosa e inconseqüente”.

Diante dessa situação, Franchi alinhava suas propostas. Em primeiro lugar, a revisão da noção de criatividade, considerando-se que, em todo ato lingüístico, ela existe. Assim, observa que “cada ato de fala é sempre um ato de opção sobre um feixe de possibilidades de expressão que o sujeito correlaciona” (p. 12). Logo, a criatividade vai-se manifestar em nível da construção das expressões. Isso posto, conclui-se que o processo criativo não se resume à função poética; ao contrário, trata-se de um processo amplo que se configura até mesmo nos momentos de silêncio.

...há uma atividade criativa mesmo quando a linguagem se sujeita a suas próprias regras e há criatividade na construção das expressões mais simples e diretas em cada um de nossos atos comunicativos. Há criatividade até quando nada falamos e nos servimos da linguagem no solilóquio e no silêncio da reflexão em que reorganizamos os construtos anteriores da experiência (p. 13)

O propósito de Franchi é criticar a gramática do modo como é concebida e praticada em nossas escolas. Sua crítica se situa no âmbito da reflexão sobre o que se faz e dos resultados que se obtêm. Para ele, as atividades de natureza gramatical (metalingüística) em nada contribuem para o aspecto criativo da linguagem.

Sua proposta vai invalidar, portanto, um ensino calcado em definições metalingüísticas, quase sempre falhas e inoperantes, e incentivar a operação com a linguagem, revendo e transformando textos, de modo a que se possa perceber a variedade das formas de expressão. Trata-se da renovação do ensino gramatical através das chamadas atividades lingüísticas e epilingüísticas.

Como atividades lingüísticas, entendam-se as de nível oral e algumas atividades escritas mais simples, de repetição ou de transformação, calcadas na gramática interiorizada do falante, sem que dele seja exigida a reflexão. Geralmente, são atividades aplicadas nas primeiras séries do ensino fundamental e podem incluir até mesmo pequenas composições orais.

Como atividades epilingüísticas, entenda-se o trabalho reflexivo e de transformação elaborado com a linguagem escrita. Citem-se exemplos, tais como: ampliação de sintagmas, transformações de sintagmas nominais em verbais e vice-versa, alteração de conectivos,

sempre observando-se os efeitos provocados. Desde as primeiras séries do ensino fundamental, o professor pode começar a trabalhar com essas atividades, em nível gradual de dificuldades.

Antes, entretanto, é preciso eliminar todas as formas de preconceito lingüístico e discriminações sociais na linguagem. Na escola, não se deve “ensinar” somente a norma padrão, como até há pouco se pensava. Os alunos devem ter contato com diversas variedades lingüísticas e se conscientizar de seu uso, para que possam fazer opções adequadas às diferentes situações de discurso.

Franchi não se limita a teorizar. Pioneiro nessa atitude, procura exemplificar o que constata. Assim o faz, por exemplo, com relação à definição de substantivo. Se entendermos o substantivo como “a palavra que designa o ser”, de acordo com nossas gramáticas, como enquadrar entre substantivos palavras como: discussão, fome, beleza, subjetividade, ciúme etc.? Se se escolher a definição “sujeito é o elemento que pratica a ação expressa pelo verbo na voz ativa”, como reconhecer o sujeito em orações do tipo: “Como está a cabana lá no topo da serra?” “As portas não abrem e as janelas quebraram todas”? Assim, prefere Franchi que os alunos não se dediquem a decorar definições; antes, cheguem a conclusões próprias. Da mesma forma que reconhecemos um sentimento, sem que precisemos decorar sua definição dicionarizada, também podemos reconhecer um substantivo sem defini-lo.

O que Franchi procura criticar, enfim, é a adoção de definições nocionais para caracterizar um fato lingüístico de outra natureza. Dessa maneira, o aluno vai aprender mecanicamente a reconhecer sujeito por “ensaio e erro”, e o professor, por sua vez, perde a oportunidade de mostrar que a atividade do falante se serve dos recursos expressivos que a língua lhe proporciona.

Chama, também, a atenção para a miscelânea de critérios que orienta a atitude de grande parte de nossos professores. Isso só pode trazer prejuízo aos alunos [que ficam a procurar as respostas desejadas em exercícios classificatórios] e afastá-los do verdadeiro objetivo: a compreensão dos diferentes processos lingüísticos de expressão. Reconhece que tem razão quem rejeita o ensino de gramática, quando esta perde sua dimensão criadora e se esvazia de qualquer sentido pela desconexão entre seus objetivos e os da prática da lin-

guagem. Trata-se, nesse caso, da gramática pela gramática.

O problema maior está em que os gramáticos (e os professores, como!) não se dão conta da diversidade e da heterogeneidade dos critérios de que se servem, nem se apercebem de que a aplicação de um ou de outro leva a resultados classificatórios completamente diferentes (p. 23)

Exemplifica, ainda, através da definição de advérbio, frequentemente em várias apostilas escolares. Se se refere à invariabilidade dessa categoria, o critério é morfológico. Quando se diz que o advérbio modifica um verbo, um adjetivo ou outro advérbio, usa-se o critério relacional. Ao dizer que exprime circunstâncias, já se lança mão de um critério nocional. Enfim, para definir advérbio, usam-se três critérios diferentes. Assim, “essa descrição não caracteriza adequadamente o que se costuma chamar de advérbio (talvez porque nessa classe se inclui tudo o que não se conseguiu classificar no sistema. Tudo e até advérbios!” (p. 24).

Logo, será preferível não ensinar a partir de definições. É mais importante que os alunos criem suas próprias definições, quando (ou se) delas sentir necessidade.

A gramática será, pois, importante, à medida que se abandonem exercícios classificatórios, em nível de metalinguagem (análise sintática tradicional), que apenas adestram, mas não levam à reflexão e, conseqüentemente, também não à transferência de aprendizagem.

O papel do professor, acima de tudo, é orientar o alunado na busca de diferentes possibilidades de construção de sentido. Essa atitude não constitui uma rejeição à gramática; ao contrário, trabalha-se essa gramática de forma mais dinâmica e produtiva. Agindo assim, o professor estará contribuindo para que o educando selecione as construções que melhor se adaptem às suas necessidades de interlocução e possa finalmente construir seu próprio estilo. Ensinar a criar na língua – eis o papel do professor.

Em contrapartida, é possível que um aluno habituado a operar sobre a linguagem não saiba, por exemplo, definir um substantivo por seu valor prototípico, mas, certamente, saberá comparar o valor nominal de substantivos com orações e formas nominais, como os pronomes substantivos. É através desse trabalho de operação linguística que ele poderá entender a função da morfologia na sintaxe e o caráter relacional das estruturas sintáticas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Chamamos a atenção para o fato de que, antes de aprender a classificar uma oração, é importante levar o aluno a fazer o jogo de integração entre orações pelos mais diversos procedimentos: variação de conectivos, nominalizações, topicalizações, transformação semântica de relações etc.

Nesse nível de trabalho, construindo-se e reconstruindo-se textos, não se necessita de conhecimento detalhado de noções e de nomenclaturas gramaticais. Estas virão depois, se forem necessárias. Inicialmente, recorre-se, apenas, à gramática interiorizada que todo falante possui da sua língua. A partir daí, explora-se esse conhecimento através de uma prática dinâmica, que levará à ampliação do repertório linguístico.

Nas primeiras séries do ensino fundamental, devem ser iniciadas as atividades linguísticas (fase eminentemente oral). O professor deve criar condições para o exercício do saber linguístico de seus alunos, em que se busque a exteriorização da gramática implícita que todo falante possui.

Mas a escola não pode limitar-se a tais atividades. Devem ser criadas situações onde a escrita, o relato, a argumentação, a descrição, façam sentido, por meio da utilização de material diversificado. Surgem, então, as atividades epilinguísticas, que sempre devem incitar à reflexão.

É claro que, ao fazer a transposição de atividades linguísticas a epilinguísticas, o professor encontrará algumas dificuldades, principalmente se considerar a heterogeneidade dialetal dos alunos. Por exemplo, com relação às formas pronominais, irá defrontar-se com o uso de formas clíticas tônicas por átonas, retas por oblíquas, além de diferentes formas de colocação, onde ficará clara a diferença entre a variedade cotidiana e a culta. Mas problemas dessa ordem devem ser contornados na prática da diversidade cultural e linguística, ora presente no cotidiano da sala de aula.

É importante ressaltar que, ao trabalhar com atividades epilinguísticas, o professor deve – ele, sim – possuir o domínio da metalinguagem, para que possa mentalmente sistematizar e orientar as atividades que propões, mas não deve “dar nome aos bois nem aos boiadeiros” (p. 41).

A atividade metalinguística deve ser final de processo, mas

não devemos nem podemos estabelecer quando se devem começar tais atividades. O aluno acostumado a trabalhar com atividades epilingüísticas sentirá, por si só, a necessidade de chegar a conclusões sobre uma teoria gramatical. Mas não se tem condições de, *a priori*, determinar quando será esse momento, pois isso depende de certo grau de maturidade lingüística. Sabe-se, portanto, apenas o “como”. Chega-se à metalinguagem “como resultado de uma larga familiaridade com os fatos da língua” e como decorrente de uma necessidade de sistematizar um ‘saber’ lingüístico que se aprimorou (p. 42).

A partir da proposta de Franchi, percebe-se que a gramática se encontra na “frasezinha” mais simples que pronunciamos, mas, para que entendamos essa afirmação, é preciso concebermos a gramática como um conjunto de princípios de construção e transformação das expressões, que possibilitem a plena compreensão do sentido das mesmas. Ao invés de ser o depositário das regras de falar bem, a gramática deve ser entendida como o saber lingüístico que todo falante possui; em um plano mais distante, será a explicação formal desse saber. É aí que entra a metalinguagem, resultado do domínio do saber em todos os níveis lingüísticos.

Examinada dessa forma, a gramática não será “restritiva” nem “limitante” (p. 43), mas, sim, condição de criatividade que permita que o homem, baseado em suas próprias experiências, “possa viajar a universos inimagináveis”, criando e recriando expressões em seu sentido próprio. A gramática é, pois, um sistema aberto a uma multiplicidade de escolhas, que permitam ajustar as expressões às intenções e propósitos significativos do locutor e marcar, em cada texto, o estilo pessoal e não menos expressivo.

Assim, a crítica à utilização da gramática nas escolas é dirigida a quem entende gramática num sentido restrito e absolutamente normativo, ou seja, àqueles professores que trabalham com exercícios classificatórios, ao invés de explorar, em cada texto, as potencialidades do discurso, em nível de saber expressivo.

Se seguirmos o modelo traçado por Carlos Franchi, nosso aluno terá condições de chegar, por seus próprios caminhos, à metalinguagem.

**CONSTRUÇÃO TEXTUAL:
A ESTÉTICA DO MOVIMENTO CRIADOR**

Edina Regina P. Panichi (UEL)

RESUMO

O presente trabalho dá continuidade a pesquisas realizadas em projetos anteriores que resultaram, dentre outros, no lançamento bem-sucedido do livro "Pedro Nava e a Construção do Texto", publicação em co-autoria que se classificou como finalista na categoria Teoria/Crítica Literária do Prêmio Jabuti 2004. A pretensão com esta pesquisa é ampliar a abrangência do estudo a fim de dar tratamento ao material ainda não explorado da mesma fonte utilizada nas pesquisas anteriores: os arquivos do autor. Nesse vasto material, estão contidos recursos criativos de grande riqueza e diversificação, organizados para dar suporte à escritura. Tal direcionamento significa reconhecer o valor da arte para a educação e o desenvolvimento de competências. Este estudo inclui, ainda, a análise de como as formas desenvolvidas se transformam em informação estética. Uma delimitação é estabelecida no sentido de focalizar quatro dimensões que resultam nessas formas: a influência da medicina, o conhecimento de artes plásticas, a influência de Proust e o enfrentamento da morte.

Palavras-chave – Texto; Pedro Nava; Construção do Livro; Recursos Criativos

As memórias de Pedro Nava revelam o resultado de uma profunda maturação dos assuntos que aborda. O autor, em sua obra autobiográfica, reúne o particular e o geral, o individual e o coletivo, sempre baseando-se em farta documentação que servia de suporte para a construção de seu texto. Em sua obra, Nava tratou de um arsenal de assuntos, o que exigiu de sua parte, grande habilidade para o manejo do vasto material guardado ao longo da vida. A sua construção textual coloca em evidência uma preocupação em aproveitar todos os dados arquivados, o que resulta num estilo enumerativo, pictórico e sensorial ou seja, um estilo mesclado, estilisticamente falando. A presença de elementos das mais diversas procedências como termos regionais, expressões coloquiais, palavrões, estrangeirismos, neologismos e termos técnicos da medicina conferem à escrita de Nava um feitio enciclopédico. A par disso, o autor também lançou mão do desenho para compor os seus personagens ressaltando detalhes que seriam esquecíveis se não tivessem sido captados pela lente do memorialista. Dessa forma, cada um desses dados deixados pelo escritor "fornece as críticas informações diversas sobre a criação e

lança luzes sobre momentos diferentes da criação". (SALLES, 1998: 18).

A habilidade de efetuar registros e depois transmutá-los para outras formas está presente, também, na reconstrução de recursos de memória, o que explica a importância das referências pictóricas nos livros de Nava. Além das cenas passadas que o autor tenta recuperar, é como se houvesse uma outra cena, superposta, cena esta cujas coordenadas exclusivamente pictóricas se imbricassem aos personagens e situações narrados, dando a eles uma configuração dupla. É o que se pode observar nas anotações feitas para compor a página em que Nava descreve uma mulata, resultado da mistura de "índio, negro e sangue branco". Numa ficha que recebeu o número 949, o autor assim se coloca:

A mulata da Rua S. Paulo que arrumava o quarto cedo, pela manhã, lenço vermelho à cabeça. Quase branca, morena, castanha. Sua raça já não aparecia nos cabelos apenas ondulados mas era denunciada pelos olhos bonitos demais, pela boca larga que quando ria esticava os lábios espessos mas cheio de graça, mostrando toda a mucosa da boca, sua saúde de língua e gengivas, os dentes fabulosos e afastados (característica de mulher sem vergonha) - Gengivas pigmentadas de roxo escuro.

Paraibana - longelínea

— Veio pra estar ou pra ficar? Bem.

— Vamos estar e aí a gente vê se é pra ficar.

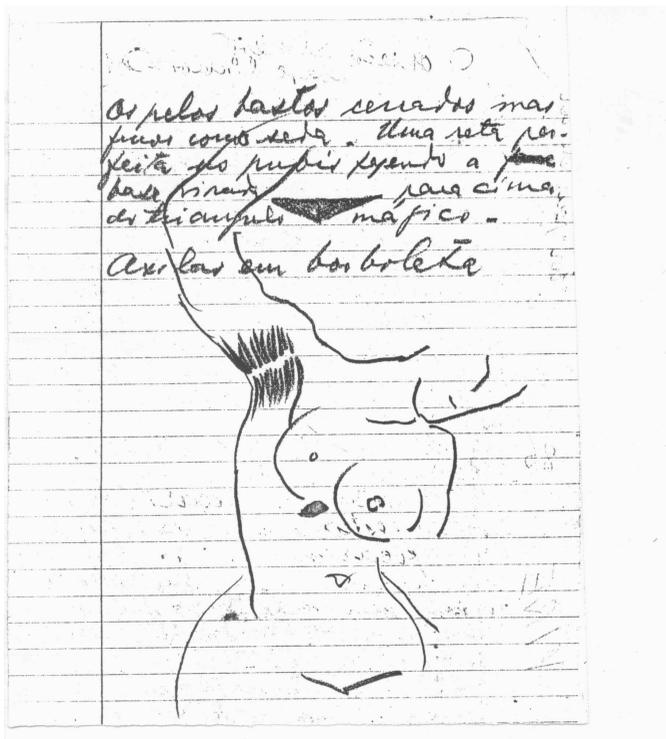
Ceia no café escuro com vitrola e mortadela e cerveja gelada.

(o mesmo café do Chico Martins) Músicas de Haekel Tavares.

Voltamos pra dormir.

O quarto cheirando a funcho e malva, virava os santos para as paredes e as imagens de costas. Apagava a luz e acendia o vermelho da cabeceira - ficava tudo em brasa.

No livro *Beira-Mar/Memórias 4*, a página que contém a descrição, assim está composta (observar o aproveitamento das anotações):



Continuação das anotações do autor para a composição da página sobre a mulata.

Seguiram enlaçados pela Avenida do Comércio e dobraram em São Paulo onde tinha cama a deleitável morena – mistura de índio, negro e sangue branco. Resultara disso aquela perfeição cor de cobre e com reflexos do mesmo metal no cabelo ainda bem mastigado. Quando entraram no quartinho limpo, cheirando a funcho e alfazema, Genomisa perguntou. Você veio pra estar? Ou pra ficar. A resposta veio acesa. Vam'estar, bem e depois a gente vê se é pra ficar. Ai ela foi tomando e arrumando as peças de roupa que o moço ia tirando e quando ele espichou sua nudez magra na cama ela foi a uma prateleira, virou de costas as imagens de São Jorge, de São Roque, São Jerônimo, da Virgem e dos Santos Cosme e Damião. Então apagou a luz elétrica do alto, deixou acesa só a lâmpada vermelha da cabeceira e começou a despir-se. Pendurou escrupulosamente seu vestido, o corpinho, a saia branca, a camisa, passou um chameiro e sumiu em direção aos fundos do bordel. Voltou lavada e ainda toda molhada e fresca do chuveiro, cheirando a sabonete e a

dentifricio. Jogou o roupão, pegou uma toalha de rosto, enxugou bem a cabeça, os sovacos, o pente e deitou-se também. Sua cor castanha, morena, quase branca, foi mutada pela luz vermelha num cobre, num coral, num cinábrio - como se toda sua dona tivesse sido passada a realgar ou ao vermelhão de antimônio. Parecia sangrar pela boca escura onde cintilavam rosados claros de dentes, pelas auréolas e bicos pontudos dos seis pequeninos e muito altos. Era enxuta e deitada ao comprido e de costas trançou as duas mãos na nuca. O moço levantou-se num cotovelo e olhou do sinciput aos artelhos aos pés à ponta dos dedos aquela paisagem prodigiosa. Toda ela vibrava e brilhava como estátua de vermeil polido onde apareciam três manchas cor de sassafrás. Duas no alto, onde os axelhos divididos ao meio por separação risca natural mandavam uma asa em direção ao braço e outra em direção ao tronco. Duas borboletas parecendo bater de leve a cada movimento da respiração. A terceira era um triângulo de base larga indo de ponta a ponta ao ponto mais alto de cada dobra da virilha. O vértice perdia-se embaixo, no negativo do triedro coxa ventre coxa. Esta e a outra - as coxas - alteavam-se na parte anterior, bem no encontro tronco e a saliência que faziam neste ponto e o vazado de mais para baixo davam a impressão dos sustentáculos que estilizam em terminação de sereias os torsos das cariátides barrocas como as que *agüentam*, perto do coro, na Matriz do Carmo de Sabará. O Zegão, concentrado nos olhos, devorava com eles a carne que se esticava junto à sua. Mas Genomisa virava a boca, abria a boca, mostrando a ponta da língua como a ponta de uma cabeça de cobra e tudo na boca era escuro exceto os dentes afastados na frente, fazendo uma greta entre os primeiros incisivos. Boca de mulher sem vergonha - pensou meu amigo [...]. (B.M., p. 320)

Observe-se a utilização da palavra *axelho*, para referir-se aos pêlos das axilas (criação do autor?), que passa a ser dicionarizada por Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1986: 209), após a publicação de Beira-Mar.

No texto de Nava, a configuração pictórica imbrica-se aos personagens e situações narrados, dando a eles uma configuração que não aponta apenas para as lembranças pessoais, mas principalmente para o vasto repertório das artes visuais dominado pelo autor. "Ao lado do mundo da beleza ideal [...] existe o mundo da experiência concreta da arte, vivida pelo indivíduo e pela sociedade". (JIMENEZ, 1999: 209)

Ao criar, passa-se a exercer a capacidade de compor. Utiliza-se, para isso, os meios de que se dispõe, quer a memória, quer buscando elementos armazenados ou pesquisando dados que possam preencher a necessidade imediata. Construir de forma criativa significa combinar aquilo que se conhece com elementos originados de outras áreas de experiência. São idéias inertes que passam a ser ati-

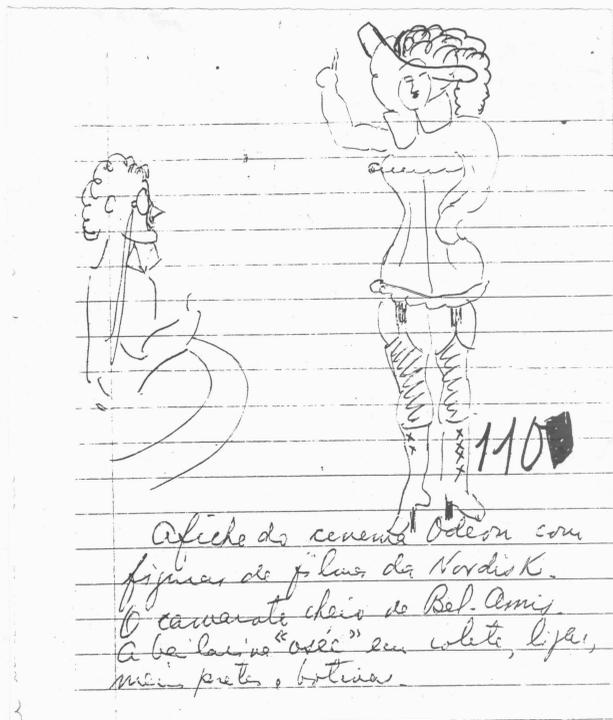
vadas. Não se trata, simplesmente, de juntá-las às que já se possui, mas de buscar padrões novos e originais. Trabalhar dessa forma permite que uma idéia possa tocar um número maior de pontos de experiência do criador, em vez de restringir-se à forma original. As idéias, nesse caso, passam a interagir com toda uma ampla faixa de pensamentos e sentimentos. Há maior fecundidade na vida intelectual e emocional. "Um ato ou uma idéia é criador não apenas por ser novo, mas também porque consegue algo adequado a uma dada situação". (KNELLER, 1999: 18)

Um dos aspectos mais fascinantes do estilo de Pedro Nava é o uso que o autor faz da língua francesa, ora aportuguesando as palavras, de forma muito espontânea, ora utilizando a palavra no original. A naturalidade com que o autor emprega a língua francesa explica-se pelo fato de ter pertencido a uma geração em que a sociedade se voltava para a França, assimilando tudo o que de lá vinha. Também é preciso observar que desde jovem ele conviveu com a literatura francesa, mantendo essa proximidade por toda a vida.

O francês ou francesismos são empregados por Pedro Nava simplesmente para evitar o já conhecido e banal ou com a finalidade de cunhar um novo vocábulo que melhor se adapte aos objetivos que tem em vista. Para descrever a sala de espera do cinema Odeon, nos anos 1920, o autor esboça a cena calçando as observações com termos franceses.

O texto resultante é o que segue:

Entramos na sala de espera do cinema, furiosos com o bolo do Chico Pires, do Isador e do Cisalpino. Pior para eles. Aquele vestibulo do *Odeon* era empapelado de verde e vermelho, tendo nas paredes, também colados, grandes painéis coloridos de filmes da Nordisk. Lembro dum, particularmente. Representava cena de teatro onde se via, no palco recurvo, a figura duma mulher em espartilho, rendas aparecendo por baixo, um pouco das grossas coxas e das ligas verdes segurando meias pretas que se perdiam em altos canos de botinas claras. Um enorme chapéu e *pleureuse*. Arredondava boca de canto, dedinho no ar e era devorada pelos olhares dos senhores no camarote rente ao palco, de que um dirigia os raios do monóculo aos regos do seio da artista e o outro, mais para baixo, para o ponto apontado pela ponta do colete *devant-droit*. A mulher parecia com as heroínas de nosso livrinhos de safadeza no colégio. Os homens, *bel-amis*, lembravam todos personagens de Maupassant. (B.M., p. 49)



Desenho usado por Pedro Nava como recurso de memória

Em Beira-Mar também vamos encontrar palavras francesas aportuguesadas. Para compensar a falta de um termo não disponível em sua própria língua, Pedro Nava vai ao francês buscar uma palavra que tenha o significado de "pequeno furto sem violência", coisa que ele perpetrou quando funcionário da Higiene em Belo Horizonte:

“Eram blocos de memorando, papéis de carta, folhas de ofício [...]. Pensei nos poemas que poderiam ser compostos naqueles velinos [...]. Planejei subtrações, furtos, *larcínios*...” (B. M., p. 291)

(Fr.: *larcin* - "pequeno roubo sem violência")

As idéias de retido, reservado, discreto, aplicadas a Carlos Drummond de Andrade, são retiradas do francês *vérecondieux*, segundo anotações do próprio autor, que coloca numa de suas fichas de

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

arquivo - "*vérecondieux*: retido, reservado, discreto. Pode-se fazer *verecondioso*":

“Era muito reservado, quase *verecondioso* - o que não quer dizer que deixasse de ser conversado.” (B.M., p. 171)

(Fr. *vérecondieux* - "reservado, circunspecto, discreto")

Ao relembrar o amigo de juventude, Juscelino Kubitschek, o autor ressalta as qualidades que fizeram dele o grande governante que o país conheceu e vai buscar, no termo estrangeiro, a palavra que, com certeza, melhor define o espírito empreendedor do conhecido político:

“E o admirável em Juscelino é que ele se conservou na ascensão, na glória, na queda e na adversidade dentro das mesmas qualidades de *endurância*, brandura, tolerância, alegria e bondade...” (B.M., p. 386)

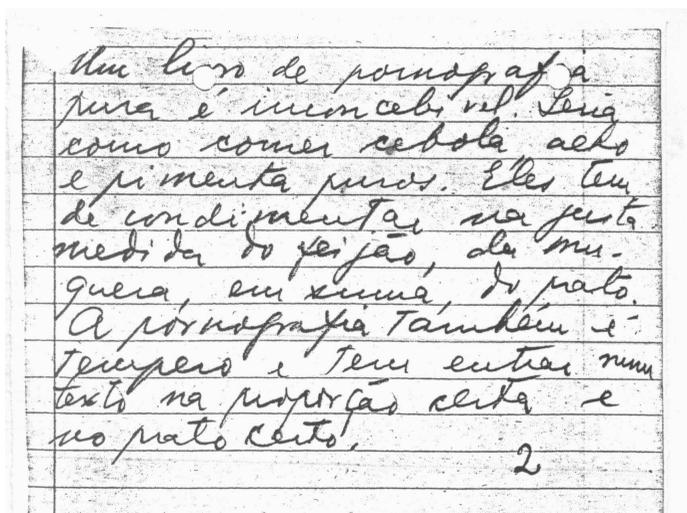
(Fr. *endurance* - "resistência à fadiga, aos sofrimentos")

A sugestão gótica dos arcobotantes (fr.: *arc-boutants*) é revelada e explorada pelo autor ao descrever cenas de sexo demonstrando, assim, o seu conhecimento de termos técnicos de arquitetura:

Eu era o confidente e por ele soube das proezas que a paraibana em brasa lhe inspirou e de que compartia aos urros - espumando, rangendo dentes, estalando juntas com a bacia levitada corpo *arcobotado* e fazendo plano inclinado de que ele só não despencara porque - dizia - era bom de montaria. (B.M., p. 34)

(Fr.: *arc-bouter* - "apoiar-se sobre os pés para exercer um esforço de resistência")

Uma outra vertente observada na escrita de Pedro Nava é o uso que o autor faz do palavrão. Esse emprego, no entanto, não é feito gratuitamente. Quando aparece, o palavrão vem sempre bem encaixado naquelas situações e com aquelas emoções em que não há outro mais adequado meio de expressar. Numa anotação encontrada nos arquivos do autor, pode-se comprovar esse seu posicionamento.



Anotações feitas pelo autor a respeito do uso do palavrão

O sentido dramático da profissão do médico, uma vez que este está sempre em contato com a dor e a morte exige, por parte do mesmo, um linguajar comedido e decoroso. Não é o que ocorre, infelizmente, segundo o autor, com alguns profissionais de hoje:

Penso nele quando assisto hoje a certas expressões orais ditas em cangaço, *língua bunda* ou *gíria* - por colegas que querem descer até uma linguagem básica de **certo, tá, legal** para se mostrarem modernos. (B.M., p. 311)

Importante observar que Pedro Nava, apesar de defender o uso do palavrão, não admite que o médico, no exercício de sua profissão, utilize uma linguagem coloquial. A observação, no entanto, não se aplica a situações em que o médico precisa esclarecer ao doente como utilizar os remédios receitados:

Era uma aula prática sobre a preparação dos supositórios. [...] o professor relatava casos de doentes que os engoliam como a cápsulas ou atochavam-nos pela vagina como óvulos, ou pelos narizes, ou pelos ouvidos. Era sempre necessário esclarecer que era medicação a ser enfiada pelo ânus e ainda certificar-se se sabiam o que ânus e muitas vezes o médico tinha de descer aos termos chulos de *fiofó, rabisteco, crucunhum, fundilho, tentato, cu* - para se fazer entender. (B.M., p. 225)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A grande mágoa que carregou, vida a fora, de um dos professores de seu curso médico, homem atrevido, irônico e especialista em fazer inimigos, marcou o autor de forma definitiva:

Quando comecei - freqüentá-lo sabia de tudo isto mais, em vez de me desagradarem, essas coisas me gratificavam e enchiam de mais admiração pelo novo amigo. Considerava tudo aquilo como *pimenta no cu dos outros* e como tal, sem ardor. Ai! de mim! (B.M., p. 34)

As necessidades de sua mãe viúva levam-na a tornar-se funcionária pública e, dessa forma, ser nomeada para uma cidade distante e sem nenhum recurso. O local é, então, assim definido pelo autor:

"Quando ela me contou o caso tive uma espécie de visão do que seria nossa vida na aspereza daquele *cu do mundo*." (B.M., p. 14)

A opinião a respeito da literatura pornográfica de Florinício Filho, um vago estudante de Medicina, daria conta da qualidade de sua literatura:

"[...] certa noite de leitura dessas obras em que solicitada a opinião do Dodó, este meio cheio e muito franco, declarou tudo aquilo uma grande *bosta* [...]" (B.M., 89)

Pedro Nava, por trás das palavras e através delas, consegue imprimir a sua visão da realidade, a sua concepção subjetiva do mundo e a sua maneira particular de compreensão do ser humano. Em sua escrita o termo justo aparece no momento exato, seja ele um empréstimo ou mesmo um impróprio, todos cuidadosamente dosados pela exigência da expressão.

Logo à primeira vista podemos sentir em Pedro Nava a fuga ao termo delicado e ao eufemismo. Raríssimas vezes evita o vocábulo próprio por achar que as coisas devem ser ditas com as verdadeiras palavras que as representam. Principalmente não faz concessões quando se trata de empregar o impróprio dirigido a certos personagens de sua obra contra os quais tinha motivos de sobra para o ataque verbal, trazendo para o primeiro plano a sua intensa projeção emocional nos fatos, dando vazão às inclinações de seu temperamento crítico e implacável.

Pedro Nava também recorreu aos empréstimos sem, no entanto, fazer desse recurso uma espécie de afetação de sua escrita. Pode-se comprovar, por toda a sua obra, que o autor serviu-se deste recur-

so de forma criadora, explorando as palavras em sua musicalidade, em sua força evocadora, combinando-as, escolhendo-as e adaptando-as aos seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Aurélio. B. H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JUMENEZ, Marc. *O que é estética?* Trad. de Fulvia M. L. Moretto. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

KNELLER, George F. *Arte e ciência da criatividade*. Trad. de J. Reis. 14ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1999.

NAVA, Pedro. *Beira-mar: memórias 4*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

SALLES, Cecília A. *Gesto inacabado: processo de criação artística*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1998.

**ISIDORO DE SEVILHA E SUA CONTRIBUIÇÃO
NA CONSTRUÇÃO DA ESPANHA VISIGÓTICA**

Andréia Savergnini (UFRJ)

RESUMO

Análise crítica da *História dos Godos*, escrita por Santo Isidoro de Sevilha no século VII, representando, a seu modo, a ideologia vigente da Igreja sobre o domínio da Península Ibérica.

Além da análise desta sua obra, este trabalho pretende trazer a público a contribuição de Isidoro de Sevilha para a construção de um domínio visigodo na Península.

Palavras-chave:

Isidoro de Sevilha; Espanha; Península Ibérica; Visigodos; História; Igreja

Como resultado do incentivo e aperfeiçoamento no uso de fontes desenvolvido pelo Programa de Estudos Medievais da UFRJ, o presente trabalho constitui um estudo crítico da obra intitulada *História dos Godos*, produzida no século VII por Isidoro de Sevilha.

Dela nos serviremos para análise de aspectos da ideologia política isidoriana. De modo que estaremos voltados para Isidoro de Sevilha enquanto um clérigo preocupado com as questões de âmbito político. E, que com o propósito de expandir e consolidar o domínio eclesiástico em toda a Península Ibérica, encontra-se assim envolvido em um processo de afirmação do poder régio, como veremos no decorrer de nosso estudo.

Com a penetração dos chamados povos bárbaros na porção ocidental do Império Romano, observamos o surgimento de uma nova organização político-territorial. O antigo poder que dominava toda esta região, unificando e identificando-a como parte de uma única e grande instituição passa a ser substituída com o aparecimento de uma pluralidade de reinos germânicos.

Nesta nova realidade, com a perda da mencionada unidade e a necessidade dos novos reinos em se reafirmarem como tal, o que teremos é o desenrolar de um processo de hegemonização e controle de cada reino em seu espaço territorial.

É assim, que veremos este fenômeno se manifestar no reino Visigodo, onde o desejo de fundamentação frente a Bizâncio e a outros reinos recém-constituídos levou ao aparecimento de um projeto político. Este elaborado por Leovigildo, e dado continuidade por monarcas posteriores fez com que o reino atingisse uma relativa homogeneidade étnica, cultural, administrativa e territorial, como nos coloca Garcia Moreno em seu celebre trabalho *História de Espanha Visigoda*. (GARCIA MORENO, 1989: 111)

Mas, o grande passo neste sentido somente foi possível com a incorporação da Igreja no campo político, após o reconhecimento da ortodoxia como fé oficial do reino. Com isso, a realeza goda conseguiu o apoio necessário para a sua legitimação, além de atingir uma coesão interna com a aproximação entre hispano-romanos e visigodos, implicando em mais uma vantagem política, com a integração entre os grupos dirigentes do reino.

Desta forma, a unidade religiosa mostrou-se um importante elemento no processo que culminou na unidade social e política. Esta, somada à consolidação territorial e à base ideológica formulada pela Igreja no constante reforço do poder real, levou ao aparecimento de características essenciais que fundamentaram a chamada Espanha Visigótica.

É em meio a este processo, como um grande colaborador na constituição desta Espanha no século VII, que buscaremos introduzir Isidoro de Sevilha em nossa análise.

Nascido em meados do século VI, Isidoro de Sevilha seguiu os passos de seu irmão e educador Leandro, tornando-se bispo de Toledo no início do século seguinte. E, assim como seu irmão havia agido de forma significativa para a constituição da monarquia católica, também Isidoro substituindo-o como metropolitano, se envolverá nos assuntos seculares. Sua participação pode ser vista em vários momentos, como na organização legislativa ao contribuir com seus conhecimentos sobre o Direito Romano, no aconselhamento real e na sistemática da eleição monárquica. Esta última, alcançada com realização do IV Concílio Toledano, que preparado por Isidoro, apresentou assim um caráter claramente normativo, o que o levou a ser reconhecido por historiadores como Orlandis, como o responsável pela a consolidação do Reino Visigodo católico, revestindo ao mesmo

tempo com extraordinária transcendência, tanto a ordem eclesiástica, como a política. (ORLANDIS, 1986: 262)

Tal evento, que se mostrou tão marcante na História do reino, deve ser visto como o resultado de esforços feitos anteriormente por Isidoro, que apresentando definidos propósitos, os deixa transparecer em seus vários escritos, como veremos em *História dos Godos*.

Produzida em forma de crônica, *História dos Godos* é na verdade parte de uma narrativa mais ampla, que relata as penetrações bárbaras, descrevendo os povos invasores suevos, vândalos e visigodos em suas movimentações dentro do antigo espaço imperial. Nela temos uma extensão da história gótica, que pode ser explicada pela condição histórica de seu povo que lhes permitiu a constituição de um reino duradouro, concebido por Isidoro como um império estabelecido em Espanha.

Podemos ainda acrescentar, que a *História dos reis godos, suevos e vândalos* (ISMAEL QUILES, 76) mostra-se uma história da Península Ibérica e que elaborada de modo que não se apresente sujeita a crônica imperial (AGUADO BLEYE, 20) quer na realidade forjar uma identificação de todos seus habitantes com um território não mais dominado pelo Império Romano, mas pelo “florescente povo dos godos”. (RODRÍGUEZ ALONSO, 1975, Prefácio)

Embora não tenhamos como dizer com precisão o ano exato do início de sua elaboração, podemos datá-la como iniciada durante o reinado de Sisebuto (612-621). Conclusão a que chegamos a partir de esclarecimentos feitos com a leitura de Díaz y Díaz, autor que nos falará do impulso dado por esse rei para a compilação de tal obra, além da verificação de que neste reinado pode se identificar uma Espanha mergulhada em um ambiente marcado pelo o que ele denomina por exaltação patriótica. (DÍAZ Y DÍAZ, 1976: 145-146)

Ao trabalharmos com esta obra devemos ressaltar que consultamos duas de suas versões, fazendo ainda um corte temático, onde só nos preocupamos com a história referente aos visigodos. Tivemos, assim, em mãos, a primeira edição terminada em 615 e outra que com pequenas mudanças e uma ampliação no aspecto temporal se encerra em 624, já registrando mais dois reinados, o de Recaredo II e de Suintila. Uma das explicações encontradas para esta outra versão

nos é dada por Vazquez de Parga que nos fala do desejo de Isidoro em manter sua obra atualizada, assim como pressões reais para que a história nacional reflita o contemporâneo (*Idem, ibidem*, p. 146). É desta forma, que podemos ainda explicar a existência de um suplemento dedicado ao rei Sisenando⁵ e uma continuação desta obra isidoriana com informações sobre os reinados de monarcas até Wamba.⁶

Escrita, como já mencionado, em um momento de intenso esforço no sentido do fortalecimento do poder real, temos em consequência disso a consolidação da Espanha naquilo que Garcia Moreno denomina de Espanha Visigoda.

Buscando, então, identificar estes aspectos que contribuíram para a formulação de uma política preocupada com a consolidação do reino, dentro de nossa obra em questão, que daremos continuidade ao trabalho.

UMA NOVA VISÃO DOS FATOS

Ao recorrer a variadas fontes na narração de acontecimentos passados, Isidoro faz de sua obra uma leitura interessante, como nos adverte Guerras Sonsoles (1994: 74) em um de seus trabalhos.

A partir desta observação constatamos que nem sempre tais acontecimentos são descritos na crônica, da mesma forma que em suas fontes. Embora, Isidoro tenha declarado ter usado escritos de autores como: Eutrópio, Órosio, Próspero, Juan de Biclano, entre outros, nem sempre compartilhou com esses de suas interpretações, fato que podemos exemplificar com a narração de Idácio, que nos fala das invasões com horror, descrevendo os reis bárbaros como cruéis e astutos.

Ainda que usando das informações de Idácio, temos com Isidoro uma visão diferente, os godos invasores são elogiados por sua

⁵ Suplemento denominado *Dedicatio historiarum*, por Mommsen, mas que segundo Díaz y Díaz (1976: 146) é questionada por Cristóbal RODRÍGUEZ ALONSO (1975: 24 sgs.) sua atribuição a Isidoro.

⁶ Denominado como *Subscriptio Reccesuindiana*. In: DÍAZ Y DÍAZ, 1976:150.

grandeza em seus combates, por serem notáveis na arte da guerra ao usarem lanças, dardos, cavalos, por arrebatarem do Império romano a Espanha. Seus reis são apontados por Isidoro não como homens sem virtudes. Assim, ainda que assinalando uma grande mortandade causada com a invasão de Roma em 410, nos fala da grande clemência do rei invasor para com aqueles romanos que se mostrassem confiantes em Cristo e nos santos. (RODRÍGUEZ ALONSO, 1975: 15)

Desta forma, identificamos uma nova concepção histórica, que realça o propósito do autor em construir uma história que favoreça ao domínio visigodo no território por eles conquistado.

O FORTALECIMENTO DA IDENTIFICAÇÃO GENTÍLICA

Em seu trabalho, Isidoro, ainda contribui nos contornos étnicos do gótico. Identificando os godos, em mais de uma passagem como tendo uma origem comum com os escitas (RODRÍGUEZ ALONSO, 1975: 1, 17, 66), Isidoro, como nos afirma Garcia Moreno pautado nos estudos de Hans J. Diesner, conferiu em sua obra uma legitimidade genealógica e inclusive cronológica ao reino visigodo (GARCIA MORENO, 1989: 317). Isso, visto que os escitas já haviam sido narrados por sua qualidade de valor e justiça pela antiga historiografia greco-romana, o que equiparou os godos ao Império Romano, os colocando ainda acima de outros povos bárbaros.

Desta forma, também associando a Espanha ao império constituído a partir dos vários reinados godos, Isidoro mais uma vez contribui para que esta surgisse entre a população, nascendo daí o que Garcia Moreno menciona como protonacionalismo, identificado por este a partir do caráter visigodo de todos seus habitantes (*Idem*, p. 319).

LEGITIMAÇÃO DO DOMÍNIO GÓTICO

Com o intuito de alicerçar a total independência do reino Visigodo frente ao poder imperial, Garcia Moreno nos fala da busca pela concepção gentil-patrimonial do reino e a velha noção helenística do direito de conquista (*Idem*, p. 317). Estratégias que podem ser identificadas em passagens da obra de Isidoro, no qual este fundamentou a soberania visigoda nas vitórias alcançadas pelos antepassa-

dos dos reis toledanos sobre os imperadores romanos. Desta forma podemos ilustrar tais intenções nas citações a seguir.

Referindo-se à conquista goda da Espanha sobre os romanos, diz:

(...) e ainda que o valor romano, vencedor, se desposou contigo, ao fim o florescente povo godo, depois de haver alcançado muitos troféus, te arrebatou e te amou e goza de ti (...) (RODRÍGUEZ ALONSO, 1975: Prefácio).

Sobre a invasão de Roma, narra:

(...) marchando a Itália para vingar a sangue dos seus, a invade e, após um ataque, toma a cidade. Deste modo Roma foi destruída (...) (*Idem*, p. 15).

E, por fim nos fala em sua Recapitulação, ainda se referindo a vitória goda sobre Roma, que:

Foi tanta a grandeza de seus combates e tão excelentes o valor de sua gloriosa vitória, que a própria Roma, a vencedora de todos os povos, sucumbiu ante seus triunfos, submetida ao julgo da escravidão, Roma, a senhora de todas as nações, passou a ser escrava a seu serviço (*Idem*, p. 67).

Desta forma, Isidoro encerra sua narração, mais uma vez fixando que assim como Roma havia conquistado o Mundo graças a suas vitórias sobre outros povos, o reino visigodo, ao vencê-la e conquistá-la, havia herdado o direito de governo sobre a antiga terra subjugada por Roma anteriormente (GARCIA MORENO, 1989: 317).

O MODELO DE REALEZA

A consolidação do reino visigodo, não poderia ser concluída sem a organização monárquica. Ainda que esta somente venha a ser efetivamente realizada com o IV Concílio Toledano, devemos ressaltar que já na análise de nossa fonte nos deparamos com formulações neste sentido.

Desta forma em *De origem gothorum*,⁷ temos a exaltação daquilo que se reconheceria como o ideal de monarca. Descrevendo en-

⁷ Expressão utilizada por Adeline Rucquoi em sua obra *História Medieval da Península Ibérica*. p. 48, para denominar a obra "História dos godos".

tão a trajetória dos reis godos, Isidoro exalta as virtudes daqueles que atingiram ou chegaram bem próximos da perfeição real.

Podemos então ao ler esta obra perceber o quanto seu autor recorre aos conceitos da tradição romano-cristã para apontar as qualidades reais. Acrescentando à monarquia militar já característica dos povos germanos, uma face sagrada, Isidoro baseia-se assim largamente no modelo bíblico. Fusão que pode ser vista com a narração do reinado de Siuntila. Nela Isidoro exalta o triunfo deste rei ao conseguir expandir seu poder monárquico sobre todo o território peninsular, a partir de suas campanhas militares sob os povos vascões, não deixando é claro, de esclarecer que se este tomou o cetro o fez pela graça de Deus.

A partir desta concepção de rei, que é visto como governador delegado de Deus, Isidoro ainda nos fala que Siuntila:

(...) tinha muitíssimas virtudes próprias da majestade real: fidelidade, prudência, habilidade, exame extremado nos juízos, atenção fundamental ao governo do reino, munificência para com todos, generosidade para com os pobres e necessitados, pronta disposição para o perdão (RODRÍGUEZ ALONSO, 1975: 64).

Características das quais podemos ressaltar duas de extrema importância: justiça e perdão. Virtudes que para Isidoro dariam ao rei a possibilidade de cumprirem seu objetivo último, a garantia da saúde coletiva, com nos adverte King (1981: 49). Saúde suprema que era entendida como o estado de pureza e graça de um cristão que conseguiria assim sua salvação. Desta forma o rei era reconhecido, segundo o propósito da Igreja, como o responsável pelo bem-estar de seus súditos, permitindo nos afirmar em resumo, que em todos os aspectos de sua gestão o rei era dirigido por princípios e dogmas da religião cristã (*Idem*, p. 59).

Visto todo o esforço de Isidoro de Sevilha para a elaboração desta obra que visa a consolidação do Reino, a partir de sua insistência no surgimento de uma identificação de todos com um reino que apresentasse um poder monárquico organizado e efetivo, buscamos frisar ao fim deste estudo, a razão que motivou a Igreja, representada aqui por Isidoro, a se envolver em tal projeto. Intenção que se aclara, na medida em que vemos uma Igreja que procura de todas as formas consolidar uma monarquia a serviço de Deus, logo a seu serviço,

lhes permitindo obter bases para seu domínio em toda a Península, a ponto se construir um Reino Católico identificado aqui como o Reino Visigodo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUADO BLEYE, Pedro. *Manual da História de Espanha*.

DÍAZ Y DÍAZ, C. Manuel. *De Isidoro al siglo XI: ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*. Barcelona: El Albir, 1976.

GARCIA MORENO, Luis A. *Historia de España Visigoda*. Madrid: Cátedra, 1989.

GUERRAS SONSOLES, Maria. *A monarquia visigoda: Romanismo e Germanismo*. Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Anais da XV reunião. Rio de Janeiro, 1995.

ISMAEL QUILES, S. I. *História dos reis godos, suevos e vândalos*.

KING, P. D. *Derecho y sociedad en el reino visigodo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

ORLANDIS, José & RAMOS-LISSON, Domingo. *Historias de los Concilios de la España Romana y visigoda*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1986.

RODRÍGUEZ ALONSO, Cristóbal. *Las historias de los godos, vândalos y suevos de Isidoro de Sevilla*. Estudio, edición crítica y traducción por... León: Centro de Estudios e investigación "San Isidoro". Arquicho Historico diocesano. Kaja de Ahorros y Monte de Piedade de León, 1975.

**NOTÍCIA DE UM PROFESSOR
EM UM DOCUMENTO DO SÉCULO XIX**

Expedito Eloísio Ximenes (UECE/FUNCAP)

RESUMO

A tarefa básica do filólogo consiste em salvar os textos da destruição material” (LAUSBERG, 1962: 31). É verdadeiramente uma sublime tarefa resgatar os documentos das caixas empoeiradas dos Arquivos, editando-os e publicando-os para leituras e interpretações diversas através dos olhares do homem moderno. O documento que ora apresentamos, trata-se de uma carta-ofício dirigida ao Presidente da Junta Administrativa que governava o Ceará em 1834. Nesse documento, o professor Herculano Julio d’Albuquerque Mello reclama das condições adversas de trabalho e do baixo salário pago ao magistério do interior do Ceará. Por meio do referido documento, podemos fazer várias leituras embasadas nos dados abordados pelo professor referentes à realidade do magistério nas pequenas vilas, como também conhecer aspectos histórico-sociais da época imperial. É realmente essencial o trabalho filológico não somente para resgatar os textos manuscritos para análise linguístico-filológica, mas também para auxiliar as diversas áreas do conhecimento com as possibilidades de leituras que o texto oferece.

Palavras-chave –

Tarefasdo filólogo; Textos; Documentos; Edição; Interpretação

INTRODUÇÃO

Entendendo que a “filologia é uma ciência que tem por objeto o estudo da língua em toda a sua amplitude e dos documentos escritos, seja qual for a natureza destes,” (verbete da Enciclopédia Britânica, *in* Silva, (1999)), essa ciência através da sua tarefa principal nos possibilita a compreensão das culturas e das civilizações em um sentido amplo.

A edição de documentos de qualquer época de uma língua traz-nos informações preciosas da história de um povo e nos permite fazer reflexões sobre as relações sociais, culturais, políticas, religiosas, enfim, de todas as esferas da vida humana.

O documento⁸ que ora trazemos a lume é uma carta datada de

⁸ Este manuscrito não se encontra elencado no índice do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), por isso não faremos referências ao códice. Foi encontrado por acaso, por um funcio-

1834, escrita por um professor de primeiras letras da vila de Aracati, situada no litoral leste do Estado do Ceará, cerca de 150 km de Fortaleza. O documento é destinado ao presidente do Conselho de Província do Ceará e faz várias denúncias sobre as péssimas condições de trabalho e do descaso das autoridades daquela vila como também de todas as instâncias da Província do Ceará.

Para a edição da referida carta adotando o modelo semidiplomático estabelecido pelo PHPB (Para a História do Português Brasileiro), porém não desenvolvemos as abreviaturas. A barra simples na vertical [|] marca o fim de uma linha e as duplas [||] marcam o fim de um fôlio. Os demais sinais como a acentuação gráfica, pontuação, junção de palavras e translineação foram conservadas, conforme o original.

A FILOLOGIA COMO PRÁTICA DE EDIÇÃO DE TEXTOS

O objeto da filologia é o texto, tanto os literários, quanto os de uso pragmático como os documentos notariais, religiosos; os de cunho pessoal como as epístolas, os testamentos; os textos de uso mais práticos como as receitas culinárias, as receitas médicas etc.

São todos os textos produzidos pela tradição escrita de uma comunidade discursiva em qualquer época histórica.

Nas comunidades sem prática da língua escrita, a conservação oral é repassada através da memória. Para manter a tradição dos textos, a ação do filólogo é fundamental com sua árdua missão de preservar as fontes documentais.

Heinrich Lausberg (1963) apresenta três tarefas do filólogo. A primeira é a *tarefa básica* que consiste em salvar os textos da destruição material. Esta salvaguarda dos textos pode ser exercida de várias maneiras. Em uma sociedade sem escrita, o filólogo age como um professor transmitindo os textos à memória das gerações, através da narração das histórias. Em sociedades com uso de escrita, o filólogo deve conservar os textos em uma biblioteca pública e cuidar da

nário do Arquivo, em uma caixa, misturado a outros documentos.

multiplicação dos mesmos por meio de cópias. Ainda cabe ao filólogo em sua tarefa básica estender ao redescobrimto de textos perdidos, mas conservados na memória de comunidades menos conhecidas.

A segunda tarefa do filólogo é *a central* consistindo-se em conservar o sentido que se deve dar ao teor do texto. Quando o texto de uso repetido se modifica pelas condições culturais da sociedade, como exemplo, palavras caem em desuso, perdendo o seu entendimento pelas gerações mais jovens, na situação modificada a comunidade poderia entender mal ou de maneira nenhuma o texto original. O filólogo conserva o sentido original do texto e se coloca como instrumento intermediário entre o texto e a comunidade, torna-se um intérprete do texto que já não é bem compreendido.

Para que o filólogo cumpra bem suas tarefas e os textos sejam conservados e compreendidos é necessário fazer-se a edição desses textos. Para isso se adota modelos de edição, tais como a edição diplomática, semidiplomática ou diplomático-interpretativa, edição paleográfica dentre outras, como citam Cambraia (1999) e Bassetto (2001).

A terceira tarefa do filólogo reside na integração dos textos em conexões mais amplas com múltiplos outros textos.

A importância da filologia é por demais relevante quando cumpre sua tarefa de editar textos para preservar a cultura dos povos,

Principalmente, a língua, e fornecer um rico material para as outras áreas do conhecimento como a história, a sociologia, a geografia dentre outras. Só através do texto conservado poderemos interpretar os fatos, conhecer a realidade social de uma época revelada nos documentos e, acima de tudo, ter ciência dos fatos lingüísticos e das possíveis mudanças operadas em uma língua. Diríamos que sem o trabalho minucioso do filólogo não há fontes seguras, não há textos e, conseqüentemente, não há conhecimentos sólidos.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO CEARÁ NO SÉCULO XIX

Faremos algumas anotações históricas do Ceará no século XIX para entendermos o contexto em que o documento em foco foi

escrito. A organização político-administrativa do período colonial brasileiro era estabelecida pelas Ordenações Portuguesas, que determinam toda a estrutura, composição e função dos cargos públicos.

Com a fundação das primeiras vilas, no Ceará, essas passam a ter sua estrutura administrativa conforme o modelo adotado pelo sistema colonial que se diferencia bastante do modelo que conhecemos hoje. O poder administrativo das vilas era exercido pelo senado da câmara que se compunha por um juiz presidente que, nas vilas mais importantes era um juiz-de-fora de nomeação régia, único com magistratura. Mais comumente esse cargo era preenchido por um cidadão leigo, membro da comunidade, muitas vezes sem escolaridade. Esse exercia o cargo de juiz ordinário. Os juízes ordinários eram dois alternando suas funções em cada mês. Integravam também o senado três vereadores, um tesoureiro e um procurador completando o corpo administrativo. (Cf. PRADO JÚNIOR, 1994).

Após a independência do Brasil, em 1822, o sistema administrativo passa por um processo transitório. Em 1823, através de um decreto imperial organizou-se a administração provincial. Com a constituição outorgada em 25 de março de 1824, organiza-se a administração do Império sob o governo monárquico, representativo e constitucional, dividido em províncias. As antigas capitanias passam a ser denominadas de províncias e são governadas por um presidente nomeado pelo imperador. Pela mesma constituição, permaneceu a organização administrativa municipal baseada nas câmaras de vereadores.

A etapa histórica brasileira de 1831 a 1840 é denominada de Período Regencial. Período esse em que D. Pedro I abdicou do cargo de imperador em 7 de abril de 1831 e o Brasil passou a ser governado por uma regência trina por causa da minoridade de D. Pedro de Alcântara, herdeiro do trono. Esse período é marcado pela crise econômica que se arrastou desde muito antes e por uma grande agitação política.

Foram tomadas algumas medidas descentralizadoras como a elaboração do Código de processo Criminal e do ato adicional de 1834, uma reforma na constituição de 1824, determinando a criação de um poder legislativo nas províncias, aumentando sua liberdade, eram as Assembléias Províncias, conforme nos informa Farias (1997).

As Assembléias Legislativas Provinciais foram criadas em 1834, com a prerrogativa de fazer leis e serem submetidas à sanção do presidente. Já as câmaras municipais no período imperial dispunham de cargos administrativos e constituíam uma corporação deliberativa autônoma. (c.f. CORDEIRO, 1997).

Durante o Período Regencial a Província do Ceará foi governada por seis presidentes. O presidente era a primeira autoridade da Província, a ele cabia sancionar ou não as leis da Assembléia Legislativa, conforme Avelar (1976). O primeiro presidente da Província do Ceará foi José Mariano de Albuquerque Cavalcante, a quem o documento faz referência. Esse recebeu a presidência da Província em 8 de dezembro de 1831, permanecendo até 1833.

É nesse contexto histórico que a carta que estudamos aqui foi escrita. Conforme se observa no texto do professor Herculano da Vila de Aracati, a câmara, apesar de ter autonomia, faltava-lhe boa vontade para cumprir o seu papel. Veremos como um cidadão que exerce sua profissão com desvelo se sente diante do contexto político e administrativo da Província do Ceará.

EDIÇÃO DO MANUSCRITO 1834

Ill.^{mo}. e Ex.^{mo}. Snr.^{or}. Prezidente Concelho

Asmaõs de VEx.^a. transmito o mappa dos meos alumnos, | fim deqê VEx.^a. conheça o estado de São adiantamento Com | o mappa acompanhaõ algúas escritas, e contas dos mais | adiantados; O estado emqê eu tomei conta desta Aula | em 26 de Março do anno pp. era lastimozo, p.^m. mais las | timozo foi p.^a. mim qê expondo ao Ex.^{mo}. Snr.^{or}. Prez.^e. Joze | Mariano, o atrazo emqê Seaxava am.^a. Aula, ja pela | falta d'uma caza, ja pela de utencilios, e leitura, e ja | pelo estadode licença e falta de respeito emqê se axavão | os discipulos, pelo qê avião praticado com o meo ante | cesor, Jorge Acurcio, cujo factio tal vez hoje não seja | ignorado p.^f. VEx.^a, mas o governo ñ huã providencia | dêo, e se adêo, athe hoje Seos efeitos me são desconheci | dos; privado p.^f. tanto d'quilo qê a Lei mui pozi | tivam^e manda dar aos Professores d'ensino mutuo, | apenas tenho podido conter o respeito necessario.

Neste estado, qê gosto aoqê disvelo pode ter um | empregado, qê fazendo todos os exforços p.^a. bem de | zempenhar suas obrigações, não encontra da || parte do governo aqueles socorros qê lhe são mister | Forçado a pagar do misquinho ordenado, cazas p.^a. aula | e p.^a. mim, não bastante apezada fam.^a. qê me seria, a | q.^l. é impossivel poder sustentar com

o ordenado de 400\$ q¹⁰. mais gastando uma parte em cazas p^a. a Aula; em | dias de Agosto do anno pp. projetei alugar uma caza | comada p^a. am^a. fam^a. em cuja sala não cabia mais | do qê 20 meninos, visto qê me-
xava pagando 10\$^{re}. | mençais do aluguel de duas cazas, uma p^a. am^a. fam^a. e | outra p^a. aula, e o g^o. n^o huã providencia tinha dado as- | m^{as}. re-
presentações, participei esta m^a. resolução aca- | mara, visto que ella ins-
peção sobre as Aulas, asim deqê | senão de negrice o meo passo diante
do governo, visto | qê eu não podia ser obrigado apagar cazas embe- | neficio
alheio, p^m. justiça, a razão, e averdade perece dezappareceo | da
boca das authoridades, e corporações desta Villa, e a res- | posta, qê ob-
tive da desgraçada Camara do Aracati, foraõ | os insultos, qê. se mepro-
dizalizaã, p^f. meio d^o um periodi- | co licencião, e indecente, em vaõ
fiz vêr, qê nas Provincias || da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, o orde-
nado dos Professores do | ensino mutuo q^f. das Cidades q^f. das Villas era
de 500\$^r e qê | na Provincia da B^a. a onde o g^o. criou d^o insino mutuo as |
aulas das Villas deCaxoeira, eValença, tinha o G^o. dado u | tencillios, e
cazas, ou lançando maõ de Edifícios Religiozos, ou | alugados p^f. conta
da Naçaõ, qê naVilla da Caxoeira a Aula | se tinha estabelecido em um
dos Salões do Convento do Car- | mo, e em Valença, na Comarca de
Ilheos, em um salaõ | da Matriz dam^{ma}., eqê as da cidade da B^a. ado Pro-
fessor | Lazaro Mz. se tinha estabelecido no Hospicio de Jeruzalem | e a
do Alf^{es}. Profesor M^{el}. Joaq^m. era em cazas alugadas pela | Naçaõ. No
Maranhão em tempos da prezidencia do Ex^{mo}. | Candido d^o Araujo, uma
das aulas seaxava em um dos | salões do Hospicio dos Barbonios, logo
qê elles foraõ lança | dos fora, p^m. no seo regreço reivindicaraõ a sua
proprí | idade, e o m^{mo}. Ex^{mo}. Snr^{or}. Fez retirar a Aula, e o Professor | qê
tinha cento e tantos meninos, alugou uma caza pro | pria p^a. a sua fam^a.,
aonde não foraõ admitidos mais | de 38 a 40 meninos, e nem p^f. isso o
Ex^{mo}. Prezid^e. lhe || suspendeo o ordenado, ou lhe tirou o emprego, p^f.
isso qê nin- | guem é obrigado a fazer nada senaõ em virtude de u- | ma
lei, e nem se pode entender qê o ordenado mar- | cado p^a. um Professor
d^o insino mutuo, seja com a clau- | zula d^o elle o gastar em cazas comada-
das p^a. a comodar q.tos | meninos s^o lheaprezentem, p^f. qê nesse cazo o
qê lhe fica não | xega p^a. alimentar-se, como pois servi violentado apa-
gar- | cazas p^a. comodidade de filhos alheios, qê só mecumpre en- | sinar;
tendo o governo criado esta aula pelo mettodo d^o - | ensino mutuo, p^f.
forma alguã querer dar utencilios, e - | cazas, sendo só nominalm^e.
d^o ensino mutuo; A vista | de todo o exposto aq^m. devo eu recorrer se naõ
a VEx^a. afim | de qê olhando como a tençaõ p^a. a instruaõ primaria |
naõ só desta Villa, como de toda a Provincia, qê a Regen- | cia sedignou
confiar aos coidados deVEx^a. mereça VEx^a. o nome | de Pae da mocida-
de Ciarence, e eu aq^m. cerca uma prezada | fam^a. obtenha de VEx^a o orde-
nado qe avista do Artigo | 3^o. da lei de 15 d^o outubro de 1827 dedireito
me competi; visto | ser esta Cadeira d^o ensino mutuo, e o Professor da Ca-
pital || ja gozar do ordenado de 500\$^r tendo lhe Edificio p^a. a sua | Aula,
naõ devo eu ser privado do ordenado qê me compe- | te, só p^f. qê não ten-
ho a aula montada p^a. insino mutuo, q^{do}. o m^{mo}. acontece a da Capital,
enem p^f. isso o Profes- | sor foi privado do ordenado qê. lhe marca a Lei,
e nem | se diga qê no Aracati à mais comodidades p^a. se pagar | p^f. qê é

um absurdo, acressendo qê aquele tem seo espi | rito tranquilo, p^f. qê a escola da licença naõ setem esten | dido athe ao centro das aulas de 1^{as} letras como aqui a | contece, ahi parece avêr um espirito conciliador, e - | nesta infeliz Villa parece, qê todas as desgraças sein- | tornaraõ sobre todos aqueles, qê naõ querem fazer cau | za comum, com os atropeladores da ordem ou qê naõ dao | atodos os seos actos disregrados, e crimi- nozos uma solen | ne aprovaçãõ. Atenda pois VEx^a. as m^{as}. justas razões, e sir | vasse outhorgarem o ordenado de 500\$^r, e activar a Cama | ra do Aracati afim deqê cuide no Edificio p^a o ensinio | mutuo, qê parece m^{to} de proposito pouco se intereçe, | neste objecto, sendo tal vez, o primeiro emqê se devia || intereçar, se ella amasse a instruçaõ de seos concida- ãos.|

Deos guarde aprecioza vida de VEx^a.

Aracati 21 de Abril de 1834.

Ill^{mo}. Ex^{mo}. Senr^{or}. Presidente e Concelho

Herculano Julio d'Albuq^c. Mello

ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O MANUSCRITO

O texto apesar de relativamente curto oferece várias reflexões tanto no âmbito histórico-social quanto no âmbito lingüístico-filológico. Denominamos este gênero textual de Carta, apesar de não manter a estrutura rígida exigida de uma carta, aproxima-se desse gênero pelo conteúdo exposto e pelo grau de subjetividade, embora apresente uma linguagem muito formal.

A carta é datada do dia 21 de abril de 1834 da vila de Aracati, escrita pelo professor Herculano Julio d'Albuquerque Mello, conforme assinatura. E destina-se ao presidente do Conselho de Província do Ceará, cujo nome não é citado.⁹

As marcas de subjetividade transparecem na primeira pessoa e nas várias reclamações de cunho pessoal como as despesas mantidas pelo professor, o baixo salário que recebe e as dificuldades enfrentadas para desempenhar o magistério pela falta de equipamentos e local adequado de trabalho como também as más condições de sobre-

⁹ O Conselho de Província foi criado em 16 de janeiro de 1822 para servir de órgão consultivo ao Regente. E foi extinto pela lei de 3 de outubro de 1834 quando foi outorgado o regimento dos presidentes de província. (c.f. AVELAR, 1976).

vivência de sua família.

O professor Herculano Júlio de Albuquerque Mello dirige-se diretamente ao presidente do Conselho para denunciar os desmandos da câmara de Aracati, mas faz também uma referência ao Presidente da Província, o senhor José Mariano de Albuquerque Cavalcante que havia exercido o cargo entre os anos de 1831 a 1833, ou seja, um ano antes a data da carta. Mas esse não atendera às suas reclamações e nada fizera pela educação daquela vila.

Expondo ao Ex^{mo}. Snr^{or}. Prez^o. Joze | Mariano, o atrazo emqê Seaxava am^a. Aula, ja pela | falta d'uma caza, ja pela de utencilios, e leitura, e ja | pelo estadode licença e falta de respeito emqê se axavão | os discipulos, pelo qê avião praticado com o meo ante | cesor, Jorge Acurcio, cujo factio tal vez hoje não seja | ignorado p^r. VEX^a, mas o governo ñ huã providencia | dêo, e se adêo, athe hoje Seos efeitos me saõ desconheci | dos.

O professor faz severas críticas à câmara de Aracati, local onde habitava e exercia seu cargo no magistério, porque seus apelos ressoaram em vão, pois a câmara do Aracati era inerte aos problemas de ordem pública.

A vila do Aracati é uma das mais antigas do Ceará, situada no litoral leste da então Província. Sua fundação remonta a 1603, quando Pero Coelho de Souza instalou ali o presídio de São Lourenço (c.f. Macedo, 1991). Ali se desenvolveu um arraial que mais tarde seria Santa Cruz do Aracati. Com a presença de povos de outras capitanias e a fundação de fazendas de gado, no século XVIII se desenvolveu a indústria de carne seca ou charqueada.

Mais tarde foi criada a vila de Santa Cruz do Aracati, por Ordem Régia de 19 de julho de 1747, e instalada em 14 de fevereiro do ano seguinte. No século XIX, a vila mantém sua estrutura administrativa, muito embora a câmara fosse inoperante e alheia ao crescimento intelectual e moral da população e se comportasse de maneira até estranha como diz o texto.

A razão, e averdade parece dezappareceo | da boca das autoridades, e corporações desta Villa, e a res- | posta, qê obtive da desgraçada Camara do Aracati, foraõ | os insultos, qê. se meprodigalizaraõ, p^r. meio d'um periodi- | co licenciozo, e indecente, em vaõ fiz vêr, qê nas Provincias || da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, o ordenado dos Professores do | ensino mutuo q^r. das Cidades q^r. das Villas era de 500\$[. . .].

Vemos a indignação do professor diante da realidade e sua

audácia de denunciar os fatos, embora isso lhe custe os percalços e a falta de respeito, porém mais desrespeitoso é o comportamento dos componentes da câmara que além de não resolverem o problema também o menosprezaram com insultos.

Através do texto conhecemos também a estrutura do ensino à época que se dava através do método de ensino mútuo. Entende-se por ensino mútuo o método imaginado por J. Lancaster em 1778. É chamado também de sistema de monitores ou ensino mutual ou ainda lancasteriano. Trata-se de um método em que um só mestre ensina um grande número de alunos encarregando os melhores de se ocuparem cada um de um grupo de condiscípulos, ou seja, os alunos mais adiantados ensinam os mais atrasados. No Brasil, esse método foi adotado pelo Imperador D. Pedro I durante o Primeiro Reinado.¹⁰

Vê-se também quão numerosa eram as salas de aulas sob a responsabilidade de um professor e o comportamento dos alunos. Algo que maior relevância tem no documento é em relação ao baixo salário pago ao magistério pelo governo do Ceará, principalmente comparando às outras Províncias como Bahia, Pernambuco e Maranhão.¹¹ Há também menção à falta de estrutura física para o bom funcionamento das aulas, as desigualdade salariais e a desatenção do poder público. Parece ser um problema crônico que se arrasta até nossos dias.

Destacamos também a perspicácia do professor Herculano em manter-se informado com os demais colegas de profissão, passando informações sobre o funcionamento da educação nas outras províncias como também sua ousadia de reclamar diretamente às autoridades com firmeza e com dados precisos. Se imaginarmos os meios de comunicação da época e as dificuldades de locomoção por conta do sistema viário e dos meios de transportes, parece que o professor se mantém bastante atualizado, inclusive no que diz respeito às leis aos seus direitos.

¹⁰ Através de um decreto de 29 de janeiro de 1823 foi estabelecido a reforma do ensino primário implantando o sistema Lancaster.

¹¹ Os honorários dos professores de primeiras letras foram estabelecidos durante o Primeiro Reinado por D. Pedro I. Variavam entre 200 a 500 mil réis anuais.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Do ponto de vista lingüístico-filológico, o texto oferece vários aspectos a se considerar. Observamos com muita frequência o uso de abreviaturas que é uma característica da escrita do período. A acentuação gráfica praticamente não existe conforme era comum a não observância das normas. Quanto à ortografia, percebemos que há certa liberdade de registrar as palavras não se levando a cabo as regras ortográficas que, apesar de já haver as gramáticas para disciplinar a língua, tais preceitos não são tão obedecidos.

Há várias marcas da ortografia fonética determinadas pelo ouvido, ou seja, escrevia-se como se ouvia. Por isso há variações gráficas de uma mesma palavra. O período fonético vai da fase inicial da língua portuguesa no século XII ou XIII até o século XVI, como nos informa Williams (1961). Apesar das datas que limitam o período ortográfico, essa ortografia perpassa toda a fase colonial brasileira e, ainda no século XIX, nos documentos oficiais da administração pública encontramos muitas características desse tipo de escrita.

Observamos que no texto há emprego de muitas consoantes geminadas, como em *mappa*, *mettudo*, *dezappareceo*; o uso de uma letra por outra, por exemplo: *z* no lugar do *s*, em *cazo*, *lastimozo*; *i* por *e*, *o* por *u*, em *dezappareceo*; a letra *ç* no lugar de *s* ou *ss*, em *mençais*, *acressendo*, *x* por *ch* em *axava*, *xega* isso é um reflexo da escrita fonética.

É notório também a falta de limite entre as palavras. Nas palavras terminadas em *ão* o til recai sempre sobre o *o* e não sobre o *a*; prevalece a forma *ao* para *am* no caso dos verbos na terceira pessoa do plural, como em *reivindicarão*, *foraõ*. A presença da letra muda ou de uma consoante desnecessária no meio das palavras como o *h* em *outhorgarem* e *c* em *actos* e *objecto*, *facto* dentre outros. Esses fatos refletem a fase da escrita etimológica que marcou a ortografia portuguesa no século XVI quando se tentou reproduzir o étimo das palavras latinas ou gregas.

O período pseudo-etimológico inicia-se no século XVI e vai até o ano de 1904, em que aparece a ortografia Nacional. Sobre isso Toledo Neto (1999) chama a atenção para o fato de a escrita da Língua Portuguesa ter sido caótica desde o seu surgimento até os meados do século XX. Para o autor a ortografia de base pseudo-etimológica não visa à fidelidade de pronúncia, mas à erudição do

escriba.

Ressalta Coutinho (1976: 71) que “não admira, pois, que, em vez de uma houvesse várias ortografias, dado que a etimologia, nessa época, era uma ciência que dependia, em grande parte, da fantasia de cada escritor”.

Esse período é influenciado pelo movimento intelectual que ressuscitou a cultura greco-latina, o Renascimento, que levou os escritores do século XVI, “à tradução, à imitação e à assimilação dos Antigos” salienta Spina (1987.p.10).

No período etimológico ou pseudo-etimológico, as grafias latinas e gregas foram divulgadas, embora com pouca desatenção à pronúncia. Essa prática principiou muito antes do século XVI num pequeno grupo de palavras, especialmente traduzidas do latim: *escripto, feicto, nocte, reigno, sancto*, mas foram os escritores e particularmente os impressores do Renascimento que deram voga a elas.

Quanto à sintaxe do texto estudado aqui, chamamos a atenção para a freqüente mudança da ordem dos elementos na sentença como são registradas nas frases seguintes: *mas o governo ñ huã providencia | dêo (...)*; e *o g^o. n^o huã providencia tinha dado as-| m^{as}. representações (...)* em ambas o objeto está anteposto ao verbo.

No campo do léxico observamos formas em desuso como no *periodico licenciozo, e indecente*, em que licencioso tem o sentido de libertino, desrespeitoso embora exista ainda registrado nos dicionários modernos da língua portuguesa e com o sentido apresentado no texto, porém não é mais usado pelos falantes no estado atual. Já na passagem do texto [. . .] *nas Provincias || da Bahia, Pernambuco, e Maranhão* [. . .] A palavra província para designar uma unidade nacional na época, foi substituída por Estado, não tendo mais uso modernamente no Brasil. O termo *discípulo* é usado no texto referente a alunos, apesar de ser a forma clássica latina a qual temos em português moderno, porém não se emprega atualmente, pelo menos não é tão comum como é citado pelo professor [. . .] *efalta de respeito emqê se axavão os discípulos* [. . .] É preferível usarmos o termo aluno no âmbito da escola e discípulos é um léxico reservado ao campo semântico bíblico ou como seguidor de uma doutrina ou teoria.

Outras leituras poderiam ser feitas no campo da Linguística Textual ou da Análise de Gêneros tão em voga atualmente nos estudos linguísticos. Também oferece informações histórico-sociais bastante importantes para o conhecimento da sociedade do século XIX, conforme já salientamos.

Reafirmamos a importância do trabalho filológico em salvar os textos originais para o conhecimento da cultura dos povos, dos fatos históricos e sociais de uma época, da língua de uso de uma comunidade e de muitos outros detalhes importantes que constituem a história do ser humano. Por isso repetimos as palavras de Cambraia (1999:14) “É por essas razões que se defende aqui que editar é preciso”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVELAR, Hélio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: FENAME. 1976.
- BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp. 2001.
- CAMBRAIA, César Nardelli. Subsídios Para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos linguísticos. In. RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza et Alii (Orgs.) *I Seminário de filologia e língua portuguesa*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP. 1999.
- CORDEIRO, Celeste. *Antigos w Modernos no Ceará provincial*. São Paulo: Annablume.1997.
- COUTINHO. Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico. 1976.
- FARIAS, Airton. *História do Ceará: dos índios à geração Cambeba*. Fortaleza: Tropical. 1997.
- LAUSBERG, Heinrich. *Linguística românica*. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1963.
- MACEDO, Deoclécio Leite de. *Notariado cearense: História dos cartórios do Ceará*. Fortaleza. 1990. v. I

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PRADO Jr. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense. 1999.

Silva, José Pereira da. *Filologia*. In: *Revista Philologus*. Rio de Janeiro: UERJ/Publicações Dialogarts, V. 13. nº 13. 1999.

SPINA, Segismundo. *História da língua portuguesa*: Segunda metade do século XVI e século XVII. São Paulo: Ática. 1987. Vol. III.

TOLEDO NETO, Sílvio de Almeida. Aspectos da variação gráfica no português arcaico: as variantes consonantais no Livro de José de Arimatéia (cód ANTT 643). In: RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza Et Alii (orgs.) *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas / FFLCH/USP. 1999.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Instituto Nacional do Livro. 1961.

O DISCURSO RELIGIOSO

Antonio Carlos Lopes Petean (UFOP e USP)

acpetean@usp.br

RESUMO

Este artigo pretende mostrar a definição de discurso religioso proposto pela professora Eni Pucinelli Orlandi, enquanto um tipo de discurso autoritário baseado na contenção da reversibilidade. Entendendo a reversibilidade como traço comum a todo tipo de discurso.

Palavras-chave: Discurso autoritário; Discurso religioso; Reversibilidade.

Orlandi (1996) distingue três tipos de discursos, o discurso lúdico, o discurso polêmico e o discurso autoritário. O critério adotado para a distinção desses discursos é a relação entre o referente (objeto do discurso) e os interlocutores (locutor e ouvinte). Diz ainda Orlandi, que:

Nesse sentido, podemos caracterizar os três tipos de discursos da seguinte maneira: o discurso lúdico é aquele em que o seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta. O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário, procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada. No discurso autoritário, o referente está ausente, oculto pelo dizer; não há interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida. (ORLANDI, 1996: 15)

E nessa distinção é fundamental a noção de reversibilidade. Diz ainda a autora que, pela noção de reversibilidade, não se pode fixar o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. Daí, que ao serem afetados pelo simbólico da língua, eles podem perfeitamente transpor o seu lugar de origem.

Quanto à dinâmica própria a cada discurso a partir da noção de reversibilidade podemos dizer, tomando as palavras de Orlandi (1996), que o polêmico a realiza sob certas condições, o lúdico pode suspendê-la e o autoritário busca anular essa possibilidade. No discurso autoritário, o ouvinte e o locutor são de tal forma capturados

pela palavra que a reversibilidade é estancada. Como tipos de discursos autoritários temos o discurso pedagógico e o discurso religioso.

Como podemos observar, todos os tipos de discursos propostos possuem como parâmetro a noção de reversibilidade e, como diz Orlandi (1996: 240), “Em se tratando do discurso autoritário, gostaríamos de observar que, embora não haja reversibilidade de fato, é a ilusão da reversibilidade que sustenta esse discurso”.

O objeto desse artigo, o discurso religioso, busca estancar a polissemia, impedindo a reversibilidade. Impedir a reversibilidade é, como foi dito, congelar o locutor no lugar que lhe é de direito, e congelar o ouvinte, também, no lugar que lhe é de direito e dever.

Althusser (2001) afirma que Deus interpela seu sujeito em sujeito cristão e que, portanto, se existe uma multidão de sujeitos cristãos é porque existe o todo poderoso (Deus) que assujeitou indivíduos livres em sujeitos cristãos.

O autor afirma ainda que o sujeito único e absoluto (Deus) é distinto dos sujeitos interpelados e que o discurso religioso é aquele em que fala a voz de Deus. A voz do padre, do pastor ou pregador é a voz de Deus. Daí termos os “representantes de Deus na terra” como seus interlocutores-interpelados. Apaga-se, desse modo, qualquer possibilidade de um sujeito-leitor (das escrituras).

Orlandi (1996: 245) nos diz que:

O discurso religioso não apresenta nenhuma autonomia, isto é, o representante da voz de Deus não pode modificá-lo de forma alguma (...) Há regras estritas no procedimento com que o representante se apropria da voz de Deus: a relação do representante com a voz de Deus, é regulada pelo texto sagrado, pela igreja e pelas cerimônias.

Tomando o discurso como materialidade ideológica cujo objetivo é capturar o indivíduo livre e assujeitá-lo a um poder superior, pode-se afirmar que o indivíduo livre é interpelado por Deus para que livremente aceite sua coerção a um poder superior (ele próprio, Deus, é o poder superior), conforme escreve Orlandi (1996).

Para entender melhor esse processo discursivo que impede a reversibilidade é fundamental a distinção entre os lugares sociais no discurso religioso. O lugar social de Deus é o espiritual e o lugar dos

sujeitos-cristãos interpelados é o plano material. Orlandi (1996: 243) afirma que:

Locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetados por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. O locutor é Deus, logo, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todopoderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens.

Esse reconhecimento do lugar de Deus e dos humanos (sujeitos-cristãos) é um dos efeitos de sentido do discurso religioso. O enunciado: “No principio era o verbo e o verbo estava junto de Deus e o verbo era Deus. Todas as coisas foram feitas pelo verbo e sem ele nada foi feito”, comporta uma cosmologia cujo efeito é o reconhecimento, por parte do homem, interpelado, de que existe um poder que lhe é superior e ao qual ele deve se submeter.

Para Orlandi (1996), esse reconhecimento enquanto efeito de sentido, por parte do sujeito-cristão, torna-se consensual na comunidade à qual ele (sujeito) pertence. O consenso só pode ser entendido se reconhecermos o poder simbólico das palavras e que as palavras não falam por si mesmas, mas falam pelos homens que as utilizam e cujo uso se insere nas relações sociais, que são relações de poder entre os homens. Orlandi toma uma palavra para demonstrar sua tese. A palavra “sério” é utilizada pela autora para nos mostrar a função simbólica da palavra do ponto de vista ideológico.

Orlandi (1996: 266) destaca que:

É muito freqüente o fato de que as pessoas se digam sérias. Essa é uma categoria que passou a ser enunciada de forma insistente no mundo acadêmico e, uma vez que se supõe que todo trabalho deve ser sério, nos perguntamos qual o sentido dessa insistência em se enunciar a seriedade.

Ainda, segundo Orlandi (1996: 266):

As regras de funcionamento desse dizer podem indicar uma resposta. Observemos algumas dessas regras: 1) É preciso que o enunciatador não se refira diretamente à própria seriedade, ou seja, não se diz “eu sou sério”; 2) É tolerável dizer da seriedade do próprio trabalho “meu trabalho é serio”

Esse funcionamento discursivo possui, como efeito de sentido, a respeitabilidade a partir do reconhecimento por parte do ouvinte,

te, da seriedade do trabalho do locutor. Reconhecer a seriedade do enunciador é o que norteia esse funcionamento discursivo.

É possível encontrar, na formação discursiva religiosa, uma palavra que possui a mesma função da palavra “sério” no discurso acadêmico. É a palavra, Poder. Os enunciados “Deus tem poder”, “o poder da palavra de Deus” e “o poder de Deus” (comuns nos discursos dos neopentecostais), garantem o efeito de sentido no discurso religioso. Fica garantido o reconhecimento, por parte do ouvinte, da existência de um poder superior a ele e ao qual ele deve se submeter. Diante desse poder o homem reconhece sua nulidade, reconhece não ser mais que uma criatura (Eliade, 2001). O poder, reconhecido e, assim constituído, situa-se, na formação discursiva religiosa, no lado do plano espiritual (Deus). Os ouvintes reconhecem o enunciador (Deus) como aquele que os nomeou e criou, e perante o qual devem se submeter. Dessa forma fica, garantida a contenção da polissemia, portanto, a não-reversibilidade na formação discursiva religiosa.

Portanto, o discurso religioso é aquele onde o efeito é a total submissão do sujeito-cristão a forças que lhe são superiores. O sujeito reconhece o seu lugar e o lugar de Deus. O reconhecimento nesse caso equivale à não reversibilidade. E instala-se a idéia do bom sujeito, ou seja, o sujeito submisso à ordem divina e ao “Todo Poderoso”.

Nesse discurso, a reversibilidade é impossibilitada pelos lugares sociais ocupados pelos interlocutores. A relação entre o locutor (Deus) e os ouvintes (os homens, os sujeitos) se faz através da fé e da graça, obra do poder de Deus. A fé é a possibilidade que o homem tem de alcançar a graça e a salvação da alma. Ela reforça a assimetria entre Deus e os homens. Como diz Orlandi (1996: 250):

Interpretando-se a fé com referência à assimetria, podemos dizer que a fé não a elimina, isto é, não é capaz de modificar a relação de não-reversibilidade do discurso religioso: a fé é uma graça recebida de Deus pelo homem, com fé, tem muito mais poder, mas como a fé é um dom divino, ela não emana do próprio homem, lhe vem de Deus.

A fé distingue os fiéis dos não-fiéis, ela permite o reconhecimento mútuo entre os sujeitos, os irmãos da fé. Ela é um meio para definir o incluído do excluído, os que pertencem à comunidade dos que dela estão fora. A fé comprova a não-reversibilidade. Mas, para

que o discurso se realize, é necessária a reversibilidade ou a sua ilusão, sem a qual o discurso não se realiza (Orlandi, 1996).

A ilusão da reversibilidade é a possibilidade de não fixarmos o locutor no lugar do locutor e o ouvinte no lugar do ouvinte. No discurso religioso seria a possibilidade de passarmos do plano espiritual para o temporal ou vice-versa. Dessa forma, como nos diz Orlandi (1996), a ilusão pode ter duas formas: quando Deus divide com os homens suas propriedades (através da graça), ou quando o homem se alça até o mundo espiritual.

Mas o caso que mais nos interessa é quando Deus partilha com os homens seus dons divinos, quando ele desce até o plano temporal para conceder suas qualidades. Sobre isso, Orlandi (1996: 251) diz que:

... O movimento de cima para baixo, aquele em que Deus desce até os homens e partilha com eles suas qualidades divinas, é o caso em que se consideram as formas religiosas em seu caráter performativo: a infalibilidade do papa, a possibilidade de ministrar sacramentos, a consagração na missa, as bênçãos, etc. Aí estão: o papa, os Bispos, os padres, etc.

Nesse caso, o homem crê que atingiu qualidades atemporais, como a onisciência e a onipotência. Vários relatos de profecias atestam essa ultrapassagem, assim como atos de cura e exorcismo. Muitos pastores das igrejas evangélicas pentecostais, assim como padres ligados a Renovação Carismática católica, situam-se nesse modelo.

O poder da palavra na religião è evidente. O mecanismo da performatividade atesta esse poder de forma clara. A performatividade da linguagem está ligada a uma visão da linguagem como ação. (ORLANDI, 1996: 252)

Seja qual for a forma que adquire a ilusão, ela se dá dentro de certas regras pré-estabelecidas pelo locutor, pela hierarquia social e pela situação histórica. Ela confirma a dissimetria entre sujeitos falantes. Daí muitos traços serem comuns a vários discursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1996.

———. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2001.

O IR E VIR SEMÂNTICO: LATIM / PORTUGUÊS

Letícia Pereira de Andrade (UEMS)

RESUMO

Este artigo, fruto de minha pesquisa realizada durante o curso de Especialização em Letras oferecido pela UEMS, tem como objetivo mostrar a evolução semântica de alguns léxicos do Latim ao Português, sublinhando as mudanças e permanências, as ampliações e reduções, bem como os retornos de sentido ocorridos nessa diacronia. Para tanto, segue-se a diretriz metodológica de que o “estado do passado pode iluminar o presente”, como disse Faraco.

Palavras-chave: Evolução semântica; Latim; Português; Vocabulário

INTRODUÇÃO

Conhecer uma palavra desde sua origem é como conhecer uma pessoa desde pequeno (RICARDO SCHÜTZ)

De acordo com a epígrafe, conhecer a evolução do significado de uma palavra, desde sua origem, significa descobrir seu sentido original e conhecê-la de forma mais completa.

Palavras são como povos que migram e miscigenam seus significados, através do contato reprodutivo. O uso da palavra enriquece, preserva e faz evoluir seus possíveis significados, e os traços históricos desse uso fazem o legado de uma cultura. Como na genética, há nesse uso um jogo invisível de luta contínua pela sobrevivência e predominância de significados.

Tudo tem a sua história. E, como diz Faraco (1998: 57), com as línguas não é diferente: “As línguas estão envolvidas num complexo fluxo temporal de mutações e substituições, de aparecimentos e desaparecimentos, de conservação e inovação. Vale dizer, as línguas têm *história*, constituem uma realidade em constante transformação no tempo”. No entanto, as gramáticas, em geral, não se detêm na questão semântica das palavras. Daí, se ouve muito falar a respeito das graves deficiências que os nossos alunos apresentam ao nível de conhecimento do vocabulário latino/português.

Reconhecida essa realidade e o fato de que o atual estado dos lexemas teve uma origem (e é interessante quando se pode explicar de que forma ele veio a ser como é), em minha pesquisa, intitulada *Questões Léxico-Semânticas dos verbos de Apuléio a Vieira*, dediquei-me ao estudo diacrônico das significações de lexemas verbais latinos e portugueses, tentando descobrir as diferentes nuances de significação que essas palavras possuem em vários estágios da língua (Latim Clássico, Latim Vulgar, Português Arcaico, Português Moderno). Isso é verificado através da VINDA do Latim até o Português Moderno e da IDA do Português Moderno até chegar em suas raízes.

Nas páginas que se seguem, será apresentado o encadeamento das acepções de alguns lexemas pesquisados, deixando visível aos olhos de quem quer que seja que o “ir e vir”, isto é, a construção da ponte entre Latim/Português, é interessante, à medida que conseguimos refletir sobre o leque de sentidos das palavras, as variações de sentidos possíveis, além do mais, encontramos na observação da etimologia e da evolução das palavras um sedutor centro de interesse.

CAMINHANDO SOBRE A PONTE

É sabido que as línguas humanas mudam com o passar do tempo. Qualquer parte da língua pode mudar, desde aspectos da pronúncia até aspectos de sua organização semântica e pragmática. E é interessante ressaltar que tudo o que passa deixa sua marca!

Muitos estudiosos esquecem-se, durante o transcurso de suas pesquisas, de que assim como as palavras mudam sua forma e sua sintaxe através dos tempos, também seu significado vai se modificando com o passar dos anos, em decorrência de uma série de fatores sociais e culturais. Segundo Ullmann, “o significado é, provavelmente, o que menos resiste à mudança” (1961: 401).

Como se sabe, o Português provém do Latim Vulgar, o latim falado pela maior parte da população do império. E este já apresentava modificações em relação ao Latim Clássico, a língua escrita: atribuía a alguns vocábulos do Latim Clássico sentido especial; deslocava termos para outra área semântica; apresentava atrevidas metáforas, que afinal se firmavam como a significação genuína da palavra; tinha palavras suas que na língua clássica eram cuidadosamente

evitadas (cf CÂMARA, 1975: 192).

No entanto, muitas palavras que nesse processo mudaram de sentido, voltaram com sentido original por meio da regressão erudita. E existem aquelas cujo sentido primeiro foi modificado na forma culta, mas o conservou na forma popular, como o verbo português Pensar: o primeiro sentido do verbo latino *pensare* é ‘*suspender, pendurar (das conchas da balança), pesar*’, e chegou ao Português, por via popular, o verbo Pesar, conservando esse significado; do sentido concreto de ‘*pesar*’ deriva o figurado de ‘*pesar os prós e os contras, ponderar, examinar*’, que nos leva ao de ‘*meditar, refletir*’, existente na forma culta Pensar.

Interessante, também, a palavra *cunhado* que resulta do latim “*cognatu*” (‘*nascido do mesmo sangue*’). “*Cognatu*” originou em português as palavras *cunhado* e *cognato*. A palavra *cognato* conserva o sentido latino, é a forma erudita, e além do sentido jurídico de parente consanguíneo, usa-se em Gramática para designar a palavra que tem raiz comum com outras, como: claro, clareza, claridade, esclarecer. E, o sentido atual de *cunhado* (parente por afinidade) nada tem a ver com o seu primeiro sentido, lá no latim (parente pelo sangue).

Dessa forma, percebe-se que nem todas as palavras latinas conservam entre nós a mesma significação. Algumas, além de manterem o sentido primitivo, tomaram acepção diferente; outras, tendo perdido a significação latina, adquiriram, no novo meio, sentido novo. E outras, pelo contínuo desenvolvimento técnico-científico, se vêem reaparecer como uma nova criação, como diz Alves (2001: 30), “a criação de novas palavras, termos, vocábulos deve fazer-se, preferencialmente, por meio do emprego de formantes greco-latinos”. De acordo com Ullmann (1961: 436),

Sempre que seja necessário um novo nome para designar uma idéia ou um objeto novos, podemos fazer uma destas três coisas: formar uma palavra nova a partir de elementos já existentes; importar um termo de uma língua estrangeira ou de qualquer outra fonte; finalmente, alterar o significado de uma palavra antiga.

No mundo contemporâneo, mormente, está ocorrendo um crescimento geométrico do léxico português e das línguas modernas de modo geral, em virtude do gigantesco progresso técnico e cientí-

fico, da rapidez das mudanças sociais provocadas pela freqüência e intensidade das comunicações e da progressiva integração das culturas e dos povos, bem como da atuação dos meios de comunicação da massa e das telecomunicações. Eis que o Latim oferece termos para muitos novos conceitos a serem expressos nas línguas ditas “modernas”.

Quantas palavras têm raiz latina – do Latim Clássico! - como alomorfe de outra forma vernácula? Algo em torno de 40%, e justamente as mais elaboradas em função dos avanços tecnológicos e científicos. Sem contar as 14% que derivam do grego, via Latim. As ditas palavras eruditas garantiram às línguas modernas uma ampliação do vocabulário – diria até uma multiplicação – suficiente para equiparar-se à ‘Língua por excelência’ do Ocidente, das suas Universidades e das Ciências, tirando-as da condição de pobres dialetos de sua 3 a 5000 palavras ou não muito mais. Além disso, os radicais latinos continuam produtivos e sem fronteiras, em sempre novos neologismos e neónímias. (BORTOLANZA, 2000:78).

Ullmann, no oitavo capítulo de sua obra *Semântica: uma introdução à ciência do significado*, elucida que uma das causas da mudança semântica, ou seja, da mudança de significado de uma palavra através dos tempos, é a polissemia, que consiste no fato de uma determinada palavra ou expressão adquirir um novo sentido além de seu sentido original. Vejamos mais alguns exemplos que ilustram como esse processo que leva à mudança semântica é extremamente produtivo e diversificado.

A palavra fazenda, do latim vulgar *fac(i) enda*, significava originalmente ‘as coisas que devem ser feitas’; ainda no português arcaico passou a designar não mais as coisas a serem feitas, mas as ‘coisas já feitas por alguém ou em algum lugar’; desse segundo sentido, desenvolvem-se dois outros sentidos, de ‘conjunto de bens ou haveres’, sentido em que aparece em Vieira, visto que, quando alguém faz algo, esse alguém provavelmente passa a possuir o que fez ou o produto da venda daquilo que fez, ou de ‘mercadorias ou produtos de uma determinada pessoa, povo ou região’, sentido em que aparece constantemente no século XVIII; dessas duas acepções da palavra fazenda, desenvolve-se uma quarta, de ‘recursos financeiros do poder público’, até hoje presente em determinadas expressões, como Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda; da idéia de fazenda como ‘mercadoria ou produto’ desenvolvem-se dois outros significados: ‘grande propriedade rural’, onde são gerados vários

produtos agrícolas, e ‘*pano ou tecido*,’ visto que com a chegada da Revolução Industrial o primeiro *produto*, a principal *mercadoria* produzida em larga escala foi o *tecido* (vale a pena mencionar aqui o uso do termo *fabric* do inglês com o mesmo significado).

Diferente do caso de Fazenda, em que o significado original da palavra deixa de ser usado, repara-se que, em certos casos, os novos significados passam a existir, mas a palavra conserva seu significado original. Por exemplo, a palavra gato, do latim *cattu(m)*, que servia para indicar, originalmente, um ‘*tipo de felino*’ de pequenas dimensões; como este felino tem o hábito de andar silenciosamente e furtivamente, a palavra gato adquiriu, por um processo metonímico de associação entre o modo de andar de um ladrão e de um gato, o sentido de ‘*ladrão, gatuno*’; modernamente, um outro tipo de associação metonímica, entre a beleza de um gato e de seus movimentos e a beleza de um jovem, gerou para a palavra gato um novo significado, de ‘*homem belo*’, com seu feminino gata; ainda, a idéia de gato como ladrão associada ao fato de que o felino gosta de escalar postes e fios levou ao surgimento de mais um novo sentido para essa palavra: ‘*instrumento para roubar luz dos fios ou postes*’; outro sentido da palavra gato é: ‘*atleta que diminui a idade, para atuar em uma categoria inferior*’.

Certas palavras passam de um significado original mais restrito para um significado mais geral, como podemos verificar no verbo repetir do latim *repĕto-is, -ivī (-ī), -ītum* (< *re-* + *peto* [dirigir-se; buscar; pedir]) que significava ‘*atacar de novo (latim impessoal) // repetir, tornar a dizer // pedir outra vez, reivindicar, reclamar*’ e generalizou-se significando não apenas ‘*dirigir-se novamente ou pedir outra vez*’, mas tornar a executar qualquer ação, ou seja, expandiu a idéia de ‘*repetição*’ expressa pelo prefixo **re-**.

Num processo inverso ao descrito acima, algumas vezes, palavras de significado geral passam a ter um significado mais restrito, como a palavra ministério que significava originalmente o ‘*ofício de alguém, aquilo que uma pessoa devia fazer*’; com o tempo, há uma restrição de significado e a palavra ministério, em religião, passa a indicar somente o ‘*ofício de um sacerdote*’ ou o ‘*lugar dos ministros*’.

Certas palavras têm uma história tão interessante que vale a pena contá-las; elas fazem parte da própria história e nos ajudam a

entender melhor o mundo em que vivemos e o mundo do qual viemos. Deleitamo-nos, pois, com a palavra amor, que tinha originalmente um sentido passivo, indicando a *'qualidade de ser amado'*; será a influência germânica, com sua sociedade que valorizava bem mais as mulheres do que a sociedade romana, que transformará o sentido da palavra amor em ativo, indicando o *'sentimento de amar'*.

As significações de lexemas são como plantas que vivendo num jardim, umas prosperam, se ramificam, outras se estiolam, algumas são abafadas por vizinhos mais vigorosos, contudo, depois de algum tempo se vê reaparecer... Assim, em semântica histórica, fala-se de processos que restringem e ampliam o significado. Por meio da etimologia, ciência da origem das palavras, que, segundo Guiraud (1975: 129), “constitui uma dimensão diacrônica da semântica”, é possível recuperar, muitas vezes, a seqüência histórica dos significados das palavras.

Vamos, então, por meio da construção da ponte de idas e vindas entre Latim / Português, recuperar acepções primitivas e nuances de variações semânticas de lexemas a partir do verbo latino *convērsor, -āris*.

O verbo latino *convērsor, -āris, -ātus sum, -āri* apresenta as acepções de: 'conservar-se, deter-se, parar, morar em lugar (pessoas e animais); viver em companhia de, conviver, morar com; viver na sociedade, freqüentar a companhia de; haver-se, dirigir-se, comportar-se de certa maneira' (donde *conversatio, ōnis* 'ação de virar, voltar nas mãos, manusear freqüentemente; morada, habitação, domicílio; comércio, trato, familiaridade, intimidade', *conversātor, ōris* 'comensal, companheiro').

Eis um belo exemplo de mudança de significado, na passagem de *convērsor, -āris* para conversar, pois conversar, no português moderno, significa basicamente 'trocar palavras'. Vejamos um texto latino:

- a) iam numinis sui passim tributa venia in mediis **conversari** populi coetibus (APULÉIO, VI, 28) = dignara-se tornar acessível seu poderio e **misturar-se** à sociedade dos homens; (Vênus dignara-se conviver de novo com os homens, ou seja, freqüentar o local onde os homens vivem).

A base do verbo latino *convērsor, -āris, -ātus sum, -āri* é ver-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

tō (ou *vorto*, arcaico), *-is*, *vertī*, *versum*, *vertēre* que significa 'voltar, virar, desviar; fazer o seu giro, girar', cujos derivados verbais apresentam dois radicais: **vert-** e **vers-**.

Ao radical **vert-** prendem-se, dentre outros:

1) o verbo *adverto, is* 'voltar, virar para; estar atento, prestar atenção a, escutar; atrair a atenção; advertir, fazer lembrar; punir, castigar, proceder rigorosamente contra' (donde *adversus, a, um* 'oposto, contrário, que se afasta'). Vejamos em português:

a. "Santo Agostinho, distinguindo esta união, e admirando o amor de Cristo nela, depois de **advertir** que todo o sacrifício se compõe de quatro partes" (VIEIRA, § VI). (orientar, avisar, fazer lembrar)

2) o verbo *converto, -is* 'voltar(-se), virar(-se) ; mudar(-se) ; traduzir, verter; converter-se em' que originou em português o verbo converter com a mesma acepção:

b. "Nenhum cristão há de consciência tão perdida, que não faça conta de se **converter** e se dar a Deus alguma hora" (Vieira, § VI).

Donde, tem-se o substantivo feminino **conversão** que indica o 'ato e efeito de converter-se, fazer mudar' (< *conversio*, *-ōnis* 'movimento circular, giro, conversão - à direita, à esquerda - donde, conversão à fé, conversão religiosa').

Por fim, ao radical **vers-** vincula-se, dentre outros, o verbo *convērsor, -āris, -ātus sum, -āri* (< *cum-* [prefixo que exprime várias idéias: *concomitância, reciprocidade, concordância, reforço etc*] + *versor, -āris, -ātus sum, -āri* verbo depoente que significa 'passar e repassar; estar habitualmente, viver, morar, residir; ocupar-se com, versar acerca de, tomar parte em, exercer'). Na passagem de *convērsor, -āris* para *conversar*, ocorre mudança de significado, no entanto, verifica-se em outras palavras da família de *conversar* uma conservação de sentido latino, como o verbo *versar* (< *vērso, as, āvi, ātum, āre* 'voltar, revirar, revolver; mudar, alterar') que permanece com o sentido de 'passar de um a outro' e 'ter convivência' ("estatística: pouco usado" – HOUAISS).

Enfim, percebe-se que a mudança semântica de *convērsor, -āris* para *conversar* operou-se, porque, ao se frequentar um local onde há pessoas, evidentemente, trocam-se palavras, daí, a acepção portuguesa do verbo *conversar*.

nhecimento muito aprofundado das estruturas do Latim, tanto subir quanto descer da árvore genealógica de algumas palavras e chegar até as suas raízes, a fim de encontrar “a galinha dos ovos de ouro”...

Assim, o estudante que deseja compreender de forma aprofundada a língua portuguesa em sua história interna não deve deixar de lado o Latim, pois ele oferece explicações para fenômenos de nosso idioma. Como disse Busarello (1998: 398), “o conhecimento do Latim é condição básica para o aprofundamento do léxico e dos fatos da língua portuguesa, brotada do idioma do Lácio como a flor de seu caule”.

Dessa forma, por meio do “ir e vir” semântico, é possível responder perguntas que eventualmente podem surgir no processo de estudo/aprendizagem do vocabulário, como por exemplo: *Por que o verbo **despedir** significa ‘fazer sair, retirar-se’ ao invés de ‘não solicitar’, haja vista que é um derivado do verbo **pedir** e o prefixo **des-** expressa negação, afastamento ou intensidade?*

A resposta está na origem, na evolução: o verbo *peto*, *-is* e seus derivados latinos tinham duas idéias básicas, a de ‘dirigir-se’ e ‘solicitar’; esta permaneceu no verbo português **pedir** e aquela foi conservada no derivado **despedir** (< *expetere* ‘dirigir-se para fora’). Indagação parecida surge diante de **querido** e **requerido**: neste conserva-se o sentido latino de ‘pedir’- ‘aquilo que foi solicitado’, naquele, tem-se a nova acepção de ‘querer’, ‘desejar’ – ‘aquele que se quer muito’ – inexistente em *quaerō*, *-is* e seus derivados latinos.

Os lexemas **cuidar** (< *cogĭto*, *-as*) e **curar** (< *cūro*, *-as*), abre espaço à associação de sinônimos, bem como à observação de prefixos e sufixos na formação de palavras e do valor semântico de que são portadores:

1	Verbo latino <i>cogĭto</i> , <i>-as</i> : ‘pensar’.	(sem ligação semântica)	Verbo latino <i>cūro</i> , <i>-as</i> : ‘cuidar’.
2	Verbo neolatino cuidar: 1) ‘pensar’; 2) ‘tratar, cuidar’ .	Esta acepção 2) sinônimo de 1)	Verbo neolatino curar: 1) ‘cuidar, tratar’ ; 2) ‘sara’.
3	Derivado Cuidador: 2) ‘aquele que cuida’.	Acepção 2) sinônimo de 1)	Derivado Curador: 1) ‘aquele que cuida’; 2) ‘aquele que sara um doente’.
4	Verbo Descuidar: 1) ‘deixa de pensar’; 2) ‘não cuidar’.	Acepção 2) sinônimo de 1)	Verbo Descurar: 1) ‘não cuidar’.

Diante do quadro, percebe-se que aquele que conhece a evolução semântica de uma palavra leva imensas vantagens sobre o que desconhece, pois conhecendo as variações de sentidos das palavras, fica mais fácil escolher um vocábulo por outro em alguns contextos, sem alterar o sentido literal da sentença como um todo.

Igualmente a reflexão de afixos, a consideração do significado dos radicais, por exemplo, de ceder < *cēdo*, *-is* (em *aceder*, *decéder*, *proceder*, *conceder*) e de correr < *cūrro*, *-is* (em *acorrer*, *dis-correr*, *ocorrer*, *recorrer*, *socorrer*) será contributo para uma melhor memorização desses vocábulos, consignando o despertar do hábito de refletir sobre a formação, o conteúdo semântico, as variações de sentido das palavras e as associações possíveis. Daí, livremente, é possível associar as acepções, por analogia, por exemplo, dos verbos *acorrer* (< *accūrro*, *-is*) e *recorrer* (< *recurro*, *-is*); *acorrer*: acepção básica latina de ‘correr para frente’ // daí, ‘ajudar alguém’; se correndo para frente se ajuda alguém, *recorrer*, que tem acepção básica de ‘correr para trás’, ‘se pede o auxílio para alguém’.

Dessa forma, percebe-se que exercícios que trabalham com as diferentes facetas que caracterizam as palavras, ao longo do tempo, são importantes à medida que aguçam a curiosidade dos estudantes do vocabulário e despertam nestes o hábito de refletir sobre a evolução das palavras, além de facilitar significativamente a leitura e a tradução dos textos, facultando, assim, amplo atributo ao desenvolvimento do espírito crítico e organização do pensamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo conhecimento em profundidade tem dimensão diacrônica. (JOÃO BORTOLANZA)

Estudar/Aprender o vocabulário, seja latino ou português, pressupõe construir uma ponte para perceber o elo existente entre a língua-mãe e a língua-filha. Isso supõe conhecer uma língua em profundidade, em sua dimensão histórica, social e diacrônica.

Ao construir essa ponte, observamos o grande elo existente entre Latim e Português, que na verdade é uma única língua evoluída, pois até mesmo as mudanças ocorridas na evolução léxico-semântica diacrônica não são totais, isto é, ocorre mutação, mas, si-

multaneamente, há, na própria palavra evoluída ou em seus derivados, permanências ou alguma ligação de sentido maior ou menor.

Dessa forma, passeando pela ponte construída, tentamos deixar visível aos olhos de quem quer que seja que o “ir e vir” é possível nas aulas de Português, ou seja, podemos tanto subir na árvore quanto descer dela e escavá-la até as suas zonas mais abissais. Só depende da Prática. Eis tudo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. Neologia e Tecnoletos. **In:** *As ciências do léxico*: Lexicologia, lexicografia, terminologia. 2ª ed. Campo Grande: UFMS, 2001.

APULÉIO, Lúcio. Eros e Psique. **In:** *O asno de ouro*. Introd., trad. e notas de Ruth Guimarães. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d.].

BORTOLANZA, João. O latim e o rnsino de português. **In:** *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: set./dez. 2000, n. 18, p. 77-85.

BUSARELLO, R. *Máximas latinas*. Florianópolis: Autor, 1998.

CÂMARA JR. J. M. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1975.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

FARACO, Carlos Alberto. *Lingüística histórica*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

GUIRAUD, Pierre. *A semântica*. Trad. Maria Elisa Mascarenhas. 2ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL. 1975.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa*. CD-ROM, 2001.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1961.

VIEIRA. António Padre. Sermão Segundo do Mandato. **In:** *Sermões escolhidos*, Vol. I. São Paulo: Edameris, 1965.

**O USO DOS PRONOMES DE TRATAMENTO
UMA ANÁLISE DA QUEBRA DE FORMALIDADE
NO TEXTO LITERÁRIO**

Gil Roberto Costa Negreiros
(PUC-SP e UNIVERSITAS)

RESUMO

Este artigo analisa o emprego de alguns pronomes de tratamento em um diálogo construído. Investigamos as formas de tratamento, presentes em um conto de Luís Fernando Veríssimo, como representação dos papéis sociais dos interlocutores. Demonstramos, também, que as expressões de tratamento presentes no texto podem indicar, além da representação dos papéis sociais dos supostos interlocutores, os índices de formalidade ou de informalidade de determinada situação de comunicação.

Palavras-chave: Sociolinguística, status, papel social, texto literário.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dentre os muitos problemas pertencentes à Sociolinguística, merece destaque aquele que se refere às formas de tratamento existentes entre falante e ouvinte, isto é, a maneira pela qual os interlocutores se tratam.

Considerando esse fato, iremos nos preocupar, neste trabalho, com o emprego de algumas expressões de tratamento presentes em um texto literário, a fim de demonstrarmos que o uso de determinadas formas, além de orientar o suposto diálogo, indica o grau de formalidade ou informalidade da situação de comunicação. Para tanto, antes de estudarmos a mudança na forma de tratamento presente no *corpus* escolhido, será necessário discutirmos a relação existente entre *status*, *papel social* e *formas de tratamento*.

STATUS, PAPEL SOCIAL E FORMAS DE TRATAMENTO

Segundo Preti, o conceito *de status* se interpenetra no *de papel social*, “e ambos se referem à participação do homem no *grupo social*”. (2000: 85)

Dessa maneira, um único indivíduo pode pertencer a vários grupos sociais, do mesmo modo que tem uma posição definida em cada grupamento. Assim, uma pessoa pode ocupar a função de médico, de pai de família, de presidente de um clube esportivo e de membro de uma torcida organizada. A essas posições sociais damos o nome de *status*.

Em cada uma dessas situações, o *status* exige da pessoa que o ocupa certos comportamentos considerados convenientes, como uma postura ética adequada, “aspectos ligados à sua representação física, à sua aparência, ao seu vestuário. E, também, à sua linguagem, componente importante na criação de sua imagem.” Desse modo, há, em cada *status*, um determinado *papel social*. (cf. *Idem*, 2000: 86)¹²

Papel social, assim, refere-se “ao conjunto de comportamentos prescritos para (ou esperáveis de) uma pessoa que ocupe certa posição na estrutura social.” (ROBINSON: 1977: 114)

O tipo de linguagem empregado pode representar, juntamente com outros fatores já citados acima, a posição do indivíduo em certas situações sociais. Dessa forma, a língua é um importante componente no desempenho do papel social exercido pela pessoa. Assim, da mesma maneira que um indivíduo pode se diferenciar dos demais em relação ao seu papel social, o que gera diferentes variedades linguísticas, pode-se afirmar que um mesmo indivíduo faz uso de diversas formas linguísticas, representando os diferentes papéis sociais ocupados, por ele, na sociedade.

Em vista disso, é possível dizer que, por um lado, a língua que usamos indica nossa região de origem, nossa profissão, nosso grau de escolaridade, aspectos de nossa personalidade, a época em que vivemos etc., o que pode ser um diferenciador das demais pessoas que, juntamente conosco, formam a sociedade.

Por outro lado, o mesmo indivíduo tem a possibilidade de representar papéis sociais distintos, como professor, vizinho, namorado, presidente de uma entidade beneficente, aluno de um curso de pós-graduação, passageiro de ônibus etc. Em todos esses casos, a va-

¹² A respeito da definição de *papel social*, consultar, também, MAINGUENEAU, 2000: 102-4.

riante lingüística empregada pelo indivíduo pode variar. Assim, a variedade lingüística reflete o papel social ocupado pela pessoa em cada uma das situações sociais descritas acima. De acordo com Robinson, “em qualquer encontro entre participantes, os traços lingüísticos usados podem definir a natureza e o estado de sua relação entre papéis.” (1977: 115)

Na relação existente entre papéis sociais e variação lingüística, cabe lembrar as formas de tratamento, que podem ser definidas, conforme Robinson, como “aquilo de que uma pessoa chama a outra e o que isso significa”. (1977: 116)

FORMALIDADE E INTIMIDADE NAS FORMAS DE TRATAMENTO

A respeito da ligação entre papéis sociais e formas de tratamento, Preti postula:

De uma maneira geral, pode-se dizer que as formas de tratamento estão ligadas a fatores diversos, como intimidade, solidariedade, polidez, afetividade, reverência, hierarquia, poder. Podem ocorrer nos diálogos ou nos vocativos e, nestes, apresentam grande variedade, aberta às mais inesperadas *situações de comunicação*. (2000: 91-2)

Em seguida, o autor afirma que, na língua portuguesa, o sistema de tratamento pode ser representado pelos pronomes pessoais, por formas nominais (nomes próprios, pronomes, sobrenomes) por vocativos e por formas pronominalizadas, que têm o mesmo valor dos pronomes pessoais. Dentre as formas pronominalizadas (com valor de pronomes pessoais), encontram-se, entre outros, os pronomes *você* e *o senhor / a senhora*. (cf. 2000: 92)

Em um diálogo, por exemplo, a forma de tratamento escolhida pode, dentre as diversas possíveis, refletir o papel social esperado de acordo com os *status* de cada participante: “É óbvio que o uso dessas variantes de tratamento não é indiferente e implica as múltiplas relações entre os vários *status* sociais e os conseqüentes papéis para desempenhá-los.” (*Idem*, 2000: 92)

Assim, se um dos falantes, em um diálogo, se dirigir ao seu interlocutor usando a expressão *o senhor*, pode-se notar, dependendo do contexto, certa carga de formalidade, o que pode ser um índice do

papel social exercido pelos indivíduos, naquela situação social.

Entretanto, suponhamos que, em determinado momento, um dos indivíduos deseje abrandar essa formalidade – o que, diga-se de passagem, muitas vezes ocorre. Essa quebra de formalidade acarretará em uma nova forma de tratamento (*você*, por exemplo), que representará, conseqüentemente, um aumento da intimidade entre os interlocutores.

O CORPUS

O texto escolhido para análise é de autoria de Luís Fernando Veríssimo. Trata-se de um pequeno conto construído a partir de um diálogo inventado. Por se tratar de um texto curto e, também, com o intuito de analisarmos as expressões de tratamento nele presentes, torna-se necessário transcrevermos, na íntegra, todo o conto. Visando a facilitar posteriores comentários, destacamos os referidos tratamentos, enumeramos as linhas do texto e demarcamos as falas com **H** (homem) e **M** (mulher):

LIXO¹³

Encontram-se na área de serviço. Cada um com seu pacote de lixo. É a primeira vez que se falam.

H — Bom dia...

M — Bom dia.

H 05 — **A senhora** é do 610.

M — E **o senhor** do 612.

H — É.

M — Eu ainda não lhe conhecia pessoalmente...

H — Pois é...

M 10 — Desculpe a minha indiscrição, mas tenho visto seu lixo...

H — O meu quê?

M — O seu lixo.

¹³ Texto extraído de VERÍSSIMO, 1995: 76-78.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- H — Ah...
- M — Reparei que nunca é muito. Sua família deve ser pequena...
- H 15 — Na verdade sou só eu.
- M — Mmmm. Notei também que **o senhor** usa muita comida em lata.
- H — É que eu tenho que fazer minha própria comida. E, como não sei cozinhar...
- M — Entendo.
- H 20 — **A senhora** também...
- M — Me chame de **você**.
- H — **Você** também perdoe a minha indiscrição, mas tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons. Coisas assim...
- M — É que gosto muito de cozinhar. Fazer pratos diferentes. Mas como moro
- 25 sozinha, às vezes sobra...
- H — **A senhora... você** tem família?
- M — Tenho, mas não aqui.
- H — No Espírito Santo.
- M — Como é que **você** sabe?
- H 30 — Vejo uns envelopes no seu lixo. Do Espírito Santo.
- M — É. Mamãe escreve todas as semanas.
- H — Ela é professora?
- M — Isso é incrível! Como foi que **você** adivinhou?
- H — Pela letra no envelope. Achei que era letra de professora.
- M 35 — **O senhor** não recebe muitas cartas. A julgar pelo seu lixo.
- H — Pois é...
- M — No outro dia tinha um envelope de telegrama amassado.
- H — É.
- M — Más notícias?
- H 40 — Meu pai. Morreu.
- M — Sinto muito.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

H — Ele já estava bem velhinho. Lá no Sul. Há tempos que não nos víamos.

M — Foi por isso que você recomeçou a fumar?

H — Como é que **você** sabe?

M 45 — De um dia para o outro começaram a aparecer carteiras de cigarro amassadas no seu lixo.

H — É verdade. Mas consegui parar outra vez.

M — Eu, graças a Deus, nunca fumei.

H — Eu sei. Mas tenho visto uns vidrinhos de comprimido no seu lixo...

M 50 — Tranquilizantes. Foi uma fase. Já passou.

H — Você brigou com o namorado, certo?

M — Isso **você** também descobriu no lixo?

H — Primeiro o buquê de flores, com o cartãozinho, jogado fora. Depois, muito lenço de papel.

M 55 — É, chorei bastante. Mas já passou.

H — Mas hoje ainda tem uns lencinhos...

M — É que eu estou com um pouco de coriza.

H — Ah.

M — Vejo muita revista de palavras cruzadas no seu lixo.

H 60 — É. Sim. Bem. Eu fico em casa. Não saio muito. Sabe como é.

M — Namorada?

H — Não.

M — Mas há uns dias tinha uma fotografia de mulher no seu lixo. Até bonitinha.

H 65 — Eu estava limpando umas gavetas. Coisa antiga.

M — **Você** não rasgou a fotografia. Isso significa que, no fundo, você quer que ela volte.

H — **Você** já está analisando o meu lixo!

M — Não posso negar que seu lixo me interessou.

H 70 — Engraçado. Quando examinei o seu lixo, decidi que gostaria de conhecê-la. Acho que foi a poesia.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

M — Não! Você viu meus poemas?

H — Vi e gostei muito.

M — Mas são muito ruins!

H 75 — Se **voce** achasse eles ruins mesmo, teria rasgado. Eles só estavam dobrados.

M — Se eu soubesse que você ia ler...

H — Só não fiquei com eles porque, afinal, estaria roubando. Se bem que, não sei: o lixo da pessoa ainda é propriedade dela?

M 80 — Acho que não. Lixo é domínio público.

H — **Você** tem razão. Através do lixo, o particular se torna público. O que sobra da nossa vida privada se integra com a sobra dos outros. O lixo é comunitário. É a nossa parte mais social. Será isso?

M — Bom, aí **voce** já está indo fundo demais no lixo. Acho que...

H 85 — Ontem, no seu lixo...

M — O quê?

H — Me enganei, ou eram cascas de camarão?

M — Acertou. Comprei uns camarões graúdos e descasquei.

H — Eu adoro camarão.

M 90 — Descasquei, mas ainda não comi... quem sabe **a gente** pode...

H — Jantar juntos?

M — É.

H — Não quero dar trabalho.

M — Trabalho nenhum.

H 95 — Vai sujar a sua cozinha.

M — Nada. Num instante se limpa tudo e põe os restos fora.

H — No seu lixo ou no meu?

DA FORMALIDADE PARA A INTIMIDADE: UM EXEMPLO

Segundo postula Preti, se considerarmos os papéis sociais dos interlocutores de um diálogo literário, bem como as variações linguísticas representativas desse papel, podemos examinar essa situação de comunicação literária como reprodução natural de um ato de

fala:

Uma *situação de comunicação* apresentada pelo diálogo literário poderá ser a reprodução natural (tanto quanto possível, porque ficam praticamente ausentes as marcas prosódicas, limitadas que são às informações da voz narrativa) de um ato de fala, desde que se considerem os papéis sociais dos interlocutores e as variações lingüísticas necessárias para representar o seu *status* papel. (2000: 89)

Isso posto, observemos que não se faz referência, no texto em questão, à profissão das personagens. Contudo, podemos definir o papel social de ambos na situação de comunicação: são vizinhos (pois moram nos apartamentos 610 e 612) e nunca foram apresentados, já que é a primeira vez que se falam. O fato de serem quase desconhecidos pode ser uma das principais justificativas da formalidade presente no primeiro momento, representada pelo uso das formas de tratamento *o senhor / a senhora*.

Desse modo, nas linhas (5) e (6), notamos um certo índice de formalidade, visto que esse trecho representa o momento em que os interlocutores conversam pela primeira vez. Aqui, o papel social de ambas as personagens refere-se ao de vizinhos que se conhecem apenas de vista e nunca se falaram:

H — **A senhora** é do 610.

M — **E o senhor** do 612.

A dinâmica da formalidade continua, podendo ser observada na linha (16), quando a mulher se dirige à personagem masculina:

M — Mmmm. Notei também que **o senhor** usa muita comida em lata.

Curioso observar que é a própria personagem feminina que, logo em seguida, pede ao homem que a chame de *você*, em um nítido interesse de destruir a formalidade presente. Notemos no trecho (20-23):

H — **A senhora** também...

M — Me chame de **você**.

H — **Você** também perdoe a minha indiscrição, mas tenho visto alguns restos de comida em seu lixo. Champignons. Coisas assim...

As linhas citadas acima denunciam o início do período de in-

timidade da conversa, que é representado pela mudança na forma de tratamento entre os interlocutores. Cabe lembrar que essa quebra da formalidade, mesmo acontecendo de maneira sutil e educada, gera algum embaraço na pessoa que está com a palavra:

A todo momento, vemos o embaraço que sentimos, dialogando com uma pessoa de *status* superior ao nosso, ao passarmos de um tratamento que indica autoridade e poder (como o *senhor*) para outro de intimidade e solidariedade (como *você*) que inclui o interlocutor em nosso grupo social, ainda que haja estímulo na *situação de comunicação*, para que tal ocorra. (Idem, 2000: 92)

No texto em questão, o embaraço, mencionado acima por Pretti, não necessitou da presença de uma pessoa de *status* superior para ocorrer. Tal situação é demonstrada nas linhas (26) e (27), o que acontece logo após o pedido feminino, quando o homem hesita na escolha da forma de tratamento:

H — **A senhora... você** tem família?

M — Tenho, mas não aqui.

A mesma situação, também, é vivida pela mulher que, sem receber um pedido de mudança de tratamento, trata o homem pela forma *você*, o que pode ser observado nas linhas (29) e (33). Em seguida, volta à formalidade com o emprego do *senhor*, na linha (35), para, enfim, informalizar totalmente a conversa:

M — Como é que **você** sabe?

H — Vejo uns envelopes no seu lixo. Do Espírito Santo.

M — É. Mamãe escreve todas as semanas.

H — Ela é professora?

M — Isso é incrível! Como foi que **você** adivinhou?

H — Pela letra no envelope. Achei que era letra de professora.

M — O **senhor** não recebe muitas cartas. A julgar pelo seu lixo.

A partir da linha 35, o diálogo se caracteriza por uma forte intimidade, representada pelos usos do pronome *você* nas linhas (44), (52), (66), (68), (75), (81) e (84). Já no final do diálogo, mais precisamente na linha (90), no momento em que a mulher sugere um jantar a dois, logo aceito pelo homem, pode-se notar que a intimidade é retratada, também, pelo pronome *a gente*.

M — Descasquei, mas ainda não comi... quem sabe a gente pode..

Diante de todas essas observações, podemos notar que há, no texto, três momentos que retratam, respectivamente, (a) intensa formalidade; (b) passagem da formalidade para a intimidade e (c) intensa intimidade. Essa divisão pode ser observada no quadro 01.

INTENSA FORMALIDADE	FORMALIDADE – INTIMIDADE	INTENSA INTIMIDADE
linhas 1-20	Linhas 21-35	linhas 36-97

Quadro 01 – Da formalidade para a intimidade – texto “Lixo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de determinadas formas de tratamento, além de ter a função de orientação do suposto diálogo, pode indicar o grau de formalidade ou de informalidade da situação de comunicação.

Diante dos fatos apresentados na análise do *corpus*, chamamos a atenção para o fato de que o uso de algumas formas de tratamento pronominalizadas, como *o senhor*, *a senhora* e *você*, pode refletir os papéis sociais dos interlocutores, em determinadas situações.

Desse modo, a troca ocorrida entre as formas de tratamento indica, no texto em questão, dois tipos de relação entre papéis sociais, que são demonstrados, primeiramente, por uma relação de relativa formalidade, já que os interlocutores não se conheciam.

Essa formalidade, no decorrer do texto, é destruída, o que pode ser comprovado pela mudança na relação entre os papéis sociais dos interlocutores, cujos comportamentos passam a ser íntimos, caracterizados pelo flerte implícito no trecho final da situação de comunicação. Assim, fica claro que há uma equivalência presente entre a mudança das formas de tratamento e o papel social dos interlocutores, levando-nos a crer que as formas de tratamento podem, dessa forma, expressar os limites da intimidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

PRETI, Dino. Papéis sociais e formas de tratamento em A ilustre casa de Ramires, de Eça de Queiroz. **In:** BERRINI, Beatriz (org.). *A ilustre casa de Ramires – cem anos*. São Paulo: Educ, 2000, p. 85-109.

ROBINSON, W. P. *Linguagem e comportamento social*. Trad. Jair Martins. São Paulo: Cultrix, 1977.

VERÍSSIMO, Luís F. *O analista de Bagé*. 100 ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1995.

REFLEXÕES SOBRE A SAUDADE¹⁴

Maria Paula Lamas

RESUMO

Trata-se de uma reflexão sobre a etimologia da palavra *saudade* e da sua especificidade relativamente ao povo português.

Palavras-chave: *saudade*, *saudosismo*, Teixeira de Pascoaes

Ao reflectirmos sobre a etimologia do vocábulo *saudade*,¹⁵ verificamos que, desde o início, remete para isolamento e exprime a mágoa da separação. Surge, logo, nas manifestações da arte trovadoresca, como um dos temas retratados. É o que se constata na cantiga de amigo da autoria de D. Dinis, em que a solitária donzela, inserida num cenário campestre, pretende saber notícias do seu namorado:

-Ai flores, ai flores de verde pino,
se sabedes novas do meu amigo!
Ai Deus, e u é?

A *saudade* é uma palavra frequentemente «(...) considerada sem par noutras línguas e que exprime misteriosa multiplicidade de sentimentos (...)» (GRANDE..., 1989) Através da «(...) carta dirigida por D. João da Silva e Meneses a D. Magdalena, vê-se (...) que em 1593 a *saudade* já passava por ser um vocábulo privativamente português, e denominava um sentimento doce-amargo, também privativamente português.» (VASCONCELÇOS, 1990: 88)

A este respeito, Joaquim de Carvalho questiona-se:

- 1- será a *saudade* um sentimento com origem exclusiva no Noroeste da Península Ibérica (Douro e Galiza) ?; 2- será a *saudade* um sentimento peculiar apenas a todo o povo português?; 3- será a *saudade* um sentimento passível de ser vivido por todos os homens? (CARVALHO, 1998: 49).

¹⁴ Opúsculo publicado em Portugal, em 2003.

¹⁵ «Saudade, s. f. (Lat. *solitatem*) > *suidade* > *soidade* > arc. *soedade*) – Sentimento triste por uma coisa subjectivamente boa, que se perdeu ou que está ausente (...)» (FONTINHA, 19-).

Joaquim de Carvalho, ao ponderar sobre as três hipóteses, conclui que a terceira é a mais plausível, embora reconheça que «(...) por tradição lírica peninsular e circunstancialismos históricos de Portugal como reconquistador de território (fronteiras instáveis) e país marítimo (Descobrimentos), este sentimento tenha ganho entre nós um carácter metafísico não presente na mentalidade de outros povos.» (*Ibidem*)

Sobre o mesmo assunto, D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos também tece considerações, alegando que «[é] inexacta a ideia que outras nações desconheçam esse sentimento» (VASCONCELOS, 1990: 45). Acrescenta, ainda, que «[i]lusória é a afirmação (...), que mesmo o vocábulo Saudade (...) não tenha equivalente em língua alguma do globo terráqueo (...)» (*Ibidem*).

Quando se fala de saudade, é também imperioso referir Teixeira de Pascoaes, que defende que esta «(...) é só nossa, que é intraduzível, que é da nossa Raça, porque é de origem colectiva, e encontra a sua mais alta expressão no Cancioneiro do Povo (...)» (PAISCOIAIS, 1986: 67).

Este escritor surge inserido no movimento cultural que data de 1910, e que tem como primordiais objectivos a recuperação dos valores originais e o renascimento nacional. A saudade, considerada um misto de nostalgia e esperança, funcionaria como estímulo para a criação de uma outra Pátria, que ressuscitaria do obscurantismo e que restabeleceria a glória no país. Através da saudade, elevada a religião, pretendia-se alcançar o Absoluto, a nebulosidade reveladora de um novo Deus, com vista à reanimação lusitana.

A teoria de Teixeira de Pascoaes é contestada, entre outros, por António Sérgio, que se encontra identificado com a tradição racionalista ocidental, e que condena os saudosistas por conceberem a saudade, como um sentimento exclusivo do povo português. Este pensador chega a acusar o movimento saudosista de «(...) pura esquizofrenia cultural de quem, de tanto glorificar a casa própria, não só recalca de todo a casa alheia, como é igualmente incapaz de lobrigar o mínimo defeito na sua própria casa» (*Apud* CARVALHO, 1998: 35).

Clara Calafate adota uma posição mais moderada, ao afirmar relativamente a Teixeira de Pascoaes que «[s]e havia ingenuidade neste por basear a redenção da Pátria num excesso de sonho, não havia menos em António Sérgio, pelo seu excessivo espírito prático» (*Apud* SÁ, 1992: 271). É também da opinião de que «[b]astaria um pouco de moderação para os aproximar, porque afinal um e outro representavam apenas facetas diferentes duma mesma realidade humana – o espírito e a matéria reclamavam os seus justos direitos» (*Ibidem*).

Ao comparar a saudade que surge em Teixeira de Pascoaes com a retratada pelos poetas que o antecederam, verifica-se que nestes trata-se de uma emoção espontânea e naquele de uma emoção laborada. Um dos vates a cantar a saudade, eternizando-a, foi Luís de Camões, como se constata no soneto *Alma minha gentil, que te partiste*, em que o poeta revela uma enlutada mágoa. Não suportando a dor da separação, pretende partir rapidamente para o Céu, como única hipótese de um reencontro com a amada.

A saudade está também presente, desde longa data, na sabedoria popular. Há vários adágios que aludem a este sentimento, como por exemplo, *O passado dá saudades, o presente dissabores e o futuro receios*, que transmite a insatisfação perante o momento actual. Igualmente é utilizada, com frequência, em expressões familiares, como é o caso do cumprimento *Dá saudades...*, destinado a uma pessoa que não se encontra presente e por quem se nutre amizade e, ainda, *morrer de saudades*, que exprime o desgosto provocado pela ausência de alguém ou de algo que nos é querido.

Ao falarmos do património cultural popular, não nos podemos olvidar do fado, tipicamente português, preferencialmente de índole fatalista, recorrendo frequentemente ao tema da saudade, como demonstra esta quadra cantada por Alfredo Marceneiro:

Cabelo branco é saudade
Da mocidade perdida
Às vezes não é da idade
São os desgostos da vida.

Igualmente virados para o passado estão aqueles que, por diversos motivos, tiveram de abandonar a sua terra em busca de melhor sorte. Portugal, sendo um país de emigrantes, está, desde logo, propenso ao sentimento nostálgico da saudade, a qual remonta aos Des-

cobrimentos, época também propícia a muita dor devido ao afastamento prolongado entre os navegadores e os seus familiares. É, ainda, imperioso destacar a inolvidável guerra colonial, que provocou tanta saudade temporária ou infinita.

Na realidade, a saudade está intimamente ligada ao povo português, embora não seja exclusiva deste. No entanto, trata-se de um assunto mais complexo do que aparenta à partida. Devido a este facto, muitas têm sido as definições e as contradições, múltiplos os contextos e respectivas implicações, sem se conseguir um resultado conclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Joaquim de. *Elementos constitutivos da consciência saudosa e problemática da saudade*. 2ª ed. Lisboa: Lisboa Editora, 1998.

DUARTE, *Leal Conselheiro e Livro da Enseñança de Bem Cavalgar toda Sella*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1843.

FILOSOFIA da Saudade. Selecção e organização de Afonso Botelho e António Braz Teixeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

FONTINHA, Rodrigo. *Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Porto: Editorial Domingos Barreira, 19-.

GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1989.

PASCOAIS, Teixeira de. *Filosofia da saudade*. Selecção e organização de Afonso Botelho e António Braz Teixeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

SÁ, Maria das Graças Moreira de. *Estética da saudade em Teixeira de Pascoaes*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *A saudade portuguesa*. Aveiro: Estante, 1990.

SINONÍMIA NOS TERMOS BÁSICOS DA SINTAXE

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

RESUMO

Muitos termos em sintaxe são utilizados para designar os conceitos básicos nesta área da lingüística. Contudo, um termo pode não corresponder exatamente a um mesmo sentido, e dois ou mais termos podem ter a mesma extensão semântica. Para tratar deste tema, relativo à sinonímia de termos em sintaxe, acolhemos, neste artigo, termos básicos: *frase, oração, período, enunciado e sintagma*, a fim de esclarecermos aspectos concernentes à sinonímia relativa a um termo ou entre termos.

Palavras-chave: sinonímia; frase; oração; período; enunciado; sintagma

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Com este artigo, pretendemos apresentar um estudo sobre termos correntes em sintaxe, visando depreender ao final aspectos de sinonímia entre eles. Para tanto, elegemos apenas alguns termos básicos, tomando como ponto de partida, o que visualizamos no diagrama arbóreo, tanto no nível do período simples quando no nível do período composto, visto de cima para baixo. Elegemos então os seguintes termos: frase, oração, período, enunciado e sintagma.

Estudamos os termos um a um, apoiando-nos em autores ligados à tradição gramatical ou lingüística. Ao final, estabeleceremos algumas conclusões que unifiquem os dados parciais e mostrem onde ocorre sinonímia.

Deixamos claro que, como temos por objetivo *termos*, unidades terminológicas, só nos interessa aspectos definicionais, acrescentados de uma ou outra consideração de abordagem, de modo a aclarar o termo ou a definição. Não pretendemos, naturalmente, fazer incursão crítica, pois isto implicaria ultrapassar os domínios em que desejamos nos limitar, relativos à sinonímia dos termos em questão.

ALGUNS ESCLARECIMENTOS TEÓRICOS

Um dos estudiosos de semântica léxica foi Ullmann (1964) que no estudo da sinonímia juntou critérios lingüísticos e extralingüísticos. O autor considera só haver sinonímia plena se houver possibilidade de intercâmbio em todos os contextos e a equivalência entre o significado cognitivo e os valores evocativos de uma palavra, nos termos de Bally (1951). Em suma, deve haver plena identidade semântica, esta referente ao chamado significado cognitivo, o intercâmbio contextual e a identidade quanto aos valores evocativos. Considerando os critérios de Ullmann (1964), principalmente o intercâmbio contextual e a identidade de valores evocativos, temos os seguintes tipos de sinonímia, segundo Lyons (1979): a) *completa e total*, b) *completa e não-total*, c) *incompleta e total* e d) *incompleta e não-total*. Ao final, no entanto, Lyons (1979) rejeita essa classificação inspirada em Ullmann (1964) e admite apenas a sinonímia cognitiva, em termos de intercambialidade de contextos.

A sinonímia também é objeto de interesse de terminólogos, como Picard (1986). Para esta estudiosa, existam duas espécies de sinonímia: a marcada e a neutra. A primeira se dá quando duas ou mais denominações de forma diferente são utilizadas nas CST da mesma língua para exprimir uma mesma noção no interior de uma mesma rede nocional, sem ser, todavia, intercambiáveis umas com as outras em todos os macrocontextos. Admite os subtipos: *temporal*, *geográfica*, *ocupacional* ou *de nível*; *lingüística* (empréstimos ou decalques); *marcada de escolas*.

Por sua vez, a sinonímia neutra se dá quando dois termos intercomutáveis em todos os contextos sem que se verifique alteração paranocional dos mesmos. Corresponde, grosso modo, à sinonímia tal como concebida por Lyons (1979) e Palmer (s/d). A sinonímia neutra se divide em vários tipos, entre os quais a *afixal*, a *morfossintática* e a *parafrástica*, entre outras.

Feita a breve explanação acima, passamos a tratar dos termos sintáticos básicos já referidos.

DOS TERMOS BÁSICOS EM SINTAXE

Frase

A maior parte dos autores ligados à tradição gramatical parte do conceito de frase para embasar a abordagem sintática. Cunha (1979: 135), seguindo este viés, define a frase como “uma enunciação de sentido completo, a verdadeira unidade da fala”. Em seguida, para caracterizar o termo em bases mais tangíveis, se apóia em aspectos fonológicos vinculados à entonação e à pausa forte. Em suma, a proposta do gramático é semântica, porque se apóia na noção de sentido completo, este amparado na situação de enunciação. Por isto, a proposta do autor não deixa de ter uma orientação, de algum modo, pragmática, porque contempla as circunstâncias concretas de comunicação. Talvez por isso, Perini (1995) não veja uma definição deste jaez como perfeitamente sintática, uma vez que a frase aparece como uma espécie de microtexto, que encerra propósitos comunicativos. Outra coisa a se salientar é a explícita caracterização da frase como unidade da fala e não da língua, diferente da de Saussure (1995), que é híbrida, pois nela a frase pertence à fala e à língua.

Outro autor que define frase em termos mais ou menos semelhantes ao de Cunha (1979) é Lima (1997: 232), que a caracteriza com base na entonação típica e no todo significativo que a frase representa “por intermédio do qual o homem exprime seu pensamento e/ou sentimento”. Inclusive, à semelhança do que postula Cunha (1979), aproxima frase e texto, o que pode ser observado em nota de rodapé (cf. LIMA, 1997: 232), em que o autor afirma ser a entonação “traço essencial para a conceituação de frase, demarcando-lhe começo e fim e apontando-lhe o propósito”.

Dando continuidade à tradição em sintaxe, Luft (1987: 11) também se apóia no conceito de frase, “a menos unidade autônoma da comunicação. Autonomia no plano significativo – uma intenção comunicativa definida – e no plano significante – uma linha completa de entonação”. Como vemos, por outras palavras, o gramático gaúcho caracteriza a frase em termos que lembram um texto, uma espécie de texto mínimo, o que vai de encontro a uma sintaxe da frase isolada. Para chegar a este fim de conjugar frase e enunciação, o autor se ancora na dupla entonação/autonomia comunicativa, vinculadas, respectivamente, aos aspectos significante e significado, que

constituem o signo lingüístico. A frase é, pois, um signo no nível sintático.

Bechara (2002: 407) destoa dos outros autores pela concepção restrita de frase, caracterizada pela ausência do verbo, pela entonação específica e pelo propósito comunicativo, o que faz inferir que não há frases verbais, como os três autores supracitados deixam entrever. Afirma textualmente:

O enunciado também aparece sob a forma de *frase*, cuja estrutura interna difere da oração porque não apresenta relação predicativa. São às vezes simples palavras, outras vezes uma reunião delas, que são transpostas à função do enunciado (BECHARA, 2002: 407).

É mais do que evidente que sob o termo *frase*, o autor coloca aquelas junções de palavras cujo sentido se ampara na entonação e na situação extralingüística. Como veremos adiante, o termo frase não é hiperônimo do termo oração, já que este último requer a presença do verbo.

Reformulando a tradição, mas mantendo a essência desta, Câmara Jr. (1977) toma como ponto de partida o termo *frase* para sua proposta sintática. Acentua sua materialidade, ao apontar-lhe como marcas significantes a entonação específica associada a uma palavra ou a uma junção de palavras. Em relação aos gramáticos, deixa, no entanto, explícito o papel da situação extralingüística, em que pesa o entorno e a interação locutor/alocutário. O lingüista critica apenas a vagueza do termo *sentido completo*, já que a interação comunicativa conjugada à entonação são importantes na determinação do sentido, o que tira da frase a auto suficiência. Assim, uma simples interjeição – como *Hum!* – ou uma oração incompleta – como, *Se você não entregar o trabalho...*, dita de um professor para o aluno – são frases. E era este aspecto de frases truncadas, ainda que constituídas de verbos, que a gramática tradicional ignorava, dando importância apenas às frases de situação, negligenciando o fato de que frases truncadas dependem, também, da situação. Afora estes pormenores descritivos mais explícitos, acreditamos que a proposta de Câmara Jr. (1977) não difere muito da proposta tradicional. Apenas a refina.

Em Mateus *et ali* (1983), há maior restrição quanto ao uso do termo *frase*, só que em sentido oposto ao de Bechara (2002). En-

quanto este último reserva o termo apenas aos enunciados situacionais, despojados de verbo, a autora reserva o termo às sentenças de natureza exclusivamente verbal. Não se refere às frases de situação, porque, na tradição gerativista, só têm sentido os enunciados sintaticamente articulados, em geral menos dependentes da situação. Do começo ao fim, a lingüista opera apenas com o conceito de frase, quer trate de oração, quer trate de período.

Oração

Termo corrente em Gramática e em Linguística, a oração, enquanto constituída de um só verbo, é um tipo de frase. Fizemos a ressalva *constituída de um só verbo*, porque as orações extraídas de período complexo não constituem frases, uma vez que, tendo sido extraídas de um todo comunicativo, perderam características definidoras da entidade frasal: entonação específica e situação extralingüística peculiar *ao enunciado inteiro*. O termo *oração*, com este significado de frase verbal, sendo o predicado constituído apenas de um verbo, é adotado pela maior parte dos nossos gramáticos, como Cunha (1979), Cegalla (1980), Luft (1987) e Lima (1997). Cabem aqui algumas ressalvas a respeito do termo em foco.

Mesmo os autores de gramática inovadora, como Perini (1995), admitem, embora com algumas ressalvas, a tradição, adotando o termo *oração* como um tipo de frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna: sempre um predicado e freqüentemente um sujeito. Porém, em outra obra, Perini (1989) lida apenas com o termo *oração*, que se estende tanto à chamada oração absoluta da gramática tradicional, quanto ao período composto, por ele chamado *oração complexa*. De tal maneira, constitui termo básico que é tomado como eixo, a ponto de definir o que chama as *unidades suboracionais*.

Ponto de vista semelhante ao de Perini (1995) encontra-se em Carone (1994), que, tomando como ponto de partida a frase, passa para a descrição da oração. A diferença dela com relação aos autores correlatos diz respeito apenas à tipificação das orações, por causa do viés teórico, baseado na valência.

Há autores, como Bechara (2002), que não prendem o conceito de oração ao de frase, mas ao de enunciado, termo sobre o qual fa-

laremos mais adiante. O mesmo autor, em outra obra de título homônimo (cf. BECHARA, [s/d.]), adota um conceito distinto daquele adotado em Bechara (2002). Em Bechara ([s/d.]), a oração cobre tanto os enunciados verbais como os não-verbais. Assim, o conceito de oração se aproxima do de frase, adotado por Cunha (1979) e Lima (1997). Na verdade, Bechara ([s/d.]) segue a orientação de simplificação terminológica, já sugerida por Luft (1987: 12), para o qual é indiferente adotar, como ponto de partida, frase ou oração, pois a subclassificação ficaria a cargo dos adjetivos, depois do termo. Relativo a Bechara (s/d): oração nominal, oração verbal, oração verbo-nominal etc.

Ponto de vista semelhante ao de Bechara ([s/d.]), encontra-se em Macambira (2001: 163-165). Sustenta o autor que existem orações constituídas de verbo, freqüentemente acompanhado de sujeito, configurando, pois, uma estrutura sintática. Ao lado dessas orações existem aquelas que, desprovidas de verbo, constituem unidade comunicativa, marcada pela presença de palavra ou junção de palavras. Constituem orações psicológicas, em que o sujeito é representado pelas circunstâncias presentes originando o que ele chama estruturas *pré-gramaticais* ou *assintáticas*.

Também em Borba (1979), o conceito de oração é muito extensivo a ponto de abranger construções sintáticas verbais e não-verbais.

Período

Outro termo bastante encontradiço na nossa terminologia gramatical é o período. Este se encontra em gramáticas de peso como a de Cunha (1979), Luft (1987), Kury (1993) e Lima (1997). São mais ou menos sinônimos nestes autores. Tanto abrange a oração absoluta, constituída de um só verbo, quando é chamado período simples, quanto abrange junção de orações, sendo chamado período composto.

Mesmo os autores mais modernos, como Perini (1995), adotam sem reserva o termo *período*, embora este não se encontre presente em Perini (1989), que prefere acolher o termo *oração* tanto para o período simples, quanto para o período composto.

Macambira (1986: 46) admite o esquema tradicional, acolhendo a noção de período, ao lado da de oração, embora os omita quanto à frase.

Câmara Jr. (1978, s.v. período) admite o termo período como “conjunto frasal, cuja enunciação termina por uma pausa conclusa, assinalada na escrita por um sinal de ponto”. Pode abranger uma ou mais de uma oração. Neste particular o autor não difere da tradição gramatical.

A nota dissonante quanto ao termo período é Bechara (2002), que sinonimiza *período* e *enunciado*, conforme o trecho abaixo:

A esta unidade lingüística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e depreendida cabalmente pelo nosso interlocutor se dá o nome de enunciado ou período (BECHARA, 2002: 406).

Como percebemos, período é definido de forma bem diferente daquela encontrada na tradição gramatical e mesmo lingüística. Aproxima-se do conceito de frase, tal como concebido por Câmara Jr. (1977), Cunha (1979), Luft (1987) e Lima (1997), e do conceito de enunciado proposto por Lyons (1979) e Borba (1998). É sobre este último termo que vamos nos deter na seção seguinte.

Enunciado

Para muitos lingüistas, como Lyons (1979), o termo primitivo em sintaxe, caracterizado por pausa que delimita começo e fim em situação de fala, é o enunciado. O termo se aproxima, pois, do de frase tal como adotado por Cunha (1979) e Lima (1997).

Entre nós, o termo ganhou relativa acolhida, ainda que não muito significativa. Em Borba (1998: 184), o termo é tomado na mesma acepção da de Lyons (1979) e Robins (1981), sendo caracterizado como bloco fonético delimitado por pausas e realizado pela entonação, pela concatenação de unidades mórficas e pela estruturação em grau variável de complexidade. O autor reserva o termo frase para significar o que entendemos por oração.

Bechara (2002) também adota o termo enunciado definido como:

Toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma seqüência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entonação e normalmente marcada, na escrita, pelos sinais de pontuação e pelo emprego da maiúscula inicial [...] (BECHARA, 2002: 406).

Como vemos, salvo um ou outro detalhe, o autor concebe o enunciado em termos que evoca os autores supracitados. Um detalhe a salientar é que, surpreendentemente, o gramático estabelece uma sinonímia inusual em nossa língua: enunciado e período.

Sintagma

Para muitos, o termo sintagma é monossêmico e é exclusivo da esfera sintática. É um constituinte imediato da frase, adotado tanto na tradição estruturalista quanto na gerativista. Corresponde ao que Dubois (1974, s.v. categoria) chama categoria de primeira ordem, porque é o que primeiro se depreende na decomposição da frase. Todos os livros de divulgação das correntes formalistas adotam o termo *sintagma* para fins unicamente sintáticos, sendo ele a unidade em sintaxe, cujo nome está em estrita dependência com o núcleo que tem.

Todavia, o termo em questão possui um sentido pouco conhecido em lingüística. Para os estruturalistas europeus ligados a Saussure (1995), existe sintagma onde há signo. Portanto, o sintagma começa desde o nível interno da palavra, o sintagma lexical. O sintagma clássico, tal como divulgado pela tradição americana, é uma espécie de hipônimo do sintagma nos moldes saussureanos (cf. BORBA, 1979). Nestes moldes, haveria sintagmas do tipo lexical, locucional, suboracional, oracional e superoracional.

Existem autores que, ignorando a restrição saussureana de signo, conferem extensão maior à noção de sintagma, incluindo o sintagma fonológico, tomando como eixo a sílaba. Para estes autores, entre os quais se inclui Lopes ([s/d.]), o importante é haver um núcleo e uma periferia. No caso da sílaba, o núcleo é a vogal, e a periferia é a consoante ou semivogal. Em cada tipo de sintagma, haveria núcleo e periferia: no lexical, o semantema, e no suboracional, o nome, o adjetivo ou o verbo, conforme a natureza sintagmática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, podemos constatar o seguinte: o termo *frase* recobre praticamente a mesma extensão semântico-referencial em autores como Cunha (1979), Luft (1987), Lima (1997), Câmara Jr. (1977) e Perini (1995). Contudo em Bechara ([s/d.]) não podemos falar em sinonímia absoluta do termo em relação aos outros autores citados, pois recobre apenas enunciados situacionais, despojados da presença do verbo. Em Sautchuk (2004), o termo *frase* designa apenas enunciados sintaticamente articulados: os períodos das gramáticas tradicionais.

O termo *oração*, por seu turno, em gramáticos como Cunha (1979), Luft (1987), Lima (1997) e Bechara (2002), tem a mesma extensão de significado, pois significam frase provida de verbo. Todavia, em Macambira (1986), Bechara ([s/d.]) e Borba (1979), o termo *oração* designa emissões vocais com verbo ou sem verbo. Em Borba (1998), *oração* é sinônimo de *frase* em termos de emissões vocais com verbo.

Período em Cunha (1979), Luft (1987), Lima (1997) e Perini (1995) caracteriza-se por sinonímia, pois abrange tanto a oração com um só verbo como um conjugado oracional (período composto). Em Bechara (2002), no entanto, *período* é sinônimo de *enunciado*, nos termos de Lyons (1979) e Borba (1998).

O termo *enunciado* tem sinonímia plena nos autores que o utilizam, como Lyons (1979), Robins (1981) e Borba (1998). Caracteriza-se pela presença de pausa, predicação e finalidade comunicativa. Corresponde sinonimicamente ao termo *frase* de Cunha (1979), Lima (1997) e Câmara Jr. (1977).

O *sintagma*, no Estruturalismo Americano e no Gerativismo, designa grupos de palavras com núcleo baseado em uma das classes: nome, verbo, adjetivo, advérbio. No sentido saussureano, se instaura desde a palavra sendo, de algum modo, hiperônimo do sintagma puramente sintático. No sentido que lhe atribui Lopes (s/d), abrange desde o nível fonológico.

Pode haver, portanto, sinonímia plena envolvendo um mesmo

termo utilizado por vários autores, como pode haver sinonímia entre termos diferentes. Em outros casos, há diferenças relativas à generalidade ou especificidade. Assim, o termo *frase* da gramática tradicional é mais amplo que o termo *frase* utilizado por Sautchuk (2004) e Borba (1998). O termo *sintagma* é mais amplo no Estruturalismo que no Gerativismo.

Aqui entra em jogo o papel da polissemia, mas isto levaria à longa discussão com relação à homonímia, assunto controverso e que conduziria este trabalho para além dos limites por nós impostos. Fica como sugestão para outro artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Nacional, [s/d.].
- . *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- BORBA, F. *Teoria sintática*. São Paulo: EDUSP, 1979.
- . *Introdução aos estudos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 1998.
- CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1994.
- CÂMARA Jr., J. M. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1977.
- . *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Nacional, 1980.
- CUNHA, C. F. da. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FENAME, 1979.
- DUBOIS, J. *et al.* *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- KURY, A. da G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1993.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- LOPES, E. *Fundamentos da lingüística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, [s/d.].
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional, 1979.
- MACAMBIRA, J. R. *Estrutura do vernáculo*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1986.
- . *Estrutura morfossintática do português*. São Paulo: Pioneira, 2001.
- MATEUS, M. *et al. Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- PALMER, F. R. *Semântica*. Lisboa: Edições 70, [s/d.].
- PERINI, M. A. *Sintaxe portuguesa: metodologia e funções*. São Paulo: Ática, 1989.
- . *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.
- PICARD, D. *La synonymie em langue de spécialité: étude di problème em terminologie*. Québec: GIRSTERM, 1986.
- ROBINS, R. H. *Lingüística geral*. Rio de Janeiro: Globo, 1981.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- SAUTCHUK, I. *Prática de morfossintaxe – como e por que aprender análise (morfo)sintática*. Barueri: Manole, 2004.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1964.

**UM ESTUDO FILOLÓGICO
DA SAUDAÇÃO DE ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA
COMO MEMÓRIA DO BRASIL SETECENTISTA**

Amós Coêlho da Silva (UERJ e UGF)

RESUMO

Um estudo lingüístico sobre a importância de Alexandre Rodrigues Ferreira como latinista, mas também sobre as suas características como naturalista e político junto à corte de D. João e seus assistentes administrativos.

Palavras-chave: latim, filologia e transdisciplinaridade

Levando em conta a importância do Latim ao longo da formação histórica do Ocidente, onde se tornou um alicerce para o registro das monografias universitárias, como foi a de Karl Marx (1818-1883), intitulada *Diferença entre as filosofias da Natureza em Demócrito e Epicuro*, na excelente tradução de Paulo F. Flor e Anna L. A. de A. Prado, ou dos avanços científicos da humanidade, ou ainda como meio de comunicação litúrgica na Igreja Católica, observar o Latim, nos dias atuais, comprimido em dois tempos de aula, dada a grade curricular do Ministério de Educação, é ter pouquíssimas oportunidades de estudos da Antigüidade Clássica no nosso País.

Em seu interessantíssimo prefácio, comenta José Américo Motta Pessanha ([s/d.]: 5):

Também Marx faz história da filosofia com 'sua' filosofia – a daquele tempo –, tornada mais explícita desde que (pois se trata de repensar o pensamento antigo) é levado a preencher lacunas, encadear fragmentos, discutir com divergentes fontes remotas, escavar interpretações sedimentadas em séculos de historiografia, neutralizando o distanciamento temporal para tentar fazer presente a seu presente histórico o irremediavelmente passado.

O nosso grupo CIFEFIL de estudos filológicos vem mais uma vez trazer à tona documentos do século XVIII. Neste sentido, nos sentimos integrados aos primórdios da formação da filologia. Como começou a missão de um grupo como nosso? Qual a origem dos estudos filológicos? Francesco Della Corte admite como textos de primeira investigação filológica na Hélade *Crátilo* e *Íon*, de Platão e *A Poética*, de Aristóteles, *i quali (...) si occuparono di etimologia l'uno*

e della condizione dei poeti, l'altro, os quais (...) se ocuparam da etimologia o primeiro e da condição do poeta, o segundo (DELLA CORTE, 1981: 5). Todavia, a iniciativa deu-se na era de Pisístrato, século VI a.C., *qui primus Homeri libros confusos antea sic disposuisse dicitur ut nunc habemus, o qual, de modo pioneiro, afirma a tradição, organizou, assim até então, esparsos livros de Homero como o temos nos dias de hoje* (Cic. *De oratore*, III, XXXIV). Se Eratóstenes aplicou a si mesmo o epíteto de filólogo na Grécia, em Roma o *philologus* foi Ateius Praetextatus (séc. I. a.C.). As investigações filológicas no mundo romano iniciam com a visita diplomática de Crates de Malos, séc. II a. C. Durante este contato diplomático com o poder público romano, estendeu sua estada em Roma e passou o tempo livre realizando comunicações sobre temas filológicos.

É o caso de se perguntar quem se interessará por um dos fundamentos da filologia como disciplina lingüística, preservando a nossa cultura com a pesquisa de edições, interpretações e explicações, de textos literários e filosóficos que estão em nossas bibliotecas. Tornou-se tão rápido o estudo do latim, que resultou num desafio aos estudantes universitários brasileiros. Vai depender apenas de sua sensibilidade e perseverança superar as dificuldades que qualquer um as percebe ao enfrentar a iniciação a um estudo tão complexo. Com isso, se a procura se reduz no campo educacional, o sistema educacional atual interpreta esse acanhamento como disciplina desnecessária, daí, passam a existir poucas oportunidades de estudos da Antigüidade Clássica. Parece mesmo que o nosso Ministério da Educação não está tendo força para repelir o ímpeto do interesse mercantil nos estudos, bem como dificuldade em administrar o desejo de corrigir erros históricos através de sistema de cotas, já que a forma de aplicação deste sistema tem causado tantos problemas. São muitas as deficiências da educação e as soluções pouco satisfatórias.

O texto a ser estudado nos acena com alguns pontos na formação da sociedade brasileira. Por essa ocasião, século XVIII, os brasileiros só conquistariam a plenitude de sua vida universitária, se fossem estudar lá fora. Não foi diferente com Alexandre Rodrigues Ferreira, que se formou em Coimbra, Portugal, e tornou-se, não só um Naturalista, mas um dos maiores do mundo luso-brasileiro; um especialista em agricultura, fauna e flora, como lemos em sua obra. À Maneira de Charles Darwin (1809-1882), que fez expedições, co-

mo Naturalista, às costas da América do Sul (1831-1836), juntando observações para sua célebre obra *Da Origem das Espécies por Via de Seleção Natural* (1859), o baiano Alexandre também esquadriñou os sertões brasileiros, como consta nas telas do [site \(www.filologia.org.br\)](http://www.filologia.org.br) do CIFEFIL – Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Lingüísticos. Nasceu na Bahia, 27 de abril de 1756, exerceu os cargos mais importantes, instituídos pelo Reino de Portugal, além do nomeado por Dona Maria I como o Primeiro Naturalista do Reino, e veio a falecer em Lisboa, 23 de abril de 1815.

Não quis o destino que o primogênito de D. Maria I, D. José, príncipe da Beira e do Brasil, viesse a consolidar o seu reinado. Coube este mister a D. João VI, que exerceu a regência desde 1792 em Portugal, onde enfrentou um grande período de turbulência e, para evitar se tornar prisioneiro de Napoleão Bonaparte, embarcou, na véspera da entrada francesa em Lisboa, com toda a corte, para o Brasil. De Portugal, trouxeram riquezas consideráveis, porém o mais importante foi o fato de ser instalada uma corte, uma elite portuguesa, que exigiria recursos sociais, tais como qualidade de educação: data desta ocasião a fundação de instituições educacionais. Bem como, democratizaram o relacionamento entre a realeza, antes apenas colonizadora, e o Brasil, antes súdito e colônia – anteriormente apenas explorada pelos colonizadores (ou talvez saqueada). Esta última observação percebemos bem no documento de Alexandre Rodrigues Ferreira, exatamente nesta passagem:

Felicem me tamen, cui antequam sileam, extrema haec vetare non possunt. Primum, Deo optimo Maximo gratias agere, quod Fidelissimos Reges talibus viris dignos impulerint, ut Laetissimam hanc diem, tum Brasiliae universo, cum vobis, Paraenses praesertim consederent.

Contudo, estas coisas extremas, que anteriormente silenciariam alguém, não podem proibir minha felicidade. Primeiramente, dar graças ao ótimo Deus Poderoso, quais graças estimularam dignos Reis Fidelíssimos como tais varões, para que sobretudo os paraenses (pudessem) estar sentados com vós, naquele tempo no universo do Brasil, por esta circunstância importantíssima.

Há um aparato crítico sobre *consederent* (pretérito imperfeito subjuntivo): “*Consederent*” – *B = concederent*. Isto não é mera questão ortográfica, pois estes dois homônimos significam, respectivamente, “*apaziguassem ou acalmassem*” e “*morressem ou desaparecessem*”. Porém, em seu dicionário, Félix Gaffiot atesta este verbe-

te ‘consedeo’, segunda conjugação sem apofonia em latim tardio; temos o suficiente para demonstrar ser melhor a nossa opção de tradução: ‘**consedeo**, ere, int., être assis avec’. Ora o ato de estar sentado com alguém exprime muito bem que o momento é de paz e perfeita harmonia entre as partes. Além do mais, a forma verbal admitida na tradução “apaziguassem” é de primeira conjugação, e não de segunda como aponta Gaffiot: ‘**consedo**, **avi**, **are**, **tr.**: apaiser entièremment.’ É claro que ‘consedeo’ sem apofonia não é latim clássico, é latim bárbaro. Evidentemente, ficamos com a última solução, a do copista.

Como se nota ao longo do discurso de Alexandre Rodrigues Ferreira a mútua congratulação dos brasileiros estava consagrada, apesar de há dois anos uma assembléia paraense tivesse sido abandonada pelo seu líder. Mas se abandonada por algum tempo, foi, contudo, recriada com novos sopros de esperança e tudo se deve a singular ação de Deus Bondoso. Ou seja, sua integração com novos eleitos: um é o eleito de Deus, o Exmo. e Revmo Sr. Dr. Fr. Caetano Brandão e o outro eleito de Deus é o Exmo. Sr. General Martinho de Souza e Albuquerque, tomando posse nos pontos mais importantes da administração da época no norte do Brasil.

Descreve-se então o ponto de felicidade e da importância deste acontecimento pelos luminares ali presentes, em latim com letra maiúscula para evidenciar a raridade de contatos tão elevados. O texto em latim recobre as circunstâncias com alta dignidade.

Segue-se a tradução.

<p>Audite haec Brasilienses, et gratulamini invicem.</p> <p>Ecclesia Paraensis [in Brasilia septentrionali], duobus abhinc annis Patre orbata, aliquandiu maerore confecta, aliquandiu spe nova recreata, nunc demum singulari Dei optimi Maximi beneficio, incredibili, Fidelissimorum Regum Laetitia, summa cum praefecturae hujus Illustrissimi, ac Excellentissimi Praefecti Generalis voluptate, et miro quodam cleri universi, Magistratum, Populi, omnium denique Ordinum suffragio,</p>	<p>Ouvi estas novidades, Brasileiros, e congratulai-vos mutuamente.</p> <p>Há dois anos a assembléia paraense no norte do Brasil, foi deixada órfã pelo seu líder, por algum tempo dissolvida com tristeza, (mas) por algum tempo recriada por uma nova esperança, em suma então pelo benefício da máxima singularidade de Deus, na sua incrível totalidade com o governo deste Ilustríssimo e pela vontade do Excelentíssimo Governador Geral, também por algo admirável do clero universal, dos magistrados, do povo enfim pelo sufrágio de toda ordem, congratulai-vos com os Ilustríssimos</p>
--	---

Illustrissimis, ac Excellentissimis D.D. Caetano Episcopo, et Martino Praefecto Generali gratulatur.

Adsunt hodiernae laetitiae testimonia, vere Patres, Sanctae Sedis Canonici Probatissimi; vere Pastores, vicarii vigilantissimi; Brasiliae, Luminaria, congregationum Praelati; Militum Praefecti Strenuissimi; Magistratus Integerrimi; qui hanc urbem armis, et Legibus munire, haec Dei Immortalis Delubra venerari, hunc denique Populum ab indigenae superstitionis faucibus eripere gloriantur.

Vobis, Patres Amplissimi, Doctrinae, morum que Sacrae, vobis, Equites Lusitani, Imperii late excurrentis Propugnacula, vobis[met] ipsis, paraenses, hic feliciter nati, et felicissime gubernandi; omnibus faustissima haec dies illuxit, quae sacerdotium, et Imperium miro ordine connectit. Quemadmodum enim Spiritus Sanctus Ecclesiae suae Caetanum praeposuit Episcopum Sanctissimum, Candidissimum, Clementissimum, Reginae ita, nescio dicam, an Matris Augustissimae Providentia, Martinum Strenuissimum Humanissimum, Prudentissimum, huic prope modum infinitae Negotiorum civilium, et Militarium Provinciae praefecit.

En duo post hominum memoriam e Caelo nobis dilapsa felicitatis pignora! duo Christiani Nominis Firmamenta atque subsidia! quorum alterum doctrinam et mores silabantur, restituere, restitutam alterum enixe tueri parat; alterum, si qui sint, qui a disciplina Ecclesiae defecerint, eos non minis, ferro, flamma que persequi sed exemplo, rogatione, hortatu, admonitione revocare modo verum Dei cultum Sanciat; Sancitum alterum, summa, qua par est, dextertate, [animi moderatione,] et pacis

e Excelentísimos: o bispo D.D. Caetano e o Governador Geral Martinho.

Os testemunhos da fecundidade de nosso tempo estão presentes, com justiça os Padres, da Santa Sede Canônica Reconhecidíssima; com justiça Pastores, substitutos muito vigilantes; Luminares, Prelados das congregações do Brasil; Incansabilíssimos Administradores dos Soldados; Magistrados muito Íntegros; que se orgulham de munir esta cidade com armas e com as Leis, de venerar estes templos de Deus Imortal, enfim, de erguer das gargantas da superstição nativa o povo.

A vós, Padres com maior autoridade, de Doutrina, de costumes e Cerimônias Religiosas, a vós, Cavalheiros Lusitanos, Fortalezas que excede o Império largamente, a vós mesmos paraenses, aqui nascidos felizmente, e mui felizmente governados; a todos começa iluminar esta circunstância próspera que se encadeia na admirável época dos sacerdotes e do Império. Com efeito, do mesmo modo que o Espírito Santo colocou o Bispo Caetano, Santíssimo, Candidíssimo, Clementíssimo, diante de sua Igreja, assim, não sei se direi da Rainha, Providência da Mãe Nobilíssima, confiou a Martinho Diligentíssimo, Humaníssimo e Prudentíssimo, pouco mais ou menos este trabalho intenso dos negócios civis e do comando dos soldados.

Eis aqui dois penhores da felicidade esmaecidos da memória dos homens, saídos do Céu para nós! duas reservas e Sustentáculos do Nome Cristoão! dos quais articula-se que um restabeleça doutrina e costumes, outro prepare para proteger com todo empenho (doutrina e costumes) fixados; um, se (tais coisas) existiriam, que se tenham abandonado da disciplina da Igreja, àqueles (não praticantes) não pela ameaça com o ferro (ou) perseguir com o fogo, mas pelo exemplo, súplica, advertência, orientação – agora mesmo se Torne Solene a cultuada verdade de Deus; um santificado, na destreza suprema, em que se detém, na moderação

studio defendere profitetur. Sed quo pacto sui quisque muneris adimplendi sollicitus Deo in primis, deinde Regibus se devoverit, paucis expediam.

Ille vix sibi commissam animarum salutem intellexit, nocte, die que Dei Laudibus incubuit; omne datum bonum de sursum petiit, descendens a Patre Luminum; timorem Domini Sapientiae principium obsecravit; hostias, laudes, preces obtulit, pro Sanctissimo Papa nostro Pio, pro Regibus Fidelissimis, pro Magistratibus, omnibus que hominibus quorum pacem, et Fidei incrementum ardet. Ille per Litteras Pastorales Fideles sibi commissos in Fide confirmare studuit; per Amplissimum vicarium Suum Generalem rebus dubiis quamplurimis consuluit; assidue Regibus professionis suae exitum commendavit. Ille nec vitae, nec humani alicujus commodi, aestimator, gravissima navigationis hujus incommoda sustulit, nocturna insomnia, anxietates diurnas, ut se vobis jam diu datum hodierna die restitueret. Bone Deus, qualem Ecclesiae tuae Praesulem tribuisti! Irreprehensibilem, sobrium, castum, et domui suae bene praepositum! qualem familiam! familiares eruditos, non rixosos, non blasphemos, non invidiosos, sicut utique decet Ministros Ministrorum Dei.

Martinus illinc Dignitatis suae onere, non honore vehementissime commovetur. Patriariae Nobilitatis, cui Souzae utriusque et Albuquerquei originem praebent, res bello, pace que inclute gestas contemplantur. Tot Insignium Heroûm exempla, qui Imperii fines Latissime propagarunt, gentes innumerabiles et immanitate barbaras bene moratas reddiderunt, Asiae, Americae, Africae, Domitorum, qui Nomen istud Lusitanum ad

de espírito e confessa publicamente defender a manutenção da paz. Mas é solicitado, antes de mais nada por Deus, a poucos se preparar, num pacto consigo mesmo de cumprir cada um do(s) serviço(s) público(s), em seguida se terá consagrado a Reis.

Ele apenas compreendeu a salvação das almas em que se incorreu em si mesmo, durante a noite e durante o dia ocupou-se dos Louvores de Deus; pede toda boa dádiva do alto, a qual desce pelo Pai Luminoso; suplicou o temor do Senhor para a Sabedoria dos Príncipes; ofereceu vítimas, louvores, preces, em favor do nosso Santíssimo Papa Pio, em favor dos Fidelíssimos Reis, em favor dos Magistrados e todos homens dentre os quais reina a paz e o crescimento da fé. Ele se aplicou através das Letras Pastorais Fiéis a confirmar na Fé a si unidos; consultou aos numerosos possíveis assuntos dúbios através do Seu substituto Amplíssimo General; recomendou o resultado de sua procedência incessantemente ao Reis. Aquele avaliador não da vida, nem de alguma vantagem humana suprimiu as gravíssimas desvantagens desta navegação, as insônias noturnas, ansiedades diurnas, para que se restabelecesse para vós agora de dia, na circunstância atual, a dádiva. Bom Deus, atribuístes à tua Igreja ao Primeiríssimo! Irrepreensível, sóbrio, íntegro e bem disposto em sua casa! E que família! Familiares eruditos, sem briga, sem blasfêmia, sem atitudes vergonhosas, assim como convém aos Ministros dos Ministros de Deus.

De lá, Martinho se comove veementíssimamente com o encargo da própria Dignidade, não com a honraria. Das famílias patricias da Nobreza, a quem uns e outros da Família Souza e os Albuquerque apresentam berço, contemplan-se feitos elevados na guerra, na paz e na atitude ilustre. Tantos exemplos de insígnies heróis, que se propagaram largamente as fronteiras do Império, Domadores, que arrebataram este Nome Lusitano ao fastígio Supremo da glória, administraram inumeráveis povos e cos-

Supremum gloriae fastigium evexerunt. Praeclara haec facinora Martinum afficiunt; inde tam mira in Patriam Caritate abripitur, tot corporis laboribus, animique contentionibus se offert, quot in posterum gratitudinis nostrae vincula efficient, ut nec Olisipo umquam, neque hic Brasiliae tractus de Nominis Sui Laudibus conticescat.

Sed his Laudibus utriusque integritas nihil movetur. Fortissimo, quo vigent, Spiritu, et aestimandarum Laudum parcissimo, qui Patriae debemur (ajunt) siquid boni agimus, id Patriae persolvimus; nihil meremur; bene mereri de Patria nobis prodest, non ipsi Patriae. Tu igitur, nam mihi succenset, unum elige, vel abire, vel silere.

Felicem me tamen, cui antequam sileam, extrema haec vetere non possunt. Primum, Deo optimo Maximo gratias agere, quod Fidelissimos Reges talibus viris dignos impulerint, ut Laetissimam hanc diem, tum Brasiliae universo, cum vobis, Paraenses praesertim consederent.

Deinde Tibi, Pie Sexte Beatissime, jure optimo gratulari, quod tantam ex Caetani Sanctissimi confirmatione Omnipotenti Deo Gloriam, tantam Ecclesiae dignitatem, tantam que Nomini Tuo laudem acquisiveris.

Tui vero est, Deus Immortalis, vitae mortis que Arbiter, ad exaltationem Fidei, et Religionis Christianae in hoc Brasiliae tractu, ad Imperii Lusitani conservationem, et incrementum, utrumque nobis incolumem tam diutissime servare, quam diutissimum utrique praeconium et natura,

tumes desumanamente bem bárbaros da Ásia, América, da África. Estes ilustres feitos consagram Martinho; daí é arrebatado por admirável Afeição pela Pátria, tanto pelos sacrifícios do corpo e esforços do espírito se apresenta, quanto rendem vínculos de gratidão para posteridade, para que Lisboa nunca comece a se calar, nem aqui traços de Seu Nome com Louvores.

Mas nenhuma integridade se comove com estes louvores de um e outro. Oferecemos isto à Pátria, em que com Espírito Fortíssimo e com comedimento de elogio de que se deve estimar, o quanto somos devedores à Pátria (afirmam) se algo de bom fazemos; nada merecemos; nos serve sobre a Pátria com felicidade ser digno, e não para a Pátria. Tu, portanto, com efeito censuram a mim, escolhe um dos dois: retirar-se ou calar-se.

Contudo, estas coisas extremas, que anteriormente silenciariam alguém, não podem proibir minha felicidade. Primeiramente, dar graças ao ótimo Deus Poderoso, quais graças estimularam dignos Reis Fidelíssimos como tais varões, para que, sobretudo os paraenses (pudessem) estar sentados com vós¹⁶, naquele tempo no universo do Brasil, nesta circunstância importantíssima.

Além disso, a Ti, ó Pio Sexto Beatíssimo, congratular com todo o direito, porque tenhas adquirido tanta celebração vinda da confirmação de Caetano Santíssimo na Onipotência de Deus, tanta dignidade da Igreja e tanto louvor em Teu Nome.

Sim, é verdade, é para Ti, Deus Imortal e Juiz da vida e morte, para exaltação da Fé e da Religião Cristão nesta região do Brasil e para conservação e crescimento do Império Lusitano, um e outro são prometidos conservar para nós incólume há muitíssimo tempo, tanto quanto esta declaração para um e outro, assim a natureza mas tam-

¹⁶ Félix Gaffiot: 'consedeo, ere, int., être assis avec'

et gloria pollicentur. <i>Alexandre Rodrigues Ferreira</i>	bém a glória são prometidas. <i>Alexandre Rodrigues Ferreira</i>
---	---

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÍCERO. *De oratore*. Texte établi, traduit et annoté par François Richard. Paris: Ganier, 1932.

DELLA CORTE, Francesco. *La ilologia Latina Dalle Origini a Varone*. Itália: La Nuova Italia, 1981.

ELIA, Sílvio. *Preparação à Lingüística Românica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

GAFFIOT, Félix. *Dictionnaire Illustré Latin Français*. Paris: Hachette, 1934.

MARX, Karl. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global Editora, [s/d.].

O SENEX NA COMÉDIA DE PLAUTO

Mariza Mencalha de Souza

RESUMO

Visão geral do *senex* plautino. Apresentação do personagem Euclião. Descrição de alguns traços do seu caráter, com base em sua fala e na de outros personagens, cujas falas encontram-se identificadas pelas letras iniciais de seus nomes, de acordo com o modelo adotado pela edição crítica da *Belles Lettres*. LAR = prólogo, Lar Familiaris, deus protetor da família, EVC = Euclião, LYC = Licônides, STA = Estáfila, CONG = Congrião, MEG = Megadoro, STR = Estróbilo e ANTH = Ântrax.

Palavras-chave: *Aulularia*, Plauto, *senex*, Euclião.

INTRODUÇÃO

Euclião é o protagonista da *Aulularia* de Plauto, peça que inspirou, dentre outras, *L'avare* de Molière e *O santo e a porca* de Ariano Suassuna. Um pobretão que ficou rico depois de encontrar, na lareira de sua casa, uma marmita com ouro. O traço principal de seu caráter é a avareza, explorada pelo comediógrafo latino para extrair efeitos cômicos. Contudo, Euclião apresenta atos e comportamentos que trazem à tona outros traços de sua personalidade, captados, sobretudo, no relacionamento e convívio que tem com sua criada, Estáfila.

É, sem dúvida, na galeria dos *senes* de Plauto, a mais célebre criação do cômico latino, daí dedicarmos a ele maior atenção neste artigo.

O SENEX NAS COMÉDIAS DE PLAUTO

O *senex* é bastante explorado nas comédias de Plauto, sendo nelas freqüentemente fonte de comicidade. Ele está presente em quase todas as peças do comediógrafo, ficando de fora apenas no *Amphitrúo*, no *Curculio* e no *Persa*. Na maior parte das obras do poeta cômico, participa ativamente da ação, desempenhando inclusive, em alguns casos, a função de protagonista. Apresenta papel episódico somente nos *Menaechmi* e no *Truculentus*. Plauto explorou tanto esse personagem que compôs peças com dois *senes*, e até mesmo com

quatro, como ocorre no caso do *Trinummus*.

Geralmente, é um cidadão casado, de classe média, pai-de-família e conservador, cuja idade situa-se entre os cinquenta e sessenta anos. Ou ainda qualquer outro varão dentro ou acima dessa faixa etária, solteiro ou viúvo, que exerça ascendência sobre os demais membros do núcleo familiar.

Exerce quase sempre o papel de um velho avarento, irascível e severo, caso em que é pintado como uma figura tola, grotesca e ridícula. A esta categoria de *senex*, vítima freqüente das trapaças dos escravos, pertencem Nicóbulo das *Bacchides*, Périfane do *Epidicus* e Teopropides da *Mostellaria*.

Entretanto, o *senex* plautino apresenta outros traços relevantes que vão além dessa classificação.

Ao lado dos velhos severos, encontramos em Plauto os tolerantes e indulgentes. É o caso de Filoxeno das *Bacchides*, que entende e aprova todas as extravagâncias do filho.

Não faltam também os pais afetuosos: aqueles que recebem com alegria e ternura o filho que retorna ao lar paterno, depois de muito tempo perdido ou capturado. Hegião dos *Captivi*, Hanão do *Poenulus*, Demones do *Rudens* e Carmides do *Trinummus* fazem parte desse grupo. Nem mesmo estão ausentes os bondosos, como Filto do *Trinummus*, que se empenha para ver concretizado o desejo do filho de se casar com uma moça sem dote.

Há ainda os maridos devassos e infiéis, que traem suas esposas envolvendo-se em aventuras amorosas com a “namorada” do próprio filho. Os mais representativos dessa classe de velhos libertinos são Lisidamo da *Casina*, Demifo do *Mercator*, Demeneto da *Asinaria* e Antifo, o viúvo do *Stichus*.

Estão presentes também, nas comédias de Plauto, os velhos prestativos, alguns deles, amigos fiéis e de bom conselho. Dentre estes, podem ser citados Califo do *Pseudolus*, Megaronides e Calicles do *Trinummus*, Alcesimo da *Casina*, Lisímaco do *Mercator* e outros.

Ao contrário desses velhos prestimosos, existem também os egoístas. Simão da *Mostellaria* se inclui neste grupo, visto que não se comove nem um pouco com os problemas alheios, nem sequer

com os de seu vizinho.

Outro tipo de *senex* encontrado em Plauto é o do velho jovial, solícito e hospitaleiro. Encarna este modelo Periplectômeno, o celi-batário do *Miles gloriosus*, que hospeda em sua casa, com todas as atenções, o jovem Plêusicles.

Ainda que raro, o *senex* paciente e sábio também aparece no teatro de Plauto e está representado, sobretudo, pelo bom Megadoro da *Aulularia*.

O PERSONAGEM EUCLIÃO

Era nosso protagonista um homem pobre que possuía como patrimônio uma pequena extensão de terra, deixada como herança por seu pai. Além de pobre, Euclião era também avarento, defeito moral que herdara do pai e do avô:

LAR. Is quoniam moritur, – ita auido ingenio fuit
– Numquam indicare id filio uoluit suo,
Inopemque optauit potius eum relinquere
Quam eum thesaurum commonstraret filio.
Agri reliquit ei non magnum modum,
Quo cum labore magno et misere uiueret.
Vbi is obiit mortem qui mihi id aurum credit,
Coepi obseruare, ecqui maiorem filius
Mihi honorem haberet quam eius habuisset pater.
Atque ille uero minus minusque inpendio
Curare minusque me impertire honoribus.
Item a me contra factum est: nam item obiit die <m>.
Is ex se hunc reliquit qui hic nunc habitat filium
Pariter moratum, ut pater auusque huius fuit. (v. 9-22)

Como estava para morrer – assim foi de natureza avarento – este jamais quis revelar isso ao seu filho e preferiu deixá-lo pobre a mostrar-lhe o referido tesouro. Deixou-lhe (apenas) uma pequena extensão de terra, para que vivesse com tamanho sacrifício e miseravelmente. Quando aquele [avô de Euclião] que me confiou o tal ouro morreu, comecei a observar se porventura o filho [pai de Euclião] me prestava maior honra do que seu pai havia me prestado. Mas, na verdade, ele importava-se cada vez menos (comigo) e menos me reverenciava com oferendas. Em resposta, tratei-o de maneira semelhante, pois morreu na mesma penúria. (Ele) deixou de si este filho [Euclião] que agora mora aqui, (e) de costumes iguais, como foi o pai e o avô dele.

EVC. Postquam hanc rationem uentri cordique edidi,

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Accessit animus ad meam sententiam,
Quam minimo sumptu filiam ut nuptum darem.
Nunc tusculum emi hoc et coronas floreas; (v. 382-385)

Depois que apresentei este argumento ao coração e à barriga, tomei a decisão de casar (minha) filha com o mínimo de despesa. Então comprei este grão de incenso e (estas) coroas de flores.

Ele tinha uma filha, chamada Fedra, que viria a ser prometida em casamento a Megadoro, um rico senhor da vizinhança. Esta, ao contrário do pai, prestava culto freqüentemente ao deus Lar da família. Por isso, em gratidão à reverência da moça, certo dia o deus Lar resolveu mudar completamente o destino de Euclião, fazendo-o encontrar uma marmita abarrotada de ouro:

LAR. Huic filia una est; ea mihi cottidie
Aut ture aut uino aut aliqui semper supplicat;
Dat mihi coronas. Eius honoris gratia
Feci thesaurum ut hic reperiret Euclio,
Quo illam facilius nuptum, si uellet, daret. (v. 23-27)

Este tem uma filha; ela presta-me culto sempre, todos os dias, ou com incenso ou com vinho ou com alguma (outra oferenda). Dá-me coroas de flores. Por causa desta consideração, fiz com que Euclião encontrasse aqui o tesouro, para que, se quisesse, a concedesse mais facilmente em casamento.

Apesar de tornar-se rico, Euclião conservou seus antigos e modestos hábitos de vida: não fez nenhuma reforma na casa,

EVC. Araneas mihi ego illas seruari uolo. (v. 87)

Eu quero que aquelas teias de aranha sejam guardadas para mim.

nem mesmo comprou uma roupa nova para usar no casamento da filha:

MEG. Tamen [e] meo quidem animo aliquanto facias rectius,
Si nitidior sis filiai nuptiis. (v. 539-540)

Entretanto, na minha opinião, ficarias um pouco melhor se, ao menos, te vestisses com mais elegância nas núpcias de (tua) filha.

EVC. Pro re nitorem et gloriam pro copia
Qui habent meminerunt sese unde oriundi sient.
Neque pol, Megadore, mihi neque cuiquam pauperi
Opinione melius res structa est domi. (v. 541-544)

Aqueles que exibem a elegância, de acordo com (suas) posses, e a vaidade, de acordo com (sua) riqueza, se lembram (da família) da qual nasceram. Por Pólux, Megadoro, nem eu, nem outro pobre, como eu, temos em casa uma montanha de dinheiro, mais fortuna do que se pensa.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Sua riqueza transformou-lhe a vida num verdadeiro inferno. Euclíão passou a ser uma pessoa desassossegada e atormentada. Via enterrando e desenterrando sua querida marmita:

EVC. Nunc ibo ut uisam, sitne ita aurum ut condidi,
Quod me sollicitat plurimis miserum modis. (v. 65-66)

Agora irei para que veja se o ouro, o qual atormenta, de muitos modos, a mim miserável, se encontra da mesma maneira como escondi.

O infeliz do velho passava noites em claro, vigiando seu precioso tesouro:

<STA.> Peruigilat noctes totas; tum autem interdius
Quasi claudus sutor domi sedet totos dies. (v. 72-73)

Vela todas as noites. Além disso, durante todo o dia permanece em casa como (se fosse) um sapateiro coxo.

Quase não saía de casa, e quando resolvia ir a algum lugar, ia preocupado, com medo de que alguém lhe roubasse a marmita:

EVC. Occlude sis
Fores ambobus pessulis. Iam ego hic ero. –
Discrucior animi, quia ab domo abeundum est mihi. (v. 103-105)

Por favor, tranca a porta com os dois ferrolhos. Eu já estarei aqui. Estou com o espírito atormentado, porque tenho que sair de casa.

Tinha por ela um apego tão doentio que, temeroso de perdê-la, buscava cercá-la de todos os cuidados e resguardá-la de todos os perigos:

EVC. Hoc quidem hercle quoquo ibo mecum erit, mecum feram,
(v. 449)

Certamente, por Hércules, para onde quer que (eu) vá, isto estará comigo, comigo levarei.

Euclíão ficou tão atormentado que nem sequer percebeu que a filha estava grávida, prestes já a lhe dar um neto. E pior: grávida de Licônides, sobrinho de Megadoro, o ricaço a quem ele prometera a mão de Fedra.

Euclíão comportava-se como um louco: falava sozinho, tinha visões e imaginava coisas:

STR. Insanis; perscrutatus es
Tuo arbitrato, neque tui me quicquam inuenisti penes. (v. 654)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Estás louco. Revistaste à vontade e não encontraste nada teu em meu poder.

LYC. Sanus tu non es qui furem me uoces. (v. 769)

Tu não estás bem (da cabeça) para que me chames de ladrão.

Ficava transtornado com qualquer barulho ou sinal ao seu redor e entrava em pânico imediatamente, só em imaginar que tal fato ocorria porque alguém estivesse roubando seu tesouro:

EVC. Sed quid ego apertas aedis nostras conspicor?

Et strepitust intus. Numnam ego compilor miser?

Ei mihi!

Perii hercle: aurum rapitur, aula quaeritur.

[Nimirum occidor, nisi ego intro huc propere propero currere.]

Apollo, quaeso, subueni mihi atque adiuua.

Confige sagittis fures thesaurarios,

<Si> cui in re tali iam subuenisti antidhac. (v. 388-389; 392-396)

Mas por que eu vejo aberta a minha casa? E lá dentro há barulho. Acaso, pois, eu, infeliz, estou sendo roubado? Ai de mim! Estou perdido, por Hércules, (meu) ouro está sendo roubado, (minha) marmita procurada. Certamente estarei liquidado se eu não me apressar em correr rapidamente lá para dentro. Apolo, eu (te) suplico, vem me socorrer e ajuda-me). Trespasa com (tuas) flechas (estes) ladrões de tesouros, <se> antes disto já vieste em socorro de alguém em tal situação.

EVC. Non temere est quod coruos cantat mihi nunc ab laeua manu.

Semul radebat pedibus terram et uoce croccibat sua:

Continuo meum cor coepit artem facere ludicram

Atque in pectus emicare. Sed ego cesso currere? (v. 624-627)

Não é por acaso que um corvo grasna para mim agora do lado esquerdo. Ao mesmo tempo, ciscava com os pés a terra e crocitava com sua voz: imediatamente meu coração começou a disparar e a saltar em (meu) peito. Mas (por que) eu demoro a correr?

Além de louco, Euclião transformou-se também num homem agressivo. Tratava a criada com impaciência:

EVC. Exi, inquam, age exi! exeundum hercle tibi hinc est foras,

Circumspectatrix cum oculis emissiciis! (v. 40-41)

Sai, digo, vamos, sai! Por Hércules, tu tens que sair daqui para fora, espia dos olhos esbugalhados.

EVC. Abscede etiam nunc, etiam nunc, etiam... ohe, (v. 55)

Afasta-te, agora mesmo, agora mesmo, (agora) mesmo... Basta.

Maltratava e açoitava a pobre coitada a todo instante. E pior

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ainda: com medo de que ela descobrisse seu tesouro e revelasse o segredo a alguém, fazia-lhe terríveis ameaças:

EVC. Oculos hercle ego istos, improba, ecfodiam tibi,
Ne me obseruare possis, quid rerum geram. (v. 53-54)

Por Hércules, eu vou furar esses teus olhos, ó maldita, para que (tu) não possas me observar, (nem saibas) que coisas faço.

Ninguém suportava a fúria desenfreada do velho que submetia a todos, conhecidos e estranhos, aos mesmos constrangimentos e humilhações:

EVC. Mirum quin tua [nunc] me causa faciat Iuppiter
Philippum regem aut Dareum, triuenefica. (v. 85-86)

É admirável que agora, por tua causa, Júpiter não me torne um rei Filipe ou um Dario, sua bruxa, três vezes bruxa.

EVC. <D> foras, lumbrice, qui sub terra erepsisti modo,
Qui modo nusquam comparebas: nunc cum compares peris.
Ego [ede] pol te, praestrigiator, miseris iam accipiam modis.
(v. 628-630)

Vai para fora, minhoca, (tu) que ainda agora saíste rastejando das (profundezas) da terra, (tu) que há pouco não aparecias em nenhuma parte: agora, quando apareces, estás perdido. Eu, por Pólux, ó embusteiro, vou te tratar agora de um modo cruel.

CONG. Ita me miserum et meos discipulos fustibus male contuderunt.
Totus doleo atque oppido perii; ita me iste habuit senex gymnasium.
Neque ligna ego usquam gentium praebere uidi pulchrius,
Itaque omnis exegit foras me atque hos onustos fustibus. (v. 409-412)

Por esta razão, encheram-(me) de bordoadas, a mim, infeliz, e a meus ajudantes. Estou todo doído e estou completamente perdido. Esse velho me moeu de pancadas. Em nenhum lugar do mundo eu vi lenha ser oferecida mais abundantemente. E assim expulsou (a) todos (nós) para fora: (a) mim e àqueles castigados pelas varas.

Todos ficavam espantados diante de tão estranho comportamento, sem entender que tudo aquilo se passava por causa de uma marmita com ouro que Euclião temia perder. Não sabiam que o velho havia ficado rico, porque este não fazia outra coisa senão lamentar-se de sua “pobreza”:

EVC. Pauper sum, fateor, patior; quod di dant fero. (v. 88)

Sou pobre, confesso, sofror. O que os deuses dão, suporto.

EVC. Venit hoc mihi, Megadore, in mentem, te <d> esse hominem

diuitem,

Factiosum, me item esse hominem pauperum pauperrimum.
(v. 226-227)

Vem-me à cabeça isto, Megadoro: tu és um homem rico, endinheirado, do mesmo modo que eu sou dentre os pobres o homem mais pobre.

EVC. Meam pauperiem conqueror.
Virginem habeo grandem, dote cassam atque inlocabilem,
Neque eam queo locare cuiquam. (v. 190-192)

Lamento a minha pobreza. Tenho uma donzela crescida, desprovida de dote e que não pode se casar, nem posso dá-la em casamento a ninguém.

Sabiam, sim, que o velho era avarento e exploravam esse traço de sua personalidade para expô-lo a chacotas e ao ridículo. Estró-bilo, o escravo da peça, e Ântrax, um dos cozinheiros contratados para preparar o banquete do casamento de Fedra, zombam da avareza de Euclião, contando dois engraçadíssimos episódios, nos quais sua mesquinhez o leva a lamentar a água que gasta no banho e o pouco de comida que lhe roubou um milhafre:

STR. At scin etiam quomodo?
Aquam hercle plorat, cum lauat, profundere. (v. 307-308)

Mas acaso sabes também de que maneira? Por Hércules, quando (ele) toma banho, lamenta que a água se derrama abundantemente.

[ANTH.] Pulmentum pridem ei eripuit miluus.
Homo ad praetorem plorabundus deuenit:
Infiti ibi postulare plorans, eiulans,
Vt sibi liceret miluum uadarier.
Sescenta sunt quae memorem, si sit otium.
Sed uter uestrorumst celerior? memora mihi. (v. 316-321)

Certa vez um milhafre roubou-lhe uma iguaria. O homem, banhado em lágrimas, dirigiu-se ao pretor: então, chorando, lamentando, começou a pedir que lhe fosse permitido citar o milhafre em juízo. São inúmeras (as histórias) que (eu) poderia contar, se tivesse tempo. Mas qual de vós dois é o mais rápido? Conta para mim.

Embora não chegasse a ser um misantropo, evitava ao máximo o contato com vizinhos e estranhos, proibindo a criada de recebê-los em sua casa durante sua ausência:

EVC. Abi intro, occlude ianuam; iam ego hic ero.
Caue quemquam alienum in aedis intromiseris.

Atque etiam hoc praedicat tibi:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Si Bona Fortuna ueniat, ne intromiseris. (v. 89-90; 99-100)

Vai para dentro, fecha a porta. Eu já estarei aqui. Não recebas nenhum estranho em casa. E também te ordeno isto: se a Boa Fortuna vier, não (a) deixes entrar.

Por ocasião dos preparativos para o banquete do casamento da filha, após retornar do mercado, Euclião encontrou em sua residência uns cozinheiros desconhecidos. Não hesitou. Expulsou-os dali debaixo de pancadas:

CONG. Ita me miserum et meos discipulos fustibus male contuderunt.
Totus doleo atque oppido perii; ita me iste habuit senex gymnasium.
Neque ligna ego usquam gentium praeberi uidi pulchrius,
Itaque omnis exegit foras me atque hos onustos fustibus. (v. 409-412)

Por esta razão, encheram-(me) de bordoadas, a mim, infeliz, e a meus ajudantes. Estou todo doído e estou completamente perdido. Esse velho me moeu de pancadas. Em nenhum lugar do mundo eu vi alguém levar tanta lenha no lombo. E assim expulsou (a) todos (nós) para fora: (a) mim e àqueles castigados pelas varas.

Num acesso de cólera, matou o galo da criada, por suspeitar de que o animal ciscava a terra para denunciar aos cozinheiros o esconderijo de seu tesouro:

EVC. Condigne etiam meus me <d> intus gallus gallinacius

Qui erat anui peculiaris perdidit paenissume.

Vbi erat haec defossa, ocepit ibi scalpurrire unguis

Circumcirca. Quid opus est uerbis? ita mi pectus peracuit.

Capio fustem, obrunco gallum, furem manifestarium.

(v. 465-469)

Muito a propósito, até meu galo, lá dentro, que era pecúlio da velha, quase me arruinou. Aí onde estava enterrada esta (minha marmita), começou a ciscar com as unhas em todo o redor. De que adianta falar? Então meu coração se exaltou. Pego um pedaço de pau, mato o galo, ladrão declarado.

A partir desse dia, achando que seu ouro corria perigo, passou a levá-lo consigo para onde quer que fosse:

EVC. Hoc quidem hercle quoquo ibo mecum erit, mecum feram.

(v. 449)

Certamente, por Hércules, para onde quer que (eu) vá, isto estará

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

comigo, comigo levarei.

Cansado de carregar sua marmita de um lado para o outro, o velho avarento resolveu escondê-la no templo da Boa Fé. Não deu certo. Procurou outro lugar que julgava mais seguro: o bosque de Silvano. Foi a sua perdição: roubaram-lhe o ouro:

STR. Ego sum ille rex Philippus. O lepidum diem!
Nam ut dudum hinc abii, multo illo adueni prior,
 Multoque prius me conlocavi in arborem,
Indequ expectabam aurum ubi abstrudebat senex.
 Vbi ille abiit, ego me deorsum duco de arbore,
 Exfodio aulam auri plenam; inde exeo <i> lico. (v. 704-709)

Eu sou aquele rei Filipe. Oh dia venturoso! Quando, na verdade, há pouco me afastei daqui, cheguei (ao bosque de Silvano) muito antes dele e muito antes subi numa árvore, e daí ia observando onde o velho escondia o ouro. Assim que ele foi embora, eu desci da árvore (e) desenterei uma marmita cheia de ouro. Saí dali imediatamente.

Euclião sentiu-se arruinado. Entrou em pânico de vez, ao se dar conta de que perdera aquela preciosa panelinha que já fazia parte de sua vida:

EVC. Perii, interii, occidi! Quo curram? quo non curram? Tene, tene! Quem? Quis?

Nescio, nihil uideo, caecus eo atque equidem quo eam, aut ubi sim, aut qui sim,

Nequeo cum animo certum inuestigare. Obsecro ego uos, mi auxilio,
Oro, obtestor, sitis et hominem demonstratis quis eam abstulerit.

.....

Heu me misere miserum, perii! male perditus, pessime ornatus eo,

Tantum gemiti et mali maestitiaequae hic dies mi optulit, famem et pauperiem!

Perditissimus ego sum omnium in terra. Nam quid mi opust uita?
[qui] tantum auri

Perdidi quod concustodiui sedulo! Egomet me defraudavi

Animumque meum geniumque meum; nunc e<rg>o ali laeticantur

Meo malo et damno. Pati nequeo.

(v. 713-716; 721-726)

Estou perdido, liquidado, morto! Para onde correrei? Para onde não

correrei? Pega, pega! (Pega) quem? Quem (pegará) ? Não sei, nada vejo, ando cego e, sem dúvida, não posso saber com exatidão com a cabeça (perturbada), para onde vou, ou onde estou, ou quem sou. Eu vos peço, rogo, suplico que venhais me socorrer e (me) mostreis o homem que a roubou. Ai, pobre de mim! Estou inteiramente perdido, terrivelmente perdido! Pessimamente assistido ando, tanto pranto, (tanto) mal e (tanta) aflição, fome e pobreza este dia me trouxe! Eu sou o mais arruinado de todos (os homens) na terra. Na verdade, de que vale a vida para mim? (Para mim), [que] perdi tanto ouro, o qual guardei com tanto cuidado, com (tanto) zelo! Eu mesmo me lesei, (acabei com) minha vida e meu prazer de viver; agora, conclusão, os outros se divertem com a minha desgraça, com a (minha) ruína. Não posso agüentar.

Euclião nem sequer tinha se recuperado dos efeitos do primeiro golpe, e sobreveio-lhe o segundo: a notícia de que a filha acabara de ter um filho, cujo pai era Licônides:

LYC. Cur eiulas,
Quem ego auom feci iam ut esses filiai nuptiis?
Nam tua gnata peperit decumo mense post: numerum cape.
Ea re repudium remisit auonculus causa mea.
I intro, exquaere, sitne ita ut ego praedico. (v. 796-800)

Por que te lamentas (tu) a quem eu acabei de tornar avô já nas núpcias de (tua) filha? Tua filha, isso mesmo, teve um filho (meu) após o décimo mês¹⁷: faze o cálculo. Foi por este motivo, por minha causa, que (meu) tio desistiu de casar-se com ela. Vai lá dentro, pergunta se é (ou não é) assim como eu estou contando.

O velho ficou perplexo, mas depois de ouvir as ponderações do rapaz, perdoou-lhe a má ação, consentindo-lhe casar-se com Fedra:

LYC. Nunc te obstestor, Euclio.
Vt si quid ego erga te imprudens peccaui aut gnatam tuam,
Vt mihi ignoscas eamque uxorem mihi des, ut leges iubent.
Ego me iniuram fecisse filiae fateor tuae
Cereris uigiliis per unum atque impulsu adulescentiae. (v. 791-795)

Agora te peço, Euclião, que me perdoes se eu, imprudente, cometi alguma (falta) contra ti ou (contra) a tua filha e que a concedas a mim como esposa, conforme determinam as leis. Eu confesso que eu cometi uma injúria contra tua filha nas vigílias de Ceres, por causa do vinho, e

¹⁷ Licônides menciona o décimo mês porque, segundo o hábito romano, era englobado no cálculo o início e o término da gravidez.

Em nossa tradução, levamos em conta não só a sintaxe latina, mas também o espírito do texto, procurando sempre o melhor sentido para as palavras e construções latinas.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

por um arrebatamento da juventude.

EVC. Ei mihi, quod facinus ex te ego audio?
.....

Perii oppido!

Ita mihi ad malum malae res plurimae se adglutinant.

Ibo intro, ut quid huius uerum sit sciam.

(v. 796; v. 800-802)

Ai de mim, que má ação eu ouço de ti?. Estou completamente arruinado! Males terríveis, aos milhares, vêm se juntar assim à minha desgraça. Vou para dentro para que saiba o que disto é verdadeiro.

Passado esse período de tormento, Euclião recuperou sua marmitta e resolveu, ao que parece, doá-la à filha como dote, voltando a ter novamente paz de espírito:

EVC. Nec noctu nec diu quietus umquam eram: nunc dormiam.

(fragm. IV)

Nem de dia, nem de noite, um momento (sequer) eu ficava em paz: agora dormirei (tranquilo).

CONCLUSÃO

A apresentação traçada desde o momento em que Euclião ficou rico até o seu desprendimento total mostra que depois de todos os tormentos, o *senex avarus* acaba pondo-se acima dos valores materiais, de sua avareza. Por amor à filha, à sua *gnatae*, assim carinhosamente tratada por ele, em certo trecho da *Aulularia*, regenera-se, o que fica implícito em sua fala, no quarto fragmento do último ato da peça, um dos poucos que restaram do final da comédia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUCKWORTH, George E. *The nature of roman comedy*. New Jersey: Princeton University Press, 1952.

———. *The complete roman drama*. Nova Iorque: Random House, 1942. (2 vols.).

MICHAUT, G. *Plaute*. Paris: Boccard, 1920. (2 tomos).

PLAUTE. *Aulularia*. Trad. de A. Ernout. 3ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 1952.

PLAUTO. *A comédia da marmita*. Introd., versão e notas de Walter de Medeiros. Brasília: Ed. UnB, 1994.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 10ª ed., Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

SILVA, Amós Coêlho da & MONTAGNER, Airto Ceolin. *Dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Ingráfica Editorial, 2005.

**UM RÉQUIEM PARA A FILOLOGIA?
SERÁ QUE É TARDE DEMAIS? NUNCA FOI IMPORTANTE?¹⁸**

William Harris¹⁹

Neste trabalho estou considerando a meia vida da Filologia Comparativa, que foi pioneira no século XIX com muito entusiasmo e sucesso, e reinou absoluta, sem oposições, durante cem anos como Filologia comparativa, ou sob a denominação mais moderna de Linguística Histórica. Após a segunda metade do século XX, os estudos em Linguística Estrutural começaram a mudar o campo de atuação do estudo de línguas, com muitos novos ramos e rebentos, alguns dos quais estão se consolidando agora no novo campo da Ciência Cognitiva, que exige uma sólida base linguística como fundamentação.

Mas a palavra "Filologia" desempenha papéis complexos. Não só estuda e interpreta os textos de línguas em termos de seu significado e história das palavras, mas também examina detalhadamente a autenticidade e as origens do material textual. Esta prática constitui uma linha de investigação um tanto diversa da filologia que se preocupa com problemas em torno dos textos ao invés da interpretação dos textos como dados históricos e linguísticos.

Filologia é uma palavra de tradição antiga; surgiu no mundo acadêmico de Alexandria há mais de dois mil anos, mas entrou num longo estado de coma quando o mundo greco-romano entrou em lento declínio. O despertar aconteceu no fim do século XVIII, quando a palavra Filologia foi ressuscitada por F.A.Wolf, que a considerava uma disciplina unificadora de muitos novos métodos de investigação que surgiam, tais como o trabalho pioneiro de cientistas voltados para a eletricidade, biologia e mecânica. A precisão da palavra e pen-

¹⁸ Artigo que nos foi apresentado pela Professora Lúcia Quental, da UFRJ, no original inglês. Esta tradução é da doutoranda Beatriz F. Caldas (beatrizcaldas@terra.com.br), que gentilmente atendeu ao apelo feita através da Comunidade Virtual da Linguagem (CVL). É mais um dos frutos resultantes da polêmica virtual desenvolvida no primeiro semestre de 2006, desencadeada por uma carta-aberta de Washington da Silva Reis do curso de Letras da UFRJ.

¹⁹ Professor Emérito no Middlebury College, que disponibilizou o original inglês deste artigo em www.middlebury.edu/~harris

samento foi logo vista como essencial no mundo das novas ciências, e os investigadores da Antiguidade Clássica davam a seus trabalhos o tom paralelo de seriedade e padrões semelhantes de exatidão científica.

Nesse ambiente, a Nova Filologia desenvolveu milhares de ramos, com subáreas que prosperavam sob a égide dos Clássicos, em arte e arquitetura, arqueologia, papirologia, leitura profissional de MSS e inscrições, junto com novas abordagens em história da ciência, economia da antiguidade e naturalmente, no esteio da tradição clássica, em mais estudos das línguas grega e latina.

Foi Sir William Jones quem percebeu antes de 1780 a noção de "família de línguas" indo-européia como um grupo lingüístico inter-relacionado e intimamente ligado, com demonstrações de suas relações em termos de origens e história. Os estudiosos logo começaram a notar a correspondência exata entre as palavras de uma grande variedade de línguas como o sânscrito antigo e lituano do século XVI, formulando "leis fonéticas" que provavam as mudanças regulares em fonologia. Antes da metade do século XIX, a Lingüística Histórica havia se tornado um sério campo de pesquisa. Seus resultados enchiam salas de livros e trabalhos em todas as bibliotecas importantes, e o rigor de uma área que acreditava em "leis fonéticas sem exceções" tornou-se parte dos estudos avançados de todo classicista profissional. Em torno do início do século XX não ser capaz de traçar etimologias como um profissional, e não conhecer as relações de significado das palavras em uma dezena de línguas européias seriam provas de irresponsabilidade profissional.

À medida que terminava o século XX, os estudos clássicos se deparavam com um dilema. Se por um lado ainda havia a ênfase no profissionalismo nos programas avançados na área mãe dos clássicos, passamos a ensinar os clássicos a maior parte de nossos alunos da faculdade através de traduções para o inglês, e somente alguns alunos mais aplicados se defrontavam com a dura fibra dos verbos irregulares do grego ou com os refinamentos das estruturas dos períodos da prosa de Cícero. Com certeza muito da abrangência foi conquistada à medida que foi desenvolvido um novo trabalho de curso nos Estudos Clássicos em geral e agora há muito mais leitura dos clássicos como um todo do que havia no início do século XX; por

outro lado, o trabalho com os textos originais das línguas clássicas está rapidamente ficando obsoleto.

Pode-se então indagar a essa altura: Para que serve a Filologia? Não seria mais útil um embasamento da crítica literária moderna, com ampla consciência das literaturas européias desde o Renascimento? E se nossos alunos universitários estiverem muito mais interessados nos clássicos como fundamentação para a história social, para os estudos sobre o papel da mulher, dos escravos e das várias populações sobre o jugo romano, não haveria mais valor nessa procura?

Ao longo dos últimos anos vi uma geração de classicistas completamente despreparada e muitas vezes desconhecedora de uma filologia que se preocupa com Linguística Histórica. O tesouro de palavras com seus sub-significados derivados, suas associações interculturais e quebra-cabeças linguísticos está em grande parte fora de seu conhecimento e desaparece daquilo que o professor pode passar para seus alunos. Se um eminente estudioso demonstrar para uma turma uma série de palavras como "panthas" do sânscrito, "pontos" do grego e as formas "pons/pontis" do latim e derivar as sutis distinções e tons a partir de suas comparações, uma turma de alunos modernos não terá a menor idéia do que está falando este estudioso. O Professor Nagy, em Harvard falou para uma de minhas turmas em Middlebury acerca desta série de palavras há alguns anos; no entanto, mais tarde os alunos me disseram que ele havia falado de forma obscura, e achavam que essa não era a forma adequada de ensinar. Eu lhes disse que estavam falando sem saber o que diziam, mas não se mostraram muito inclinados a acreditar em mim.

Até que ponto vai a perda da filologia linguística ao fim deste milênio? Permitam-me dar-lhes um exemplo, um exemplo sério que me faz sentir como se tivesse dormido durante 20 anos e tivesse perdido os fatos mais importantes de uma época. Repassando velhas anotações para a preparação desta página da Internet, encontrei algumas provas antigas de anos atrás, quando eu era aluno de doutorado em Harvard, e pus-me a reler uma prova de sânscrito do Professor W. E. Clark e uma outra do formidável e temido Joshua Whatmough. Minha pergunta é simples:

Quantos hoje teriam condições de responder partes de uma prova dessas e sair com a impressão de ter conseguido nota para passar?

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Quantos sequer entendem de que trata a prova de osco-úmbrio?

Alguém vê algum valor nos estudos que culminam em provas tão esotéricas, ou será este o estágio final da obscura especialização acadêmica?

Deixe-me citar um trabalho de prova de Whatmough, agora com cerca de meio século de idade:

1947-8 HARVARD UNIVERSITY Filologia Comparada Filologia 140

Responda à pergunta 1) e não mais do que três outras:

1) (a) Translitere e traduza as primeiras e últimas cinco linhas da inscrição cujo facsimile acompanha esta folha, com breves comentários sobre pontos de interesse lingüístico.

(b) Traduza as seguintes passagens, atribua a cada uma delas a localização e o dialeto, dê sua data aproximada, indique a natureza do objeto e escreva breves notas sobre questões de interesse lingüístico.

1) puponehe.x.orakoh.e. kupethari.s

2) metelui maesilau uenia metelikna asmina krasikna

(3) dacta moroanaproditahipades

(4) klevieva.l.tikinuasua

(Há doze trechos como esses; não preciso continuar, obviamente).

2) Examine os casos de terminações em substantivos de (a) raízes de o-longo no singular em osco, (b) raízes consonantais no plural em úmbrio, e explique sua história, comparando com as formas latinas relevantes.

3) (a) Discuta o tratamento em osco-úmbrio dos seguintes fonemas indo-europeus:

-a- longo, e- longo, -bh-, -dh-, -gwh- (faltam-me aqui os diacríticos, WH)

4)...etc.

5)...etc.

6)...etc.

7) Mencione (com ilustrações) quaisquer cinco entre as que você considera as características mais aparentes do osco ao ser contrastado com o latim no que diz respeito a (a) fonologia, (b) inflexão. De que for-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ma o úmbrio corresponde ao osco no que diz respeito às características fonéticas que você citou em (a)?

A partir do ponto de vista vantajoso dos estudos modernos dos clássicos, poder-se-ia bem perguntar: que tipo de prova é essa? e que espécie de professor, trabalhando com os alunos em que tipo de turma estaria dando uma prova como essa?

Deixe-me explicar:

O professor Joshua Whatmough era um temível bretão de faces vermelhas emolduradas pelo contraste de uma cabeleira branca. Falava sem um traço de sotaque ou fraseado de inglês americano após 30 anos de vida nos Estados Unidos. Era um acadêmico que publicava obsessivamente em sua área, tendo começado anos antes com Conway em seu trabalho sobre os dialetos pré-italicos, e terminado décadas mais tarde com o seu definitivo *Dialetos da Antiga Gália*, obra que completou pouco antes de sua morte. Seu método em sala de aula era enfocar uma palavra ou uma parte significativa de uma palavra e ao mesmo tempo expandir a série de informações cognatas com detalhes relevantes através da escala mais ampla do indo-europeu. Enquanto isso, também documentava quaisquer exceções e objeções de estudiosos que pudessem ter relação com o assunto em pauta. Tudo estava no lugar na cabeça dele exatamente da forma que ela havia elaborado o assunto a partir do seu ponto de vista, e o esboço de suas anotações era sua única propriedade intelectual. Não havia material em manuais à disposição sobre o assunto. Tinha tudo na cabeça e na ponta da língua sem suas anotações. Dava a impressão de estar criando a palestra inteiramente de memória, bem diferente do estilo de palestra com leitura de notas de aula.

Uma aula típica: Joshua Whatmough no quadro, falando fluentemente sobre dados lingüísticos exatos, elucidando pontos delicados com que lidava em sua vasta erudição. Escrevia no quadro com a mão direita em ritmo frenético, apagando de vez em quando com movimentos bruscos do apagador em sua mão esquerda enquanto nós, os alunos, nos virávamos com nossos lápis para anotar tudo. Seu papel era dar informações profissionais e ela falava em seu próprio nível como se estivesse dando uma palestra para pares e eruditos. Havia poucas explicações sobre o que significava tudo aquilo e como poderia ser entendido em um curso introdutório. Alguns de seus alu-

nos começaram e terminaram o curso em estado de total confusão; os que sobreviveram terminaram com monumentais pilhas de anotações sem nenhum esquema aparente para organizá-las. Para alguns era um desafio, para outros era uma experiência assustadora.

Recordo-me, como simples segundanista admitido no curso de indo-europeu, como fiquei confuso ao ler minhas anotações dias antes do exame final, sem perceber sobre que era o assunto ou para onde ia. Eram só palavras e cognatas, uma palavra interessante em sânscrito e uma palavra paralela (ele dizia "quite remarkable") em lituano, ou um problema com a fonologia do antigo irlandês. Perguntava a alguns alunos do curso de pós-graduação o que eles achavam, mas muitos deles diziam que se sentiam confusos também. Mas subitamente, após horas de estudo intenso, a luz brilhava. Whatmough estava dando exemplos de fonemas e formas de maneira ordenada, mas não aparente. Para cada detalhe, ele queria examinar tudo; passava por uma prova que incluía todos os sub-dados de que constava o resto da palavra, com todos os cognatos em uma dezena de línguas antes de retomar o próximo item. Era uma tarefa complexa e trabalhosa, mas em última instância, perfeitamente clara. Lá nas anotações estava o extrato profissional de melhor qualidade sobre um tópico muito obscuro, realizado de acordo com os padrões mais altos de erudição acadêmica disponíveis.

Whatmough estava essencialmente preocupado com a validade do que estava apresentando, e menos preocupado com o que nós alunos estávamos passando. Ele partia do princípio de que conseguiríamos entendê-lo ou de que conseguiríamos entendê-lo mais tarde. Era indubitavelmente um erudito e mestre em sua área, e com certeza não se imaginava um pedagogo. A nossos olhos ele era um grande homem, dando brilhantes palestras em aula, o mestre absoluto de uma disciplina difícil. Tinha a reputação de ser irascível com alguns; comigo sempre foi um cavalheiro de comportamento acadêmico perfeito, muito apurado, claro, e esperava que os outros agissem assim como ele.

Mas fora da sala de aula, ele era uma pessoa diferente. Os alunos que iam a sua casa, convidados uma vez por ano, eram recebidos por um homenzinho que contava as mesmas velhas piadas todo ano, aparentemente fazendo um esforço para manter um contato so-

cial num ambiente em que não tinha o controle nem se sentia à vontade. Nós o perdoávamos pelas piadas e nos lembrávamos sempre da animação de estar numa sala de aula com um homem que era autoridade absoluta em sua área. Creio que os alunos de pós-graduação de outras áreas acadêmicas deviam sentir o mesmo entusiasmo a respeito de Richardson, Fleming, Bohr, Einstein, Stravinsky e Schoenberg. Nada pode substituir a experiência de estar em contato direto com um mestre, seja qual for a disciplina e sejam quais forem as dificuldades que tenhamos para entender e seguir o mesmo ritmo.

Naquela época, o departamento de Whatmough era denominado Filologia Clássica, conforme aparece no título de minha velha folha de prova. Era uma espécie de filologia linguística intimamente ligada aos clássicos, mas alguns anos mais tarde, seria denominada Filologia Comparada, numa descrição melhor da metodologia, e mais tarde, à medida que seus horizontes se abriam, tornou-se Linguística Comparada, embora fosse conhecida em outros lugares como Linguística Histórica. Já se podia perceber a tendência para uma separação em áreas separadas entre os estudos literários clássicos e o estudo de línguas baseado em análise comparada e histórica. Talvez um dos motivos para essa divisão fosse o instinto humano para a marcação política dos limites territoriais acadêmicos. Um outro fator pode ter sido o rápido crescimento dos clássicos em Harvard após 1950, à medida que se desenvolvia em seu formato de Educação Geral com cursos literários e culturais populares, ao lado dos quais a árdua atividade de estudos indo-europeus pode ter sido considerada altamente especializada e estreita. De maneira semelhante, os Estudos Clássicos em Harvard diferiam muito do importante programa de História da Ciência Antiga de George Sarton. Dos Estudos Clássicos em Harvard não saíam alunos que soubessem ler grego e latim conforme se exigia no programa de George Sarton, ainda iniciante. Após a morte de Sarton, seu trabalho foi reconhecido como inédito e os Programas de Ciência Antiga surgiram na maioria das universidades, porém como disciplinas separadas dos Clássicos tradicionais baseados em literatura.

Agora, de volta à pergunta: O que adianta estudar esse tipo de filologia? É uma atividade obscura que não leva a nada? O que se aprende dela?

Eu mesmo respondo a essa pergunta de duas formas:

Primeiramente, a cuidadosa leitura de textos obscuros e por vezes inescrutáveis, palavra por palavra, hora após hora, cria o tipo de técnica de leitura atenta que se faz absolutamente necessária para a leitura de um autor clássico da antiguidade. Aprendemos a fazer uma leitura superficial do crescente número de materiais escritos em nossa sociedade, que os coleciona, especialmente hoje em dia, com a Internet. Somos especialistas em captar as idéias escritas em textos enquanto descartamos as palavras reais, suas formas, fonemas e combinações, como se fossem lixo. Mas é neste lixo que reside o engenho e a arte da escrita, que é a matriz para o suporte do sentido, e o sentido não é completo, nem significa nada sem a matriz. A lenta habilidade de leitura da filologia lingüística nos dá capacidade de estudar um texto profundamente. Se você não tiver lido com cuidado, você não é autêntico, você não está lendo na tradição em que escreveram Platão e Virgílio. A filologia, sem fazer alarde disso, confere aos leitores modernos o grau necessário de concentração intensa.

Em segundo lugar, quando o professor expõe e passa a matéria de alto valor acadêmico, ele opera em nível de grande autenticidade. Mas se espera-se que o professor seja um monitor que observa como os alunos acessam o material, anotando quais perguntas eles fazem e em que ponto têm dificuldades, então está atuando em nível pedagógico diferente. No ensinamento de um mestre como Sócrates, a lenta elicitação de idéias é uma iluminação. Mas nas mãos de um professor que vai à faculdade com algumas idéias a 'professar' e nada mais do que um desejo de participar nas discussões dos alunos, temos um tipo de ensino simpático e cheio de boas intenções que perde a ligação com o conhecimento sério. Sei que esta afirmação pode parecer teimosa e insensível: são os alunos que constituem o centro e o objetivo do magistério. Durante décadas de ensino evitei me impor aos alunos e descarregar informações inacessíveis. Porém como professor, devo insistir em ensinar-lhes Algo, de preferência algo que tenha solidez acadêmica, mas ao mesmo tempo seja especificamente o meu próprio pensamento e material. Devo ter informações que contenham um ponto de vista significativo com o apoio completo de materiais. Se uma turma se envolve num debate, então eu quero um *feedback*. Mas só mais tarde, talvez depois da aula, ou no intervalo do café é que eu quero saber como está indo o debate e a que conclu-

sões os alunos estão chegando. Mas em primeiro lugar, eu tenho que ter alguma coisa importante para projetar, com o apoio total de informações que suporte à minha aula. Até mesmo para além do objetivo dos materiais autênticos, insisto em chegar a algum ponto; e se deixo de atender a esse requisito, passo uma falsa impressão do mundo do aprendizado no qual trabalho com entusiasmo.

Anos mais tarde apliquei todos os exames através de arguição oral, que me rendia uma chance de descobrir o que cada um dos alunos pensava, o que era assimilado ou perdido e que tipo de resultados do curso cada um deles tinha. Este processo era estafante com 25 alunos somente, com mais alunos teria sido impossível; mas naquele tempo eu felizmente conseguia limitar as matrículas. Se o atendimento particular semanal de tutoria da minha época é visto hoje em dia como um luxo acadêmico, estas provas orais eram para mim um luxo indispensável; porém não são viáveis economicamente nos dias de hoje, com os orçamentos apertados do novo século.

As técnicas de magistério na Escola de Direito são de várias formas semelhantes à minha descrição de Whatmough e de suas aulas de filologia. O professor pode auxiliar e ajudar seus alunos, mas o material das aulas baseado em livros na área tem a palavra final de autoridade. Tem-se muito a aprender e tem-se que conhecê-lo muito bem para trabalhar em direito. Existe tanto trabalho de codificação aí que se você não conseguir tirar o que lhe interessa, não poderá trabalhar mais tarde na justiça. O mesmo pode-se dizer da medicina onde o ensino pode ser duro e até mesmo brutal, com pouco tempo para se perguntar qual é o rumo a seguir. Mas é esse o desafio: você tem que organizar o material em sua própria mente, porque se não conseguir organizá-lo, não vai conseguir usá-lo.

Neste caso de Filologia Histórica, a tendência é que você não venha a usar o material dos clássicos, exceto incidentalmente. Mas o enfoque desses estudos filológicos pesados é algo de que se necessita na leitura de cada uma das palavras de Horácio, Homero ou Shakespeare. Chegar ao estágio de foco na 'leitura concentrada' leva tempo, esforço e imaginação, mas é essa a maneira na qual você tem que ler um autor clássico. Se não for assim, não o leia de jeito nenhum.

A escola de Linguística de Filologia concentrada ainda existe em várias universidades com alguns alunos fazendo cursos de espe-

cialização. Tendo se desenvolvido rapidamente no início do século XX, desapareceu do sistema universitário norte-americano. Também se foi a geração de alunos pedantes e detalhistas que acreditavam que as minúcias no estudo dos textos clássicos eram a mensagem da área. Perdemos muitos leitores atentos e muitos pensadores zelosos à medida que nosso olhar para o público ficou frouxo, acostumado a dar uma olhada rápida em anotações relâmpagos de dois segundos do filme ou do programa da TV que está fazendo sucesso. A tendência é apreender o sentido geral; pensamos e compramos por impulso e também não lemos corretamente as letrinhas de nossos contratos políticos e pessoais. Mas esta pode ser a natureza do mundo em que vivemos. Estamos multiplicando a população mundial com nossos cidadãos, nossos dólares globais, nossos esquemas e programações internacionais. Parece que não temos mais tempo para nada que se desenrole de forma difícil e lenta.

Assim, Adeus, Filologia! Você foi para mim uma ferramenta útil, aprendi muitas idéias importantes lá antes de completar 25 anos, e a venho usando como apoio a meu pensamento esses anos todos. Aprendi acima de tudo que há uma necessidade de concentração e arte, e assimilei uma forte dose dessa disciplina desde meus primeiros anos nos estudos filológicos. Quando jovem, descobri que qualquer assunto seria muito difícil se você o leva a sério e quer aprendê-lo em profundidade.

Talvez haja algo que eu lamente em relação a meu sentimento de perda da seriedade da Filologia Linguística como preparação para o ensino dos clássicos. Lamento o enfraquecimento dos Clássicos em língua autêntica que foi substituído pelo estudo de textos antigos baseados em traduções em inglês. Os Clássicos de estudo difícil, baseados em línguas tradicionais no passado eram uma maravilhosa preparação para o Direito ou Ciência ou para a Medicina, e serviam bem como preparação para uma leitura mais atenta e um pensamento mais refinado de que necessitamos ao longo de toda vida.

**EDIÇÃO DE DOCUMENTOS
PARA ESTUDOS FILOLÓGICOS**

José Pereira da Silva (UERJ)

XIMENES, Expedito Eloísio. *Autos de querella e denúncia...* Edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Fortaleza: [LCR], 2006, 256 p.

eloisio22@hotmail.com

Temos o prazer de apresentar-lhes esse trabalho de Expedito Eloísio Ximenes, professor de Filologia da Universidade Estadual do Ceará, que iniciou as pesquisas sobre esses documentos, escrevendo, em dois volumes, a dissertação de mestrado em que estuda *Os clíticos nos Autos de Querella do século XIX, no Ceará*, quando inicia os estudos para a sua edição filológica e para a sua análise linguística.

Empenhado, atualmente, no estudo linguístico e filológico da linguagem forense dos Autos de Querella do período colonial brasileiro, vem contribuindo intensamente para os progressos das ciências, com saudável dedicação à edição de documentos históricos do Ceará no período colonial e sobre a história da língua portuguesa, utilizando-se de documentos que se encontram no Arquivo Público do Estado do Ceará.

Prefaciando o livro, André Frota de Oliveira (pesquisador do Arquivo Público do Estado do Ceará) registra que, além da excelência deste trabalho, ele é “de fundamental importância não somente para todos quantos se dediquem a estudos de cunho linguístico-filológico, como também para pesquisadores e estudiosos de outras áreas do saber”.

Na verdade, trata-se de uma edição semidiplomática efetuada com de rigor metodológico, segundo as normas previamente estabelecidas (1998) em Campos do Jordão, pelo grupo “Para a História do Português Brasileiro” (PHPB), transcritas como anexo ao final do livro; grupo este que vem estudando a história da língua portuguesa em nosso país desde 1997 em vários estados brasileiros e está construindo as bases para a história linguística que se encontra velada nesses escritos.

Citando ainda o prefaciador, destacamos dois parágrafos em que reflete sobre o valor cultural da edição filológica de documentos históricos, como a que empreende Expedito:

Os grandes trabalhos históricos, filológicos e sociológicos a respeito de épocas idas, as tentativas de interpretação de determinada sociedade ou povo em dado período, já decorrido, de sua existência, grandes obras da literatura, escritas por homens de gênio que conseguiram o milagre de fazer saltar redivivo para o presente o passado, recompondo-o, recriando-o magistralmente, utilizam-se do documento como alicerce e ponto de partida para essa recriação.

Sem documentos, por conseguinte, não há história, nem filologia, nem ainda os grandes romances de recriação histórica, como *Guerra e Paz*, no qual o gênio de Tolstói sobressai em todo o seu esplendor, obra gigantesca, que é um marco da literatura mundial. (p. 10)

Como se trata da edição de apenas quatro dos doze volumes que constituem os *Autos de Querella* que se encontram no Arquivo Público do Estado do Ceará, Ximenes acaba de fazer a parte mais difícil e mais importante de um projeto maior que deverá ser concluído com a publicação do conjunto integral desses documentos, já que agora estão definitivamente estabelecidos os métodos para sua realização.

Esses documentos se constituem, basicamente (lembra o seu editor), de “registros de crimes ocorridos nas diversas vilas dessa *Capitania*”, acrescentando:

São de natureza variada e revelam o cotidiano das pessoas, ao passo que registram a memória de um tempo pretérito, mas significativo para refletirmos sobre o tempo presente.

Há, nos autos, importantes informações históricas sobre a vida das pessoas no século XIX, no Ceará. Essas informações nos possibilitam o entendimento da conjuntura política, social, administrativa e judicial da colônia como um todo e, do Ceará, em especial. Interessam a pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento que investigam a história colonial brasileira.

O livro é constituído de duas partes. Na primeira, consta a apresentação dos quatro volumes editados, com a descrição de seu estado atual de conservação e síntese do conteúdo de cada auto, não se descuidando de relacionar as pessoas envolvidas, os tipos de crime, o local em que ocorreram, o escrivão, o juiz e demais participantes de cada processo. Na segunda, os próprios textos, editados semi-

diplomaticamente, conforme as normas acima referidas, constantes de decisão tomada no II Seminário do grupo “Para a História do Português Brasileiro”.

A “Apresentação e Descrição dos Livros” trata separadamente da descrição de cada volume ou livro, fazendo-se a sua descrição física primeiramente e, depois, a descrição do conteúdo, sendo que o “Livro 39” – de 1802 a 1806 – contém 18 autos, o “Livro 33” – de 1807 a 1813 – contém 19 autos, o “Livro 64” – de 1811 a 1813 – contém 17 autos e o “Livro 1097” – de 1824 a 1829 – contém 13 autos.

Quanto às normas para transcrição dos documentos que segue, trata-a como uma transcrição conservadora: desenvolvem-se as abreviaturas; respeita-se, sempre que possível, a grafia do manuscrito; não se separam as palavras que se escrevem juntas; não serão inseridos hifens, apóstrofes nem pontuação alguma, respeitando-se rigorosamente a pontuação original, assim como a acentuação gráfica e será respeitado o emprego de maiúsculas e de minúsculas. As inserções nas entrelinhas ou nas margens vêm entre os sinais < >; as supressões são tachadas; as intervenções de terceiros aparecem no final do documento, com a respectiva localização; as intervenções do editor aparecem entre colchetes; a quebra de linhas é marcada por barra vertical e a quebra de página ou mudança de fólio é marcada pelo seu número seguido de duas barras verticais, numerando-se as linhas de cinco em cinco a partir da quinta.

Trata-se, de fato de uma edição tecnicamente preparada para estudos filológicos, como explicita o subtítulo do trabalho, de modo que o leitor tem a confiança de perceber no texto visualizado a imagem mais perfeita possível do que está nos manuscritos originais de onde foram transcritos.

Está de parabéns o professor Exedito pelo trabalho realizado e está de parabéns a Universidade Estadual do Ceará e do Arquivo Público do Estado do Ceará por nos haverem proporcionado a oportunidade de manusearmos tão raras relíquias da cultura histórica de seu povo.

OS LIMITES ENTRE A FLEXÃO E A DERIVAÇÃO

José Pereira da Silva (UERJ)

GONÇALVES, Carlos Alexandre. *Flexão & derivação em português*. [Rio de Janeiro]: Faculdade de Letras/UFRJ, 2005, 221 p.

[\(carlexandre@bol.com.br\)](mailto:carlexandre@bol.com.br)

Nos últimos trinta anos, vêm sendo cada vez mais frequentes os estudos fonológicos em interface com morfologia prosódica e com a teoria da otimalidade.

Na interação com a sintaxe, Carlos Alexandre lembra que se destaca a morfologia distribuída, que prevê a inserção de traços morfológicos e fonológicos em posições da estrutura sintática, assim como as abordagens morfológicas de base discursiva e a gramática das construções, que focaliza com outra visão os processos de formação de palavras.

Como a morfologia estuda a palavra, que está em interação com a fonologia, a sintaxe e a semântica, parece natural que estas disciplinas reivindiquem para si uma parcela de seu espaço.

Na página 6, Carlos Alexandre escreve:

Este livro tem foco numa das várias controvérsias que caracterizam essa área: a delimitação dos dois principais tipos de operações morfológicas – flexão e derivação. Como veremos no decorrer dos capítulos, as disposições sobre essa dicotomia são bastante polêmicas e vão desde as que defendem uma rígida separação até as que negam por completo a existência de fronteiras entre elas.

Já na página seguinte (p. 7), depois de refletir sobre a dificuldade consensual de incluir os processos flexionais como parte da morfologia, levando em conta a vertente fraca em oposição à vertente forte do lexicalismo, adianta na síntese do livro:

Neste livro, pretendemos acender esse debate, descrevendo a flexão e a derivação a partir de suas diferenças e semelhanças. Com isso, fornecemos uma visão atualizada e corrente sobre essas duas “morfologias”, focalizando, para tanto, os afixos do português: sua relação com os demais componentes da gramática e seu diagnóstico a partir da inspeção a critérios empíricos. No correr dos capítulos, apresentamos os parâmetros que afastam e aproximam essas morfologias de modo crítico e problema-

tizante, buscando verificar, com isso, se flexão e derivação constituem processos radicalmente distintos ou se, na verdade, vêm a ser pólos prototípicos de uma mesma operação morfológica.

Considerando que “a flexão tem sido definida como processo morfológico regular, aplicável em larga escala e sem qualquer possibilidade de mudança na categoria lexical das bases” e que, contrariamente, “a derivação vem sendo descrita como processo idiossincrático, caracterizado pelo potencial de mudar classes e por grandes restrições de aplicabilidade”, o livro se divide em quatro capítulos, subdivididos em trinta e oito tópicos, que tratam: “das diferenças entre flexão e derivação” (em 13 tópicos e 82 páginas), “das semelhanças entre flexão e derivação” (em 7 tópicos e 26 páginas), “o *continuum* flexão-derivação” (em 10 tópicos e 45 páginas) e “o *continuum* aplicado ao português” (em 8 tópicos e 43 páginas).

A síntese desses quatro capítulos apresentadas pelo autor são suficientes para que se possa entender o desenvolvimento que tem o seu livro, como se pode ver nas páginas 8 e 9:

No capítulo 1, faremos um exaustivo levantamento das principais diferenças entre a morfologia flexional e a derivacional, listando os critérios empíricos freqüentemente usados para segregá-las. Ao analisar flexão e derivação como categorias discretas – isto é, como possuidoras de fronteiras relativamente definidas, sem qualquer possibilidade de gradação ou continuidade – mostramos que a tarefa de categorizar determinados afixos do português pode se tornar extremamente difícil a partir da inspeção às propriedades tradicionalmente apontadas como características de uma ou de outra morfologia.

No capítulo 2, faremos um inventário das principais semelhanças entre flexão e derivação. Ao focalizar a similaridade, discutiremos as propostas de tratamento sintático para a morfologia flexional, analisando, para tanto, os aspectos da hipótese lexicalista fraca que consideramos problemáticos e/ou merecedores de reflexão. Atenção especial será dada à questão da perificidade dos afixos flexionais.

No capítulo 3, mostraremos que flexão e derivação podem não ser tratadas como fenômenos distintos, mas como pólos de um *continuum* morfológico. Ao descrever e comentar as idéias de Bybee (1985), para quem as diferenças não são discretas, procuramos (a) identificar os determinantes da expressão flexional e (b) aplicar essa proposta ao estudo dos significados verbais em português.

Por fim, discutiremos, no capítulo 4, a proposta de *continuum* flexão-derivação em português, apresentando algumas medidas de avaliação para o posicionamento de afixos ao longo da escala idealizada por

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Bybee (1985). Para tanto, analisaremos alguns afixos de difícil categorização em nossa língua e contrastaremos, pelo teor flexional/derivacional, o gênero, o número e o grau.

O autor faz uma síntese das principais discussões teóricas que se desenvolveram até hoje, a partir dos questionamentos de Mattoso Câmara Jr., mostrando os diferentes enfoques sobre flexão e derivação em português.

A questão não fica resolvida, é claro; mas são mais alguns elementos da maior importância teórica que se acrescentam ao conjunto das idéias gramaticais recentes não somente com o objetivo de questionar a gramática, mas, e principalmente, mas de municiar os futuros pesquisadores com argumentos suficientemente técnicos para se dar um tratamento mais coerente, por exemplo, à descrição do processo gramatical que expressa o gênero dos substantivos, por exemplo.

Este é um dos casos, sem dúvida (o da expressão do gênero dos substantivos), em que a distinção entre flexão e derivação contribuiria enormemente e, quem sabe, dissolveria a nebulosidade que paira na descrição do processo que é dado como de flexão pela maioria absoluta dos gramáticos, apesar de estar evidente que tem elementos extremamente incompatíveis com esse processo.

**TROVADORISMO, POESIA SENTENCIOSA
E CONTOS POÉTICOS DA ÚLTIMA FASE DOS STAUFER
E DO INÍCIO DOS HABSBURGOS**

Álvaro Alfredo Bragança Júnior (UFRJ)

BIRKHAN, Helmut. *Geschichte der altdutschen Literatur im Licht ausgewählter Texte*. Wien: Edition Praesens, 2005. 339 p. Volume 16, Parte VII: Minnesang, Sangspruchdichtung und Verserzählung der letzten Stauffer- und ersten Habsburgerzeit

Os títulos de Helmut Birkhan para a série de manuais didáticos intitulada *História da antiga literatura alemã à luz de textos escolhidos* chega ao seu penúltimo volume com a obra em questão. Os trabalhos do erudito austríaco relativos a estas publicações, que foram por nós resenhados e comentados em outros volumes da *Revista Philologus*, chamam sempre nossa atenção pela maneira didática e integrada, através da qual as informações de cunho histórico, linguístico e literário são apresentadas. Neste número, Birkhan discorre sobre os autores e obras do trovadorismo tardio, bem como trata da poesia de cunho sócio-político e dos contos versificados produzidos entre os séculos XIII até a metade do século seguinte.

Como sempre preocupado em situar época e contexto histórico ao leitor, o autor inicia seu trabalho com uma sucinta, porém precisa apreciação sobre o momento histórico em que se desenvolveram aquelas manifestações literárias. Imperadores e nobres como Otto de Poitou, Frederico II, Guilherme de Holanda, Ottokar, dentre outros, surgem aos nossos olhos como **personae** de um momento histórico, rico em tensões políticas. Estabelecidos os pilares sócio-históricos passa-se ao texto literário.

Logo no início de seu capítulo sobre o trovadorismo tardio tem-se a lista dos manuscritos – fontes - utilizados pelo pesquisador em seu trabalho e por ele considerados como os mais importantes, a saber: C, o grande manuscrito de cantigas de Heidelberg; J, o manuscrito de cantigas de Jena; k(ou t), o manuscrito de cantigas de Colmar; E, o manuscrito de cantigas de Würzburg; W, o manuscrito

de cantigas dançantes e não uniformes de Viena²⁰, assim como o manuscrito D de Heidelberg, o manuscrito F de Weimar e, por fim, o manuscrito das cantigas de Den Haag, na atual Holanda, que fornece ao pesquisador

...cantigas em médio-baixo-holandês (mbh) e também outras em língua mista. Ele comprova que o médio-alto-alemão e o médio-baixo-holandês eram compreendidos de maneira igual e concebidos apenas como variantes de uma língua-base, qual seja, o alemão. (p. 23).

Em um primeiro momento, Birkhan menciona e analisa a produção literária relacionada ao alto amor²¹ dos poetas Rubin, Rodolf von Rotenburg, Burkhard von Hohenfels, Ulrich von Winterstetten e Otto von Bottenlauben. Especial atenção é dada àquele considerado um dos maiores **Minnesänger** do século XIII, Neidhart, criador de dois novos tipos de cantigas dentro da lírica medieval em alemão, as cantigas de verão e as cantigas de inverno. Tãmanha foi sua importância, assevera o autor, que se pode até considerar a existência de uma “escola neidhartiana” dentro do trovadorismo do século XIII. O último tópico da primeira parte deste volume é dedicado aos temas erudição, maneirismo e escuridão, que o autor vê como marcas presentes nos textos que fogem ao padrão anteriormente exposto. Birkhan, ao falar sobre o conceito por ele utilizado de “maneirismo”, assevera que este

...reconhecidamente se origina da história da arte, onde em primeiro lugar caracteriza a passagem do Renascimento ao Barroco, porém a **posteriori** aplicado também de forma metafórica à outras épocas como à arte Alexandrina, à época da latinidade dourada em Roma, à Idade Média Tardia e a certas formas do Romantismo. (p. 84)

²⁰ - Em alemão o termo original é **Leich**, que dentre suas várias definições no *Dicionário dos Irmãos Grimm* pode significar cantiga formada por versos não uniformes ou uma cantiga de cunho religioso ou ainda o modo de se dançar ou cantar. Cf. *Deutsches Wörterbuch* von Jacob Grimm und Wilhelm Grimm in <http://germazope.uni-trier.de/Projects/WBB/woerterbuecher/dwb/wbgui?lemid=GL03952>, volume 12, colunas 611-621, capturado em 27 de maio de 2006.

²¹ - **Hoher Minnesang**, em alemão. No original, “Alto Trovadorismo”, conceituação dada às poesias trovadorescas que se centram na impossibilidade de uma realização amorosa entre cavaleiro e dama. Difere-se do **niedere minne**, que focaliza encontros e desencontros amorosos entre cavaleiros e damas, muitas dessas não pertencendo à nobreza e com um caráter sensual muito mais forte.

Poetas e textos mencionados referentes a este subcapítulo podem parecer desnecessários para o público acadêmico germanófono e mesmo brasileiro, pois a grande maioria dos nomes é desconhecida. Entretanto, cabe ressaltar que a finalidade das obras de Birkhan é transmitir de forma clara e sucinta dados de cunho interdisciplinar, ao nomear textos, contextos e autores e colocá-los em análise a partir de uma perspectiva ampliadora, direcionada pela Filologia, História, Literatura e Linguística, configurando assim grande parte daquilo que entendemos como Medievalística Germanística.²² É importante salientar que, desta forma, chegam às mãos dos estudiosos de Língua e Literaturas de Língua Alemã no Brasil elementos para solidificar e desenvolver os estudos mais ligados a aspectos diacrônicos da língua alemã, tão pouco explorados nessas terras.

Capítulo importantíssimo deste volume prende-se à poesia sentenciosa, *influenciada pelo sirventês românico* (p. 153). Em nossa opinião, este tipo de lírica é a que melhor se adequa ao método de investigação comparativo, pois como salienta o erudito vienense *o conteúdo das sentenças é variado, não tratando, contudo, como de costume, da vassalagem amorosa, mas sim estão em primeiro plano relatos (junto com polêmicas) de cunho político, social, ético, religioso, de modo geral instrutivos e também meramente pessoais.* (p. 153). Até mesmo o louvor à dama²³ serve como reflexão crítica sobre o papel feminino. Aqui, o medievalista, o filólogo, o historiador, o cientista de literatura encontram juntos um campo de experimentação comum para a análise de temáticas comuns ou não, cada qual com seu instrumental teórico e metodológico específico.

Ao iniciar o capítulo seguinte deparamo-nos com a dificuldade, atestada pelo próprio autor do manual, em se definir os diversos gêneros que compõem a assim denominada **Kleinepik**. Ponto em uníssono é que se trata de textos curtos, porém classificados sob vários nomes tais como novela em versos, **maere, exemplum**, discurso

22 - Para um melhor detalhamento sobre o assunto cf. BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. O estudo da literatura medieval em alemão no Brasil à luz da Medievalística Germanística – algumas palavras. In: TELLES, Célia Marques & SOUZA, Risonete Batista de. *V Encontro Internacional de estudos medievais – Anais*. Salvador: Quarteto, 2005. p. 258-268.

23 - No original, **Frauenlob**, gênero pertencente ao **hohes minne**. Cf. nota 2.

de instrução, fábula e farsa.²⁴ Interessante notarmos que algumas desses gêneros possuem semelhança e origem semelhantes, como, e.g., o termo **maere**, que corresponde à palavra latina *fabula*, a qual é formada a partir de *fari* 'falar' e que caracteriza originalmente cada relato. (p. 225). O diminutivo de fábula em antigo francês é **fabli-aux**, termo com que se designam pequenos contos licenciosos, bem em voga no gosto popular e muitas vezes com uma forte marca erótica e sexual e, segundo Birkhan, tais contos seriam uma das fontes das **maeren** em médio-alto-alemão. (p. 225).

As farsas, conforme Birkhan (p. 281) caracterizam-se pelo fato de *o elemento cômico ocupar de forma evidente o primeiro plano*. Além disso, há a presença de temas eróticos e ligados ao casamento, assim como o alcoolismo e a zombaria feita por alguém astuto sobre um parvo. Este tipo de texto também deixa traços bem claros do popular na literatura dos séculos XIII e XIV, que fornecem os subsídios para uma pesquisa interdisciplinar já citada. Segue à obra um anexo com reproduções de iluminuras, partituras, bustos, fotos de sítios importantes como o castelo Wartburg, lugar da mais importante contenda poética entre trovadores do sacro Império no século XIII e outras mais. A visualização das fontes, do **Codex Manesse**, por exemplo, facilita e muito a apreensão e melhor internalização do cabedal de informações oferecido pelo texto escrito, pois o material iconográfico alia o sentido ao intelectual.

Na *História da antiga literatura em alemão à luz de textos escolhidos – parte VII: Trovadorismo, poesia sentenciosa e contos poéticos da última fase dos Stauffer e do início dos Habsburgos* continua Helmut Birkhan a colocar os fragmentos textuais tanto em médio-alto-alemão quanto em **Neuhochdeutsch**, moderno-alto-alemão. Tal procedimento é por nós entendido como filologicamente acertado, pois nos permite, na diacronia do idioma alemão, através da comparação dos estratos textuais, tentar acompanhar a evolução histórico-lingüística da língua de Goethe, examiná-la e a sua literatura.

As lições de Helmut Birkhan, ministradas em seu seminário de inverno entre 2004 e 2005, na Universidade de Viena, são, por

²⁴ - Sugerimos a leitura das elucidativas palavras de Helmut Birkhan a respeito da diferenciação e especificidade dos gêneros acima citados in **op.cit**, p.224-226.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

fim, preciosas aulas da mais pura Filologia e Medievalística e, mais uma vez, para melhor definir o prazer de ler barthesiano, voltamos à velha língua do Lácio ao lembrarmos Birkhan, *docendo nos discit!*

INSTRUÇÕES EDITORIAIS

1. A *Revista Philologus* do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL) tem por finalidade básica a publicação de trabalhos nas áreas de Filologia e Linguística. Devem os mesmos, de preferência, pertencer a autores filiados ao CiFEFiL.
2. Os artigos, que forem apresentados, podem ser inéditos ou não e de responsabilidade do(s) autor(es), sendo seus originais apreciados e avaliados pela Equipe de Apoio Editorial;
3. Cada trabalho apresentado ao CiFEFiL deve seguir estas normas:
 - 3.1. Os originais devem ser digitados em Word para Windows;
 - 3.2. Configuração da página: A-5 (148 X 210 mm) e margens de 25 mm;
 - 3.3. Fonte Times New Roman, tamanho 10 para o texto e tamanho 8 para citações e notas;
 - 3.4. Parágrafo justificado com espaçamento simples;
 - 3.5. Recuo de 1 cm para a entrada de parágrafo;
 - 3.6. Mínimo de 05 e máximo de 20 páginas;
 - 3.7. As notas devem ser resumidas e colocadas no pé de cada página;
 - 3.8. A bibliografia deve ser colocada ao final do texto, se o(s) autor(es) julgar(em) importante sua inclusão como parte informativa da temática global do artigo;
 - 3.9. Os artigos devem ser precedidos de um resumo de, no máximo 250 palavras, com indicação de três palavras-chave e, **se possível**, sem gráficos, sem figuras e sem caracteres especiais.
4. Os artigos devem ser enviados por e-mail ou em disquete (**com cópia impressa**) até o primeiro mês do quadrimestre de sua pretendida publicação

À

REVISTA PHILOLOGUS

A/C de José Pereira da Silva

Rua Visconde de Niterói, 512/97

20.943-000 – Rio de Janeiro – RJ

Outras informações podem ser adquiridas pelo endereço eletrônico pereira@filologia.org.br ou pereira@infolink.com.br, pelo telefone (21) 2569-0276, ou através do portal www.filologia.org.br/revista/